

O 25 de Abril foi assim...



Lisboa



Porto

... e hoje é 1.º de Maio!

**Cabeças de lista CDU
por Aveiro, Braga, Leiria e Viseu** Pág. 3

1.º MAIO PROGRAMA



Pág. 27

Ministério da Educação S. A.



**3 mil contos
para três cursos
de amigos!**

• *Artigo
de Edgar Correia*

Pág. 18

**Dias decisivos
para Angola**
Artigo de José Goulão

Pág. 25



**Nota
da Comissão
Política
do CC do PCP**

Pág. 32

EDITORIAL

Rituais e democracia

Segundo as mais clássicas definições, um ritual é, do ponto de vista social, um acto ou conjunto de actos através do qual um conjunto de pessoas representa a sua identificação com uma qualquer realidade que empírica e colectivamente ganhou significados que excedem aquele que por si só poderá ter.

O ritual religioso de adoração de um ídolo é um exemplo igualmente clássico: um determinado colectivo de crentes atribui empírica e colectivamente um significado de identificação com a divindade a uma estatueta que, só por si, se limitaria a ser uma estatueta.

É uma evidência sem qualquer necessidade de argumentação que nenhuma sociedade, assuma que forma assumir, existe sem símbolos. E, como é lógico, as duas realidades são indissociáveis: através da sociedade se compreendem os seus símbolos e através dos símbolos se compreende também a sociedade a que pertencem.

Em si próprios, os símbolos não são bons nem maus: se o são de facto, se traduzem efectivamente realidades sociais, então é sobre estas que há a exercer juízos de valor ou esforços de transformação.

s páginas dos jornais dos últimos dias encheram-se, acerca do 25 de Abril, com duas evidências: por um lado, clamou-se que o 25 de Abril estava em riscos de se transformar - ou é-o já - num ritual; em segundo lugar, deu-se do dito alegado ritual o deformado retrato que se entendeu.

As fotos hoje publicadas pelo «Avante!» sobre as manifestações da passada quinta-feira constituem os primeiros e até agora únicos documentos gráficos divulgados pela Comunicação Social portuguesa com uma visão de conjunto: RTP e jornais limitaram-se a apresentar imagens de pormenor, criteriosamente seleccionadas para «comprovarem» duas afirmações: apenas se passara um ritual com escassos e idosos devotos.

As imagens estão aí - e nem sequer se pode dizer que o «Avante!» as beneficiou: tivessem nas manifestações do dia 25 sido fracas, e visões de conjunto seriam excelentes argumentos para os «teóricos» dos rituais senis.

Sucedem que não foram.

É evidentemente ridículo que - como em crónica neste «Avante!» igualmente se aponta - pessoas quotidianas e inevitavelmente protagonistas de rituais os mais variados (da gravata ao «bom dia, como está?») demonstrem agora qualquer inconcebível sanha anti-ritualista: o que se passa é que não estamos perante a denegação dos rituais em geral, mas a dos do 25 de Abril em particular.

E aqui a coisa começa a ser mais interessante.

Com a tranquilidade que as evidências sociais produzem, admitamos então que as manifestações com que em todo o País se comemorou o 25 de Abril foram um ritual. Um ritual ligado a um

símbolo - o 25 de Abril - e que assumiu uma forma - as manifestações.

E o que cabe perguntar é isto: o que há de errado no 25 de Abril, o que há de errado em manifestações de rua?!

Que a direita considera muito mal tais realidades e toda a adesão que elas mereçam, já se sabe. Há 17 anos assumia mesmo medidas drásticas para as impedir. Mas tem alguma lógica pretender, em nome da democracia, da liberdade e da inteligência, condenar a celebração da conquista da liberdade e da democracia, o fim da repressão e do obscurantismo?

Poder-se-á dizer que a questão não é a de condenar uma realidade estimável, mas tão só criticar o estiolá-la pela sua redução a um acto simbólico comemorativo.

É natural que aqueles que não estimam a realidade de democracia e participação de que o 25 de Abril é símbolo não estimem tal símbolo e lhes desagrade que assim continue a ser comemorado

Teria talvez alguma razão de ser tal observação se outras fossem as formas adoptadas pelos democratas para comemorarem Abril.

Mas há 17 anos que (tal como há 17 anos!) os democratas não se recolhem a suas casas para em silêncios culturais celebrarem a liberdade e a sua conquista. Muito pelo contrário, os democratas portugueses celebram a liberdade da mesma forma que por ela lutaram, da mesma forma que a conquistaram: animando, participando, promovendo a acção de massas e a sua pública e colectiva afirmação.

É isto o que manifestamente parece incomodar muita gente: por um lado, que o 25 de Abril se mantenha tão profundamente ancorado na sociedade portuguesa como um símbolo; por outro, que o festejar desse símbolo continue a assumir a forma que lhe está na origem - a ampla e poderosa participação popular na definição dos destinos da sociedade e do País.

É natural que aqueles que não estimam a realidade de democracia e participação de que o 25 de Abril é símbolo não estimem tal símbolo e lhes desagrade que assim continue a ser comemorado.

Tal como àqueles a quem desagrade o papel determinante dos trabalhadores na vida nacional seguramente desagra-

dará o símbolo de unidade e luta que é a comemoração do 1º de Maio e a forma de combativa manifestação que hoje ele assumirá.

Porque a verdade é que o próprio silêncio de muita Comunicação Social, os juízos reductores das teorizações inconfessadas acaba a revelar o que se pretende ocultar: que, dezassete anos passados, o 25 de Abril mantém a sua capacidade transformadora. E mantém-na exactamente porque, como as comemorações revelaram, está vivo e estimado na vontade de milhares e milhares de portugueses.

Símbolo que é da democracia e da liberdade revolucionariamente conquistadas, a perenidade do símbolo indicia a perenidade da realidade simbolizada.

E não se pense que é hoje de somenos importância tal facto.

A poucos meses de eleições determinantes para o futuro do País, a direita governante pretende estabelecer um novo símbolo: o da estabilidade governativa.

No discurso eleitoralista do PSD a longevidade do actual executivo transformou-se num padrão, num *deus ex machina* do desenvolvimento, da - imagine-se! - «vitória do 25 de Abril». A democracia conquistada em 1974, afirma-se, sobreleva hoje a experiência democrática da I República não porque como sucede - tenha assegurado liberdades incomparavelmente mais amplas, não porque - como sucede - tenha muito mais profunda e positivamente transformado a vida dos portugueses, não porque - como sucedeu - tenha posto fim a uma guerra colonial de 13 anos, mas sim porque tem, relativamente àquela, o governo de maior longevidade!

É na realidade indispensável à direita fazer esquecer o 25 de Abril!

É que, verdade, verdade, o 25 de Abril pôs fim a um período de muito maior estabilidade governativa que a obtida pelo dr. Cavaco Silva! Em rigor, do ponto de vista governativo, pode perfeitamente dizer-se que tal longevidade foi de quase meio século!

E, da forma determinada, persistente, continuada e finalmente triunfante que se viu (e se comemora!), o povo português disse vigorosamente que estabíldades governativas por si só não asseguram bons governos!

Os portugueses jamais confundiram estabilidade democrática com longevidade de governos. Estabilidade democráticas pretendem os portugueses que exista, não se desestabilizando constantemente o quotidiano de trabalho e participação com subversões de leis eleitorais, mafiosos leilões de empresas públicas, brutais destruições da Reforma Agrária, eternos conflitos com o mundo do trabalho, agravamento das desigualdades sociais.

Fazer das eleições um ritual destinado a eternizar maus governos em funções e a eternizar a mesma má política é seguramente uma simbologia e um ritual - mas de imobilismo e passividade, caros à direita.

Os democratas preferem os símbolos da democracia e da liberdade, os rituais da participação popular e de massas.

E assim transformam a vida.

FOTO: ANTÓNIO REIS



Milhares de pessoas comemoram na rua o 17º aniversário do 25 de Abril

RESUMO

23 Terça-feira

Mário Soares defende uma transição tranquila em Macau no discurso da tomada de posse do novo Governador do território, Rocha Vieira, definindo essa como uma tarefa prioritária do Estado. O debate sobre gestão escolar na Assembleia da República tem a assistência nas galerias inúmeros professores e alunos. PSD e PS aprovam o tratamento a redução do Serviço Militar Obrigatório para quatro meses. As cooperativas agrícolas de produção propõem ao Governo a elaboração de um programa de reconversão e apoio da agricultura específico para a zona da Reforma Agrária. Dados da Comunidade Europeia dizem que a inflação em Portugal foi a que subiu mais no mês de Março, a seguir à Grécia, no âmbito dos países da Comunidade. O Presidente da África do Sul, Frederik de Klerk, rejeita uma proposta do ANC de formação de um governo provisório.

24 Quarta-feira

O «Avante!» divulga os nomes das cabeças de lista da CDU às próximas eleições legislativas. Carlos Carvalhas é o cabeça de lista em Lisboa. A Câmara de Lisboa suspende a concessão de licenças para bares no Bairro Alto numa medida que visa defender a população residente. O presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev, obtém o apoio do «bureau» político do PCUS para um plano económico que visa enfrentar a crise económica no país. Os curdos anunciam terem feito um acordo com Bagdad para a criação de uma região autónoma do Curdistão. O Sporting é afastado pelo Inter de Milão da possibilidade de jogar a final da Taça UEFA em futebol ao perder em Milão por dois a zero.

25 Quinta-feira

Comemora-se em todo o país o 25 de Abril de 1974. No discurso proferido na Assembleia da República o presidente Mário Soares fala na «banalização» que a «celebração ritual» da revolução estaria a provocar. Milhares de pessoas participam nas comemorações populares, com destaque para o desfile na Avenida da Liberdade em Lisboa. É aberta uma nova auto-estrada na Costa do Estoril que logo na abertura regista engarrafamentos à hora de ponta. No Conselho da Europa a Assembleia parlamentar solicita aos 25 Estados membros o embargo de armas à Indonésia e o fornecimento de ajuda alimentar e sanitária à população timorense. O congresso extraordinário do MPLA decide criar a figura de Secretário-Geral do Partido. Nas conversações para a Paz em Angola que decorrem em Lisboa é anunciado que Portugal, EUA e URSS assegurarão o controlo do cessar-fogo.

26 Sexta-feira

A RTP passa, por determinação governamental, a sociedade anónima deixando de ser empresa pública. O PCP anuncia que vai apresentar no Parlamento um projecto de resolução para corrigir a

política do Governo no âmbito das importações de vinho e carne de bovino. A greve dos CTT que fechou as estações registou um nível de adesão superior a 60 por cento. Foi um protesto contra as condições de trabalho e a situação caótica vivida na empresa. Israel diz aceitar um conferência para a paz no Médio Oriente com a participação dos EUA e da URSS, sem a CEE e colocando dificuldades contra a OLP como representante legítimo do povo palestino. O futebolista argentino Diego Maradona é preso acusado de posse de meio quilo de cocaína.

27 Sábado

O primeiro-ministro Cavaco Silva, como tem sido hábito nas últimas semanas, aproveita o fim-de-semana para visitar uma nova região do país, no caso a Beira Interior. O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte acusa o Governo de dever há ano e meio milhares de contos a cerca de 40 mil trabalhadores. Os delegados ao congresso do MPLA aprovam a constituição de um gabinete eleitoral que preparará o partido para as próximas eleições multipartidárias, logo que se chegue a acordo quanto à data com a UNITA. A ONU vai apreciar o acordo firmado entre curdos e Governo do Iraque e entretanto anuncia serem muito modestos os fundos recolhidos para ajudar as vítimas de guerra.

28 Domingo

O secretário da Direcção Nacional da ASPP revela que os agentes da PSP vão fazer nova greve às multas, de 1 a 15 de Maio. O presidente angolano Eduardo dos Santos afirma que se houver acordo com a UNITA ele deverá ser «aplicado com tolerância e reconciliação nacional e com vigilância para não sermos traídos». A Comunidade Europeia anuncia o seu apoio ao plano britânico e francês para dar garantias aos curdos a fim de facilitar o seu regresso ao Iraque. Os ministros das Finanças e Economia e os governadores dos bancos mais industrializados do mundo iniciam, em Washington, uma reunião promovida pelo FMI e pelo Banco Mundial, após um encontro com George Bush que reafirmou a sua proposta de redução das taxas de juro, para manter o crescimento económico.

29 Segunda-feira

Os serviços do Arquivo de Identificação em Lisboa e as suas delegações encerram devido a uma greve que recolhe uma adesão de 98 por cento. A comissão Nacional de Sondagens reclama «celeridade» na criação da lei das sondagens de forma a estar aprovada pela Assembleia da República antes das próximas eleições. Cavaco Silva recebe em audiência o ministro do Turismo do Egipto, Fuad Sultan. O PSD reafirma que não se aliará com ninguém nas próximas eleições e acusa o PS de só ser capaz de governar em coligação com o PCP. O major Marques Júnior apresenta o seu pedido de demissão do Partido Renovador Democrático. O presidente da África do Sul admite que poderá ser desencadeada uma guerra civil no país.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72.
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 78 97 25/76 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64
ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA - Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15.000.000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF - 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's CDL, Central Distribuidora Livreira, SA Serviços centrais - Av. Santos Dumont, 57, 2º, 1000 Lisboa - Telef. (01) 793 22 75/795 02 10
Alterações de última hora: Até às 17 horas - Telef. (01) 97 39 65
Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto - R. Miguel Bombarda, 578, 4000 Porto - Telef. (02) 69 39 08/69 36 15

Centro Distribuidor de Coimbra - R. Fernandes Tomás, 55-A, 3000 Coimbra - Telef. (039) 20753
DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS - Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição
Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04
Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra - Telef. (039) 71 35 77
Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos - Telef. (02) 953 15 86/953 17 49/953 17 50
ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 67 01 93/7
PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa - Telef. (01) 67 01 93/7
Composto e impresso na Heská Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Vanda Nova - 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

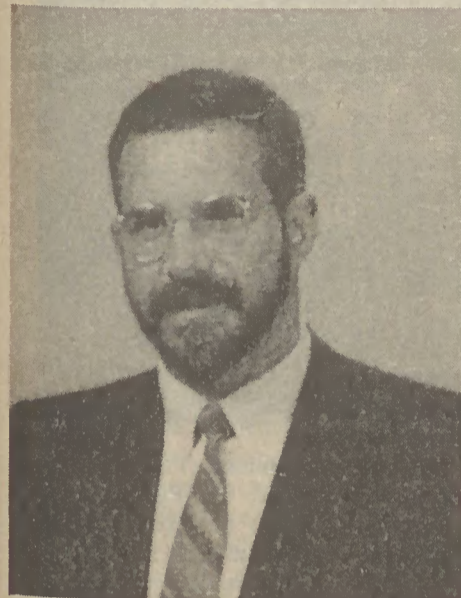
PORTUGAL (CONTINENTE)	— 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS	— 50 números: 7.707\$50
ESPAÑA	— 50 números: 7.090\$00
MACAU	— 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE	— 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS)	— 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA	— 50 números: 16.450\$00

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Quatro distritos

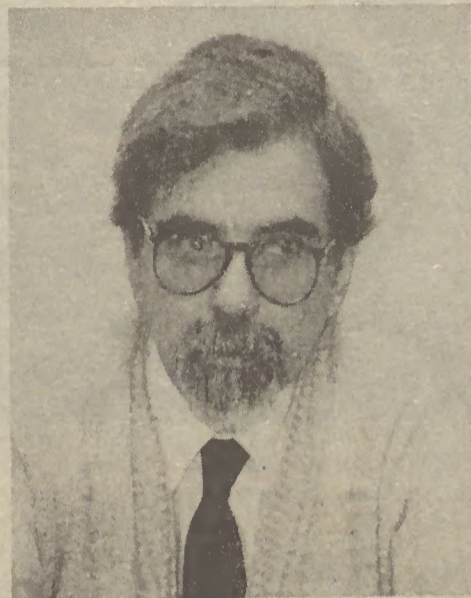
CABEÇAS DE LISTAS PARA AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

Aveiro



José Manuel Amaro, 38 anos, natural de Estarreja, advogado. Membro da Comissão Executiva da DOR de Aveiro. Presidente do Círculo Experimental de Teatro de Aveiro (CETA).

Braga



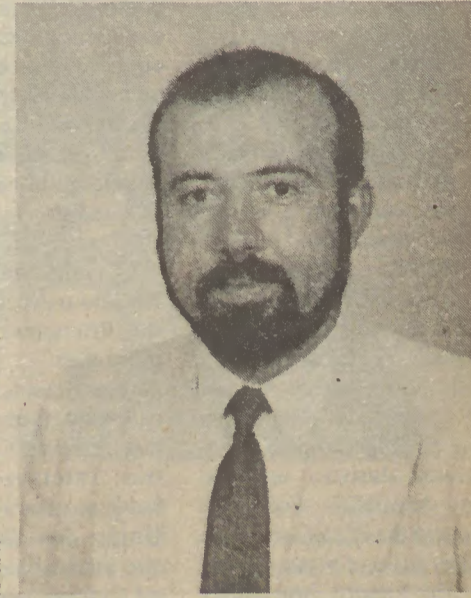
José Manuel Mendes, 42 anos, advogado e escritor, residente em Braga. Membro da Direcção da Organização Regional de Braga do PCP. Membro da Assembleia Municipal de Braga. Deputado do PCP na Assembleia da República

Leiria



João Luís Gabriel, 42 anos, natural da Marinha Grande, arquitecto. Membro do PCP. Vereador da Câmara Municipal da Marinha Grande.

Viseu



Cílio Pereira Correia, 33 anos, natural de Tondela, médico. Membro do Executivo da DOR de Viseu. Vice-director do jornal «O Concelho de Tondela».

Nomes e objectivos em todo o País

Continuam a ser apresentadas a público as candidaturas dos comunistas e dos seus aliados na CDU. Depois dos nomes divulgados na passada semana pelo «Avante!», já outras candidaturas foram apresentadas, nomeadamente a nível regional.

No Algarve, a DORAL do PCP divulgou à imprensa um conjunto de candidaturas comunistas e independentes indicados pelo PCP, a integrar a futura lista a concorrer às eleições para a Assembleia da República. «A conclusão final da lista — sublinha a DORAL — aguarda a conclusão do processo de negociações que estão a decorrer com o Partido Ecologista «Os Verdes» e com a Intervenção Democrática, bem como, num outro plano, do resultado final das conversações que decorrem com a UDP.»

Salientando que o ordenamento das candidaturas não assume, desse modo, uma forma definitiva, a DORAL chama a atenção para o facto de que a lista consagra já uma profunda renovação: «trabalha-se para que 50 por cento das candidaturas correspondam a novos candidatos, contemplando uma equilibrada distribuição geográfica e integrando elementos oriundos dos mais importantes movimentos sociais e culturais da região, apresentando um significa-

tivo alargamento da sua base social e política de apoio».

É o seguinte o conjunto de nomes de candidatos divulgados pela DORAL:

Carlos Brito, membro da Comissão Política e presidente do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República; **Carlos Luís Figueira**, membro da Comissão Executiva Nacional e responsável pela Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP; **Fernando Amaro**, membro do Comité Central do PCP e do Executivo da DORAL, coordenador do Sindicato da Hotelaria e da União dos Sindicatos do Algarve, membro da Comissão Executiva da Região de Turismo; **José Estêvão Cruz**, membro do Plenário da Direcção da Organização Regional do Algarve e vereador da Câmara de Vila Real de Santo António; **Marcolino Jorge**, membro do Plenário da DORAL e da Comissão Nacional de Pescas junto do CC, coordenador do Sindicato dos Pescadores do Algarve; **José Mendes Morais**, advogado, membro do Plenário da DORAL; **Álvaro Pereira**, médico e director do Centro de Saúde de Olhão; **Manuel Afonso Dias**, independente, proposto pelo PCP, assistente de biologia marítima na Universidade do Algarve.

Derrotar a direita

Entretanto, em Viseu, o candidato da CDU, Cílio Correia, cabeça de lista pelo distrito, divulgou uma declaração em que sublinha os objectivos e perspectivas da Coligação Democrática Unitária na batalha das legislativas.

Desmentindo a propaganda governamental que pretende dar a ideia de índices satisfatórios de desenvolvimento para o distrito, a candidatura CDU em Viseu manifesta a intenção de intervir na defesa dos legítimos interesses de vários sectores sociais e profissionais em luta e afirma-se pela defesa dos valores da esquerda, da democracia e do socialismo.

«A nossa luta política», sublinha, «visa assegurar a derrota da direita, colocando-a em minoria no Parlamento; alcançar uma maioria democrática; e, ainda, abrir caminho à convergência das forças democráticas».

A candidatura CDU de Viseu definiu mais adiante alguns pontos fundamentais da intervenção política que pretende levar a cabo:

«Protagonizar a luta por um verdadeiro projecto de desenvolvimento harmonioso e integrado, aferido não pela concentração de riqueza nuns poucos, mas

sim pela satisfação das aspirações e dos anseios da larga maioria do povo português;

«Exigir um novo e mais activo papel de Portugal na Europa e no Mundo pautado pelo combate a todas as formas de exploração e dominação e pela afirmação do direito dos povos à liberdade, independência e soberania nacionais;

«Reclamar a defesa e a revalorização das grandes transformações económicas e sociais, que o mesmo é dizer se devem promover políticas diferentes de Regionalização, Saúde, Ensino, Habitação, Emprego, Agricultura, Justiça, etc., por forma a introduzir factores de progresso, desenvolvimento e modernização do País;

«Dar voz aos que ainda sofrem as más variadas injustiças, exclusões e desigualdades por gravíssimos problemas no domínio da habitação, saúde, ensino, transportes, segurança social, etc., nomeadamente as mulheres, os jovens, os reformados, os pensionistas e os deficientes;

«Prestar toda a nossa solidariedade a todos quantos lutam pelos seus direitos — melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho, segurança no emprego, valorização profissional, respeito e salvaguarda das regalias e conquistas.



Informações segundo telegramas da LUSA

Cabeças de lista

O deputado do PCP José Manuel Mendes será o cabeça de lista da CDU pelo distrito de Braga, disse hoje (27 sábado) a Agência Lusa uma fonte do gabinete de Imprensa daquele partido.

Advogado e escritor, José Manuel Mendes, 42 anos, ocupou o segundo lugar das listas de Braga em 1987, encabeçadas então por António Lopes, o único candidato que a CDU elegeu na altura naquele distrito.

Contudo, António Lopes seria substituído no cargo de deputado por José Manuel Mendes.

O segundo lugar em Braga será ocupado por Óscar Jordão Pires, um advogado de 51 anos que foi candidato ao Parlamento Europeu em 1989 e o terceiro será Manuel Barbosa da Silva, 47 anos, empregado de escritório.

O cabeça de lista por Aveiro, onde a CDU não elegeu qualquer deputado nas últimas legislativas, será José Manuel Silva Amaro, 38 anos, advogado, que integra as listas da coligação pela primeira vez.

A situação idêntica é a do primeiro nome da lista de Leiria, João Luís Sousa Gabriel, 42 anos, arquitecto, vereador da Câmara Municipal da Marinha Grande, em cujo distrito a CDU também não logrou eleger qualquer deputado.

Noutro distrito onde a CDU não elegeu qualquer deputado, Viseu, a lista será igualmente encabeçada por um «estrepante»: Cílio Pereira Correia, 33 anos, médico.

Com os nomes hoje (27 sábado) divulgados, todos do PCP, ficam conhecidos dez dos 20 cabeças de lista da CDU para as legislativas de Outubro.

De entre os nomes já anunciados apenas o actual líder do grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, será indicado pela mesma ordem e círculo de 1987: cabeça de lista pelo distrito de Faro.

Os restantes cabeças de lista divulgados anteriormente são Carlos Carvalhas (Lisboa), Luís Sá (Porto), Agostinho Lopes (Santarém), Octávio Teixeira (Setúbal) e Victor Costa (Coimbra).

Comemorações no Porto

Dezassete anos passados sobre a Revolução de Abril, os seus ideais e as suas conquistas, a alegria da liberdade e o progresso social permanecem vivos na consciência e no quotidiano dos portugueses. A prová-lo estão também as comemorações populares que, durante dois dias, ocuparam a baixa do Porto, onde, apesar do frio e da chuva, acorreram milhares de pessoas que, emocionalmente, cantaram a «Grândola», trautearam o «hino do MFA» e recordaram momentos inesquecíveis que a todos trouxeram a Liberdade. Foi, no dia 24 à noite, a Passagem de Ano da Liberdade, encerrada com a projecção de um diaporama alusivo e um belo fogo de artifício. Foi, já no próprio dia 25, a Corrida da Liberdade e uma alegre Manhã Infantil, nos jardins do Palácio de Cristal. Foi

ainda a Homenagem à Resistência Antifascista, junto ao edifício da ex-PIDE, onde, em nome da União dos Resistentes Antifascistas, Hernâni Silva lamentou o facto de, por falta de apoios, não ter ainda sido possível concretizar o projecto lançado há anos de ali erigir uma estátua ou pelo menos uma placa aludindo e lembrando às gerações futuras que ali funcionou a polícia política repressiva da ditadura.

Quando a meio da tarde era lido o Apelo da Comissão Promotora das Comemorações — constituída, nomeadamente, pelo Cineclub do Porto, Cooperativa Árvore, Coral de Letras, Interjovem, MDM, Sindicato dos Professores e União dos Sindicatos — que lembrava que o Portugal de hoje é ainda marcado «por exclusões e desigual-

dades, por limitações à participação dos cidadãos e a outros direitos, pela mercantilização da cultura e dos saberes, por barreiras impostas ao pleno aproveitamento e realização da juventude e por um desenvolvimento desequilibrado» mas que «crescem novas motivações e razões para retomar o caminho de Abril», — estava a chegar um dos pontos mais altos da iniciativa: o desfile de carros alegóricos. Desfile que, através de símbolos imaginados por artistas do Porto, procurava sintetizar alguns dos principais problemas que afectam os portugueses: a política social do Governo, a política de saúde, a manipulação dos órgãos de comunicação social, a falta de habitações, ou apelando já à participação nas manifestações do 1.º de Maio, a defesa do direito à igualdade, ao pleno emprego,



contra os despedimentos, pela igualdade de oportunidades.

Mas o 25 de Abril no Porto foi ainda outras e inúmeras iniciativas que decor-

reram um pouco por todo o Distrito, promovidas por autarquias ou por grupos de democratas, como é o caso de vários convívios e jantares de confraternização que aconteceram em

Freamunde/Paços de Ferreira, em Penafiel, no Marco de Canaveses, em Amarante, em Santo Tirso, em Lousada e, de novo no Porto, um convívio de Jovens na sede da JCP.

As lutas de todo o ano no dia que Abril abriu

O 25 de Abril comemorou-se por todo o País com as mais diversas iniciativas, mobilizando multidões à volta do desporto e da cultura, do simples recreio e da manifestação política. É-nos naturalmente impossível dar nota de tão vasta actividade, pelo que referimos as informações que nos chegaram à Redacção em tempo útil.

Viseu

Decorreram na cidade de Viseu as comemorações populares do 17.º aniversário do 25 de Abril promovidas por uma diversificada Comissão Organizadora.

Do programa, rico e variado, destacou-se o espectáculo realizado na noite de 24, no Auditório da Feira de S. Mateus, que contou com a participação de Francisco Fanhais e o Grupo Fura-Fura/ACERT, perante um auditório completamente cheio e participativo.

Na manhã do dia 25, no Rossio de Viseu, deu-se início a uma prova de Atletismo em que participaram mais de centena e meia de atletas. As crianças estiveram também presentes (e intervenientes) com dezenas de trabalhos recebidos alusivos à data que, no entanto, não puderam ser expostas por causa do mau tempo.

À tarde, com início às 15 horas e ainda no Rossio, decorreu um espectáculo popular com a participação da Banda de Lá de Castro

Daíre e da Tuna de Farnhão. No decorrer deste espectáculo, em que participaram mais de 1000 pessoas, usou da palavra, em nome da Comissão Organizadora, o Dr. Manuel Rodrigues, do Secretariado das Comemorações da Região Centro, que, nas palavras proferidas acerca do 25 de Abril, disse a certa altura que «estamos aqui hoje como por centenas ou milhares de localidades deste país, milhares e milhares de portugueses para fazer cumprir a esperança», afirmando mais adiante: «Volvidos 17 anos sobre este glorioso dia temos contudo — e fazemo-lo com um certo sentido de revolta e indignação — que reconhecer que o 25 de Abril está por cumprir: acentuam-se as injustiças e desigualdades sociais; os trabalhadores portugueses, sendo os que ganham menos na CEE são, por sua vez, os que têm maior duração semanal de trabalho; as minorias (sejam os deficientes, sejam os grupos étnicos ou outros) sofrem hoje na maior segregação».

E, a concluir, disse «pelo sonho e pela luta construiremos os caminhos por onde há-de passar o homem novo. Que viva para sempre o 25 de Abril».

O programa das comemorações terminou com um jantar onde participaram mais de 300 pessoas.

Torres Vedras

Classificando as comemorações do 25 de Abril no

Concelho de Torres Vedras como «uma demonstração clara da vivência democrática, numa data histórica para o nosso povo», a Organização Concelhia local do Partido deu conta de duas iniciativas de relevo: uma na Freguesia de Matacães, que tradicionalmente «comemora esta data com um almoço de confraternização com muitas dezenas de camaradas e amigos» e na Boavista, onde se realizou pela primeira vez um matança do porco enquadrada nas festividades e juntando, também, muitas dezenas de pessoas.

Quanto às comemorações municipais, decorreram em 24 e 25 de Abril com diversas actividades e, claro, a devida assistência de comes e bebes!

Nisa

Neste belo Concelho do Distrito de Portalegre o aniversário de Abril foi, evidentemente, comemorado em festa, logo pela manhã o hastear da bandeira junto aos Paços do Concelho mobilizou uma multidão que de seguida desfilou pelas ruas, integrando autarcas locais, bandas e agrupamentos folclóricos, o Corpo de Bombeiros e viaturas municipais, terminando o desfile no Largo das Portas da Vila onde, junto à torre medieval, teve lugar um comício-festa. Aí foi lida uma mensagem da Associação 25 de Abril e entrevistaram membros da Câmara e Assembleia Municipais.

Os intervenientes aproveitaram a oportunidade para referir as actividades desenvolvidas pelo Poder Local democrático saído do 25 de Abril que, neste Concelho, como em muitos outros, alteraram profundamente a qualidade de vida das populações.

Outras actividades e iniciativas, como uma exposição de fotografias sobre a vida local, no quartel dos bombeiros, outra sobre os xailes de Nisa, na Casa do Povo, e uma sessão evocativa do acontecimento, enriqueceram as comemorações neste Concelho.

Ainda Lisboa

As comemorações de Lisboa tiveram o apoio das autarquias da capital, a começar pela Câmara Municipal — um empenho, aliás, com a idade da Coligação Por Lisboa à frente dos destinos da maior autarquia do País.

Assim, a zona ribeirinha de Lisboa foi palco da festa de encerramento das comemorações da Revolução dos Cravos numa iniciativa promovida, no passado domingo, pelas Juntas de Freguesia de Ajuda, Alcântara, Campolide, Prazeres e Santo Condestável, com demonstrações de karaté, exhibições de ginástica, actividades infantis e espectáculos de variedades com folclore, fado e música moderna, entre outros, que tiveram lugar num local de eleição — junto à Central do Tejo.

Santa Maria da Feira

No próprio dia 25 de Abril e na véspera realizaram-se as comemorações populares neste importante concelho do Distrito de Aveiro.

A Comissão Promotora, representativa de diversas associações, autarquias e sindicatos, levou a efeito em 9 freguesias do concelho um programa variado de actividades desportivas, culturais e políticas comemorativas do 17.º aniversário da Revolução de Abril.

O tempo não ajudou. Vento e chuva, juntos por vezes, afectaram em alguns momentos a sua realização. Mas nem por isso diminuíram o entusiasmo ou o profundo significado daquelas iniciativas. Pela sua dinâmica unitária e pela larga participação popular, que mobilizaram, no seu conjunto, alguns milhares de pessoas.

Todas as secções concretizadas, do teatro em Fiães, do poema vibrante no convívio de S. Paio de Oleiros ao coro uníssomo do «Grândola» no jantar final das comemorações, são a prova clara da vitalidade e actualidade dos ideais de Abril também no concelho de S.ª M.ª da Feira.

Uma boa resposta, portanto, para todos aqueles, nomeadamente alguns órgãos de comunicação social, que tudo fazem e escrevem para ignorar ou associar o 25 de Abril e as suas comemorações a coisa do pas-

sado e a uma mera rotina. Ou pior ainda, como o semanário dito «Independente» que na sua última edição, a pretexto do 25 de Abril, faz o elogio das «virtudes e das coisas boas»?! do regime precisamente derrubado naquela data libertadora. Arre!, que é demais!

Açores

«Ocorre amanhã 5.ª feira o 17.º Aniversário do 25 de Abril de 1974. Defensor intransigente da democracia, liberdade e lutador persistente pela justiça social, o PCP/Açores associou-se a todos os actos comemorativos que ocorreram na Região, promovidos quer por entidades militares, quer por entidades civis, quer por comissões populares e associações desportivas e recreativas», informou uma nota do Gabinete de Imprensa do PCP/Açores, que conclui:

«O PCP/Açores saúda de forma especial a delegação de S. Miguel da Associação 25 de Abril que, como já é habitual, promoveu as comemorações naquela ilha, nas quais se associou integralmente.»

O PCP/Açores por seu turno promoveu no dia 24, pelas 21H00, um convívio comemorativo no Centro de Trabalho da Horta e no dia 25, pelas 20H00, no Centro de Trabalho de Angra realizou-se um convívio designado «Brinde pelo 25 de Abril».

Em Lisboa

Centenas de milhares com o 25 de Abril

Ao contrário do «ritual» que muitos para aí apregoaram, o 25 de Abril em Lisboa foi, de novo, expressão de protesto e luta

Centenas de milhares de pessoas (e vamos lá sublinhar os milhares para não repetirmos a «miopia» da RTP, que só «viu» centenas...) desfilarão mais uma vez entre o Marquês de Pombal e o Rossio, em Lisboa, numa inequívoca manifestação de homenagem ao 25 de Abril. Carros alegóricos, bandas de música, grupos folclóricos e milhares de panos e consignas coloriram os três quilómetros do percurso em duas horas e meia de desfile, enchendo a «baixa» alfacinha com os protestos, as reivindicações e o humor das gentes da Grande Lisboa, numa marcha que, ao contrário do que muita Imprensa procurou catalogar, teve pouco de ritual e quase tudo de intervenção.

A teoria do «ritual» tão profusamente difundida é, de resto, bastante estranha quando aplicada a uma iniciativa que, mais uma vez, primou pela actualidade das suas consignas e a capacidade de intervenção das palavras de ordem, fazendo desfilar na tarde, semicoberta da passada quinta-feira uma vivíssima intervenção política de massas, trazendo para a rua a generalidade dos problemas que afectam os trabalhadores e o País e manifestando protestos que deviam fazer o Governo corar de vergonha. Como é improvável que os relatores em questão desconheçam o sentido da palavra «ritual» (por via das dúvidas informa-se que significa «cerimonial», «etiqueta»), esta-



mos em crer que houve, na escolha da palavra, muita displicência e pouca objectividade...

É verdade que o desfile popular do 25 de Abril, em Lisboa, 17 anos que são passados sobre o acontecimento, tem elementos constantes na sua organização: o espaço é sempre o mesmo, o percurso obedece a uma determinada geografia, formalizou-se um esquema de intervenção que é, aliás, muito simples: concentração, desfile e breve tempo de discurso, no final. Também é verdade que não há duas maneiras de fazer uma coisa destas, como se percebe quando observamos qualquer manifestação, inclusive as que nos chegam dos antigos países socialistas e que a RTP nos mostra com eficácia bem diferente da que usa nos acontecimentos domésticos. É também óbvio que a quase generalidade da Comunicação Social, por um fenómeno que parece de

alucinação colectiva, começou a ver o desfile do 25 de Abril através do pequeno óculo do apontamento de reportagem (e às vezes nem

tância... que só é percorrida por quem o quer.

Assim, falar do que foi este 25 de Abril é alinhar os grandes problemas que os

isso...), esquecidos das recentes duas e três páginas que dedicavam ao assunto. Mas daí a chegar ao «ritual», vai uma grande dis-

trabalhadores enfrentam neste momento. Eles estavam lá, nos panos e nas palavras de ordem, nos carros alegóricos e nas milha-



res de vozes que os gritavam bem alto, — a crise do ensino, o protesto dos professores, a luta contra o Pacote Laboral, denúncia das pensões de miséria, as consequências desastrosas das privatizações, as questões da CEE, a degradação da qualidade de vida, o alastramento do desemprego, a desertificação dos campos,

etc., etc., ligando-os sempre à realidade construída pelo 25 de Abril: um regime democrático onde o povo se revê e deposita todas as esperanças, ali assinaladas pela expressão maior da Revolução dos Cravos — em luta.

«Ritual», a manifestação do 25 de Abril?

Discurso de Vasco Lourenço

Temos que nos manter na luta por um Portugal melhor!

Num Rossio cheio de gente e com a manifestação de Lisboa ainda a meio da Avenida da Liberdade, realizou-se um breve comício onde usou da palavra Vasco Lourenço, presidente da Associação 25 de Abril e um dos muitos militares da Revolução dos Cravos presentes no palco (e no desfile), acompanhados por destacados dirigentes políticos e sindicais.

«Comemoramos, hoje, mais um aniversário. Já não com a alegria e o entusiasmo dos primeiros dias, mas ainda com a alegria e a força suficientes para evitar que estas comemorações se transformem em meros rituais periódicos. Com efeito, se comemorar Abril é recordar e reflectir, é também um acto de afirmação.

«Ao recordar, constatamos quantos benefícios, quantas conquistas o 25 de Abril proporcionou aos portugueses. Constatamos, com satisfação, como as novas gerações dão como adquiridas conquistas políticas, sociais, económicas e culturais, como se fossem conquistas de um longo período histórico, sem se aperceberem mesmo que são bem recentes em Portugal e que os seus pais e avós as não usufruíram. Como é bom não questionar, aceitar, como natural, a paz, as liberdades políticas e sindicais, os direitos sociais — quem aceitaria hoje prescindir do 13.º e 14.º mês ou dos benefícios da segurança social? —, a igualdade legal entre homens e mulheres, a existência de um Poder Local pujante e realizador, o fim do isolamento internacional e a consequente integração na Europa Comunitária, a diversificação das formações económicas, a mudança das mentalidades.

«Ao reflectir, é forçoso que analisemos o porquê de muitas das esperanças, que então andaram à solta na boca e no coração do povo, terem vindo a ser sucessivamente adiadas; o porquê do desencanto que nos assalta a todos, ao constatar que esse adiar de esperanças é sempre em desfavor dos mais fracos e dos mais humildes. O porquê da crescente governamentalização das instituições, da sobrançeria e do doutoral despotismo com que o poder encara a atitude das minorias, das oposições e da própria opinião pública; dos descarados projectos sobre a Lei do Segredo de Estado; do controlo de grandes grupos económicos sobre a Comunicação Social; do crescimento económico sem desenvolvimento; do aumento das desigualdades sociais; do crescimento das assimetrias regionais; do alargamento do fosso entre o rendimento do capital e o do trabalho; da diminuição dos direitos e liberdades no trabalho; da precariedade nos empregos; do aumento das dificuldades na habitação; das cada vez piores perspectivas para a juventude, pois cada vez são mais utilizados para a simples propaganda e cada vez estão mais longe da realiza-

ção, quer na habitação, quer no emprego e quer, fundamentalmente, na educação. No porquê da utilização da cultura como se de um gabinete de relações públicas ou propaganda do poder e das empresas se tratasse; da utilização de verbos e recursos em projectos megalómanos, de fachada, de que é exemplo significativo o Centro Cultural de Belém; da falta de apoio à descentralização cultural. Do porquê da utilização descarada da televisão pública, como se de agência de propaganda do poder se tratasse.

(...)

«Comemorar o 25 de Abril é, enfim, afirmar e demonstrar que continuamos a considerar que valeu a pena.

«Como continuam a pensar os militares de Abril, apesar das perseguições e preterições, calúnias e perfídias, que a maioria de nós sofreu e continua a sofrer. Com efeito, se analisássemos as consequências do 25 de Abril, apenas nos aspectos particulares, dificilmente concluiríamos ter valido a pena a grandiosa aventura em que nos lançámos há 17 anos. No entanto, porque optámos por nos colocarmos na trincheira da dignidade, ao lado dos que em qualquer parte se levantaram e levantam contra a cupidez, a tirania, a opressão, a miséria e todas as indignidades por mais douradas e encantatórias que elas se apresentem, reafirmamos que valeu a pena e terá de continuar a valer a pena.

«Porque nos honramos do que fizemos e do que fazemos, porque nos sentimos apenas e somente como cidadãos de parte inteira do nosso país, cidadãos atentos, exigentes, mas comuns, enunciamos os detentores do poder que, sem assumir aberta e honestamente os seus actos, continuam a discriminar, preterir e perseguir os militares de Abril. E reafirmamos que valeu e terá de continuar a valer a pena.

«E para continuar a valer a pena, teremos que nos manter na luta por um Portugal melhor, mais feliz, mais igual, mais livre, mais solidário, evitando que aos três D que o 25 de Abril nos proporcionou se junte um novo D, o da Desigualdade, ou o da Desilusão.

«Para isso teremos que saber aproveitar a liberdade e a democracia que há dezassete anos reconquistámos, sendo capazes de encontrar as melhores soluções para o futuro, quer na escolha das acções a desenvolver, quer na escolha das mulheres e dos homens que as não-de concretizar.

«Como cidadãos livres, que não sabem ser outra coisa senão homens e mulheres livres, bater-nos-emos sempre pela liberdade. E continuará a valer a pena!

«Viva o 25 de Abril!

«Viva Portugal!»

Protesto contra a RTP

A Comissão Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril protestou «contra a escandalosa distorção e manipulação que a RTP/Canal 1 fez na reportagem sobre o desfile popular que organizou em Lisboa», afirmando:

«Foram dezenas de milhares de pessoas, com presença significativa da juventude, que desfilarão durante mais de uma hora na Avenida da Liberdade. Compreendemos que isso custe a constatar aos responsáveis da informação da RTP apesar do esforço diário que fazem para o condicionamento da opinião pública. Mas eles não se podem eximir às responsabilidades que lhes advêm de dirigir uma informação que deveria ser objectiva e pluralista em conformidade com as leis e a Constituição». E conclui a nota de protesto:

«O triste espectáculo da reportagem do desfile do 25 de Abril deste ano ficará para a história da manipulação informativa em Portugal. Mas o desfile de Lisboa, as comemorações em todo o País são factos, historicamente assinalados, que ilustram como o 25 de Abril está vivo, mesmo para quem o não viveu, como projecção de ideais de quem hoje luta ou continua a lutar pelo aprofundamento da democracia».

TRABALHADORES

Ensino

Manifestação antecedida de plenário no Campo Pequeno

A manifestação marcada pelos professores para 17 do corrente será antecedida de plenário no Campo Pequeno. De acordo com o secretário nacional da Fenprof, a iniciativa trará a Lisboa docentes de todo o País.

No seguimento das concentrações marcadas para ontem, 30 de Abril, o plenário e a manifestação nacional de 17, depois da «reunião não conclusiva» com o secretário de Estado-adjunto do ministro da Educação, em 18 de Abril findo, destinam-se a mostrar o descontentamento dos professores e a sua

«apreensão face às recentes medidas tomadas pelo Ministério da Educação e à não satisfação das suas reivindicações», frisa a direcção da Fenprof.

Sexta-feira passada, a Fenprof protestava publicamente contra o facto de o diploma sobre a gestão dos estabelecimentos do ensino básico e secundário ter sido elaborado sem a participação dos docentes e das suas organizações sindicais.

O Ministério da Educação era também criticado pela Fenprof por ter estado ausente do debate sobre aquele diploma aprovado na Assembleia da Repú-

blica.

Sublinha a Fenprof: «A ausência do Ministério da Educação ou do seu titular nos debates significa, muito claramente, a pouca dignidade com que são encaradas as questões da Educação e dos professores pelos responsáveis do ME».

Ao anunciar as concentrações de 30 de Abril a Fenprof destacava entre os participantes os professores provisórios e contratados de todos os sectores do Ensino que, segundo o previsto, se manifestariam junto das direcções regionais de educação e dos governos civis.



Mais um plenário marcado para o Campo Pequeno. Da última vez foi assim

Não aos 13,5 no Sheraton

Director do pessoal manda retirar segurança após incidente com piquete de greve

Os 500 trabalhadores do Hotel Sheraton de Lisboa aderiram quase na totalidade (905 por cento) à greve de três dias para reivindicar aumentos superiores aos 13,5 por cento propostos pela direcção. O primeiro dia de paralisação, 26 do corrente, foi assinalado por incidentes com elementos da empresa de segurança do estabelecimento.

Segundo a Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo (Feshot), com sede em Lisboa, referida pela Lusa, «vários elementos do piquete de greve foram agredidos por seguranças, gerando-se uma situação de tensão que levou a direcção do hotel a mandar retirar os seguranças».

Citado também pela Lusa, Pinto de Freitas, director do pessoal do Sheraton, negou que tenha havido agressões. Houve foi «um

mal-entendido» rapidamente sanado, acrescentou.

O mesmo responsável disse ainda que a direcção do hotel mandou retirar os seguranças, «porque não pretende nem polémica nem situações de confronto» (neste caso físico, supõe-se), mas apenas «o respeito pela lei da greve».

O Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria do Algarve acusava entretanto uma empresa de *time-sharing* de Lagoa (Alma Publicis — Turismo e Promoção) de ameaçar com o despedimento cerca de 50 trabalhadores.

Motoristas, recepcionistas e empregados do sector



Hotelaria e similares com dezenas de trabalhadores afectados no Algarve. Foto de arquivo

Param os CTT

A paralisação dos trabalhadores dos CTT levou ao encerramento de algumas estações. Sexta-feira passada a adesão rondava os 60 por cento a nível nacional.

Isabel Figueiredo, do secretariado nacional do Sindicato dos Correios e Telecomunicações (SNTCT) disse à Lusa que naquele dia estavam encerradas 18 das 27 estações de correio do distrito de Beja.

Em Lisboa estiveram também encerradas algumas estações. Entre elas as do Terreiro do Paço, Alvalade, Amoreiras, Alcântara, Entre-Campos e Areiro.

Aquela dirigente sindical disse ainda que a greve se destinou a protestar contra a degradação das condições de trabalho na empresa.

Referiu-se a «uma situação caótica e ritmos de trabalho insuportáveis».

Reclamou — como um dos motivos da greve — a reestruturação de carreiras, segundo o compromisso estabelecido durante as negociações salariais de 1990.

Segunda a Lusa, Isabel Figueiredo relacionou a redução do pessoal e as novas medidas tomadas pela administração dos CTT com os atrasos na distribuição da correspondência normal, dos telegramas destinados à província e a diminuição das garantias de qualidade e segurança do serviço, nomeadamente do correio registado.

A nova modalidade do correio azul era entretanto objecto de críticas do Sindicato SNTCT, designadamente no que respeita aos «novos coeficientes de trabalho que o conselho de ad-

ministração pretende aplicar nas estações de correio».

Naturalmente, esses novos coeficientes visam reduzir ainda mais o nível do emprego nos CTT. Esse nível já é escasso, de acordo com o Sindicato.

«Se as estações de correio já neste momento se encontram com falta de pessoal e bichas até à porta, e por vezes fora dela, como será a

situação depois de aplicados os novos coeficientes?» — pergunta o SNTCT num comunicado.

O mesmo documento conclui: «Se os utentes dos CTT já andam azuis de raiva com esta situação, os trabalhadores da empresa andam negros, porque há muito ultrapassaram aquela fase, devido às condições de trabalho a que estão sujeitos».

Bancários

Para um mandato de três anos foram eleitos em 24 de Abril, quarta-feira, os corpos gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

A lista A, concorrendo com mais duas, B e C, obteve 52,24 por cento dos votos.

A lista A já dirigia o Sindicato.

Dos 45 359 inscritos votaram 27 225.

Protestos nos Seguros

Os empregados comunistas dos seguros protestaram contra o aumento do ritmo e do número de horas de trabalho. Foi este um dos temas abordados no encontro que aqueles trabalhadores promoveram em Lisboa em 23 de Abril.

Jorge de Brito, da Organização do PCP nos seguros de Lisboa, afirma que esse aumento se deve às reformas antecipadas, com vista à redução dos postos de trabalho exigida pelas privatizações.

Sublinhou: «São feitas admissões, mas de pessoas com formação superior, que não vão ocupar o lugar dos que são reformados antecipadamente».

Há pressões para que os empregados das seguradoras públicas se reformem antes do tempo.

Por outro lado, as «reestruturações sucessivas» provocam instabilidade.

Durante o encontro, em que participaram cerca de 40 trabalhadores, a direcção do Sindicato dos Trabalhadores e Seguros do Sul e Regiões Autónomas, com sede em Lisboa, foi criticada por «ter feito cedências na negociação do contrato colectivo que tem vindo a decorrer».

O Sindicato, filiado na UGT, apoia a negociação de contratos empresa a empresa, procedimento que é criticado pelos trabalhadores comunistas do ramo segurador.

Jornalistas

38% de aumento nas tabelas

O Sindicato dos Jornalistas assinou em 22 de Abril com a Associação da Imprensa Diária (AID) uma revisão salarial (sobre baixos salários) com aumentos de 38 por cento.

Fonte do SJ revelou que a AID se comprometeu a negociar o contrato em Outubro deste ano.

A tabela salarial do contrato (CCT) dos jornalistas não era revista desde 1987.

A cumprir-se o anunciado, devem ter-se efectuado ontem, 30 de Abril, as eleições para os corpos gerentes do SJ.

Acordo na pesca

Os pescadores de sardinha do Sotavento algarvio passaram a dispor, depois de quatro anos de negociações e de alguns períodos de greve no sector, de um acordo colectivo de trabalho assinado em Faro (22 de Abril) pela Federação dos Sindicatos das Pescas e a Associação dos industriais do sector.

O acordo abrange 25 embarcações de pesca da sardinha e cinco centenas de trabalhadores.

José Morte, da Federação sindical, disse à Lusa que o acordo é «o mais avançado do País a nível do sector» no que respeita a regalias sociais.

TRABALHADORES

CMT em Lisboa

Anunciado Encontro Mundial da Função Pública. Delegação recebida por Mário Soares. Apoiada a presença da CGTP na CES.

O secretário-geral da CMT (Confederação Mundial do Trabalho) esteve recentemente em Lisboa onde foi recebido pelo Presidente da República. A visita de Carlos Custer ao nosso país coincidiu com o anúncio da realização em Portugal, em 1992, de um Encontro Mundial da Função Pública.

O Encontro, a efectuar com o apoio da CMT no ano em que Portugal exerce a presidência da Comunidade, foi anunciado pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), depois de uma reunião com a delegação da CMT que visitou o nosso país a convite da CGTP.

Segundo o STE, Carlos Custer mostrou-se favorá-

vel a uma participação mais activa da Federação Europeia do Pessoal dos Serviços Públicos no quadro da Confederação Europeia de Sindicatos (CES).

Citado pela Lusa, Custer acrescentou que «está em causa a defesa na Europa de uma maior harmonização entre a Função Pública dos diversos países, de modo a poder concretizar-se a livre circulação de trabalhadores».

Acompanhados pelo coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, os dirigentes da CMT, Carlos Custer e Roger Dennis, que é também presidente da Federação Internacional de Professores, abordaram junto do Presidente da República algumas preocupa-

ções universais dos trabalhadores.

A delegação da CMT salientou, segundo a Lusa, que existe hoje uma desvalorização da componente social, sendo necessário reforçá-la.

Custer e Dennis — este último vice-presidente da Confederação — defenderam a necessidade de uma dimensão social efectiva do Mercado Único.

A delegação da CMT manifestou junto de Mário Soares o desejo de que a presidência portuguesa da CEE contribua para dar força à Carta Social Europeia.

Carlos Custer teria apoiado, segundo fonte sindical, a presença da CGTP-IN na Confederação Europeia de Sindicatos (CES).

Dura resposta dos metalúrgicos à exclusão de direitos na contratação

O grande patronato da metalurgia e metalomecânica pretende reduzir a zero tudo o que diga respeito a regalias e direitos adquiridos na contratação colectiva. Sexta-feira passada, um primeiro dia de greve no sector registava uma adesão de 80 por cento.

A Federação sindical FSMMP num primeiro balanço distribuído nesse dia mencionava dez empresas encabeçadas pela Setenave/Solisnor onde a adesão era de 91 por cento.

Seguiam-se a Tecnimetal (80), Feruni (70), Valfrio (95), Valpo (99), Sepsa e Emoço (ambas acima de 70), Centro Torrejano (100), Costa Nery (70) e

Joaquim Vieira Junior (100).

A jornada de luta foi de 24 horas, com pré-aviso a nível nacional.

Em causa está afinal a nova legislação que o Governo pretende aplicar nas empresas.

É de notar que, depois de chegarem a acordo com os sindicatos, as associações patronais do sector só se prontificam a assiná-lo se o novo CCTV (contrato colectivo de trabalho vertical) deixar de incluir todas as cláusulas referentes a despedimentos, processos disciplinares, horário de trabalho, polivalência, período experimental e contratos a prazos.

O contrato revisto fi-

caria, pelos vistos, reduzido ao «esqueleto» salarial.

E mesmo esse «osso» não vai, segundo veio a público, além dos 14,2 por cento de aumento nas tabelas salariais das empresas de maior dimensão e de 16 por cento nas restantes.

O horário de trabalho ficaria num máximo de 43 horas semanais e o subsídio de refeição nos 200 escudos diários.

Para João Paulo, coordenador da FSMMP, as exigências patronais, que não constavam dos documentos de revisão do CCTV, serviriam para abrir caminho à «aplicação da nova legislação» do trabalho, pelo que «a greve é também contra o pacote laboral».

Greves em museus e hospitais

Os trabalhadores dos museus e palácios, que estiveram em greve durante toda a Semana Santa, provocando o encerramento da maioria daqueles locais, voltaram a adoptar a mesma forma de luta em 24 e 25 de Abril.

Depois de uma reunião no dia 23 com o vice-presidente do Instituto Português do Património Cultural, a comissão executiva da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública mantinha a greve,

porque «nada de conclusivo foi adiantado em relação ao fundamental».

Para FNSFP e para os trabalhadores o fundamental é: «a redução do horário de trabalho para 35 horas e a criação da carreira de técnico auxiliar de museus».

Dá novamente a greve, porque essas questões «mereceram o acordo por parte da direcção do IPPC em protocolos assinados em Abril e Novembro de 1990», acrescenta a Federação.

A FNSFP conclui que a greve se inclui num «plano de luta» que se desenvolverá até Junho, caso o Governo não honre os compromissos assumidos.

Entretanto, anunciavam greve, a partir de 25 de Abril e até 2 do corrente, as trabalhadoras de limpeza dos hospitais do Desterro e D. Estefânia, em Lisboa.

Em causa estão sobretudo os subsídios de refeição e a vacinação contra a hepatite B.



As movimentações e lutas na Administração Pública juntaram-se sexta-feira passada os trabalhadores do Registo Nacional de Pessoas Colectivas. A regularização do vínculo dos contratos além-quadro é um dos principais motivos da greve com pré-aviso emitido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores. O STFPASA anunciou os períodos de greve no Registo para 29 e 30 de Abril e 2 e 3 do corrente. (Foto do Sindicato)

«Escândalo» no Funchal

A esmagadora maioria dos trabalhadores do porto do Funchal estavam de «baixa» na semana entre 15 e 22 de Abril, porque, segundo o jornal «Diário de Notícias» daquela cidade, citado pela Lusa, os mesmos trabalhadores «descobriram que estar de baixa é mais rentável do que a trabalhar, já que em vez dos 240 mil escudos mensais recebem cerca de 400 mil escudos».

Esta anomalia, que o matutino funchalense considera um «escândalo da Segurança Social», levou a direcção regional da SS Madeira a pagar em Março «cerca de 46 mil contos de subsídios de baixa a trabalhadores do porto do Funchal».

De acordo com a mesma fonte, na semana já citada só 33 dos 138 trabalhadores do porto do Funchal se encontravam ao serviço.

Está em negociação um programa de reestruturação da actividade portuária, que inclui a reforma antecipada de mais de uma centena de pessoas.

Ainda no Funchal, o Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários e dos Trans-

portes da Madeira anunciava para quinta-feira passada um plenário da classe destinado a convocar uma greve geral do sector.

A forma de luta justificava-se, segundo o Sindicato, por não estarem a ser cumpridas algumas cláusulas do contrato colectivo de traba-

lho negociado este ano com as entidades patronais.

A Inspeção regional do trabalho deve intervir para que seja pago o trabalho nocturno e garantido o direito à realização de reuniões.

Doutra maneira haverá greve.



Os metalúrgicos voltam à acção por direitos e garantias gravemente ameaçados no CCTV. Foto de arquivo: manifestação-plenário em Outubro de 84; pessoal da Lisnave

VIII SONETOS de ARY DOS SANTOS

um texto de Manuel Gusmão e um desenho de Rogério Ribeiro

AUTO-ESTRADA LISBOA-CASCAIS

A abertura de um dos três troços que até Setembro entrarão em funcionamento na auto-estrada Lisboa-Estoril, foi comentada pela DORL do PCP que se interroga «se a prioridade dada à abertura desta via não estará mais associada à satisfação dos fortes interesses económicos fundiários do que à intenção de dar uma resposta séria às necessidades da população e dos concelhos envolvidos». A DORL lamenta que tenha sido preterida a «construção das duas circulares regionais da capital que não só se apresentam com prioritárias, como constituem condição para conferir eficácia à auto-estrada Lisboa-Estoril».

AS PENSÕES MAIS BAIXAS DA CEE

Em anos de eleições todos prometem mundos e fundos aos reformados. Mas, como denuncia o secretariado da coordenadora de Reformados da Cidade de Lisboa do PCP, o facto é que os interesses desta camada da população têm sido marginalizados pelos órgãos de soberania e a política de direita tem nos últimos anos sido responsável pelo agravamento das suas condições de vida. Este organismo do PCP desafia o Governo a dizer a verdade aos portugueses sobre a «anulação da comparticipação nos medicamentos, a falta de comparticipação de verbas do Estado à segurança social e as dívidas que não são pagas; a nova lei da habitação que penaliza particularmente os reformados, pensionistas e idosos; os aumentos que não repõem o poder de compra perdido com a inflação». É com o silêncio que o Executivo de Cavaco Silva responde igualmente à recomendação da OIT que aponta para que as reformas e pensões atinjam pelo menos 55 por cento do salário mínimo nacional, e à recomendação da Comissão das Comunidades da CEE com vista à criação de um cartão de cidadão europeu com mais de 60 anos, para utilização de transportes públicos e acesso a actividades culturais.

QUEM RECEBEU OS SUBSÍDIOS?

Depois dos ministros, secretários de Estado e outros membros do Governo tanto falarem dos abundantes «milhões» para o Vale do Ave, assegurando à opinião pública de que os tais «fundos» foram bem aplicados, a população local continuam a braços com um situação crítica, onde nem sinais existem da ajuda financeira. «Se vieram subsídios, quem os recebeu?, a quem foram distribuídos?», pergunta o Comité Têxtil do distrito de Braga do PCP, que assiste diariamente ao agravamento da crise. Em Fafe, a fábrica do Bugio encerrou as portas, após o corte de energia pela EDP, deixando três meses de salários em atraso. Em Guimarães e Famalicão, aumenta o número de empresas com intenções de efectuarem despedimentos colectivos, e encerram as empresas Arquinho e Solinda. A Oliveira Ferreira, em Riba D'Ave, está a pagar salários com cheques sem cobertura e a J.F. de Braga paga-os em prestações. O PCP denuncia a atitude do Governo, que, como «Pilatos», lava as mãos da crise que enfrenta a Coelima. «Deixar cair um empresa com mais de dois mil trabalhadores, que no mínimo afectará 10 mil pessoas, só pode ser considera-

do como um acto irresponsável por parte do Poder», afirma a nota enviada à imprensa, manifestando o incondicional apoio do PCP a todos os trabalhadores atingidos pela crise.

DESENVOLVIMENTO ADIADO

«As infra-estruturas imprescindíveis ao desenvolvimento são sistematicamente adiadas, as pequenas e médias empresas, designadamente de moldes, limas, vidro, cerâmica, debatem-se com apertadas restrições ao crédito e altas taxas de juro bancário. Asfixiadas pelos altos juros, muitas delas ficam pelo caminho, impossibilitadas de promoverem a sua modernização». Esta é a verdadeira política do Governo no distrito de Leiria, concluiu a DORLEI do PCP na sua reunião de 20 de Abril, em que fez o balanço da situação social e económica da região. O PCP chamou ainda a atenção para os atrasos no pagamento de indemnizações compensatórias e subsídios de gásóleo aos agricultores. Na suinicultura, lê-se nas conclusões da reunião, o Governo «afoga a pequena e média produção num mar de exigências, impondo-lhes nova legislação mas não assegurando os mínimos apoios financeiros e técnicos». Foi ainda referido que as lutas que envolveram milhares de agricultores obtiveram importantes vitórias, como sejam o prolongamento dos prazos da nova legislação para as pecuárias, o reconhecimento dos direitos dos povos aos baldios, em Porto Mós, e o aumento do subsídio do gásóleo, que apesar de não resolverem os problemas de fundo, contribuem para atenuar as inúmeras dificuldades com que se defronta a pequena e média produção agro-pecuária do distrito de Leiria.

VALPAÇOS PCP EXIGE INQUÉRITO

A comissão concelhia de Valpaços do PCP tomou posição sobre os recentes confrontos entre a população e forças da GNR, de que resultaram alguns feridos e várias detenções, tal como noticiámos a semana passada. O PCP entende que aqueles acontecimentos podiam ter sido evitados se tivesse havido da parte da GNR e em particular «do comandante do posto concelhio uma atitude diferente, serena e apaziguadora». Segundo indica a nota divulgada, «vive-se nesta vila e no concelho um ambiente de indignação e um clima conturbado que tem raízes em atitudes anteriores da GNR local», pelo que se exige a urgente abertura de um inquérito à actuação da GNR local.

Jornadas Algarvias concluem

Só uma nova política poderá resolver os problemas

«Não é de medidas pontuais que o Algarve necessita, mas de um outro projecto político, tal a gravidade e a urgência de pôr cobro à política empreendida pelo Governo PSD»

Esta afirmação é feita nas conclusões das Jornadas Algarvias do PCP que decorreram entre 15 e 20 de Abril, em vários pontos da região e integraram um conjunto de debates sobre importantes problemas da realidade regional. É o caso do Plano de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL), já aprovado, que depois de análise circunstanciada, foi considerado «como um instrumento da política centralizadora do actual Governo, visando retirar competências e poderes de decisão às autarquias em áreas fundamentais da sua actuação, prejudicando os pequenos proprietários em benefício dos grandes empreendimentos imobiliários». O PROTAL é ainda criticado por não se inserir «numa visão articulada e integrada de planeamento que com base no aproveitamento dos recursos naturais e no respeito pela autonomia do poder local, desse corpo a um plano eficaz de desenvolvimento, indispensável para corrigir as assimetrias e desigualdades que permanecem na região». Os comunistas propõem-se deste modo actuar no quadro da AR para alterar e rectificar os diplomas que criaram o PROTAL e apoiar os esforços tendentes a tornar os planos directores municipais em instrumentos vivos de planeamento, abertos à participação de todos os agentes económicos, sociais e culturais da área em que se inserem.

No campo da hortofruticultura, as jornadas concluíram ser necessário apresentar na AR um pro-



As conclusões das Jornadas algarvias foram divulgadas numa conferência de imprensa realizada em Faro, em que participou Carlos Figueira, coordenador da DORAL

jecto de lei sobre «Orientação e Fomento da Produção de Hortícolas e Frutícolas», no qual estão consagradas medidas com vista à definição de zonas de cultivo, à melhoria tecnológica, à reconversão e reestruturação de pomares, ao apoio técnico à produção e à formação profissional, criação de infra-estruturas diversas para o acondicionamento e modernização dos circuitos de comercialização.

No sector da pesca artesanal, constatou-se que a política do Governo está provocar fortes estrangulamentos nesta actividade, que continua a ter um peso significativo no volume de mão-de-obra que emprega e no valor de pescado descarregado. Neste sentido, o PCP defende a execução de um Plano Regional de Pescas para o Algarve, elaborado com todos os agentes do sector e reclama a participação de todos os interessados na elaboração dos planos plurianuais que a CEE exige. Por outro lado, defende a construção de infra-estruturas, nomeadamente, a concretização do Porto de Quartei-

núcleos históricos e arqueológicos; para além de provocar maior isolamento da serra algarvia.

A formação profissional, emprego e direitos dos trabalhadores foram igualmente objecto de análise, concluindo-se que deve continuar a ser apoiada «a justa luta dos trabalhadores contra a nova legislação do trabalho, por melhores salários», reclamando-se a criação do Centro Regional de Formação Profissional, de centros concelhios, assim como do Hotel-Escola.

No âmbito da regionalização, foi realçado que a instituição da Região Administrativa do Algarve, sistematicamente adiada pelo Governo, «constitui não só uma aspiração da esmagadora maioria da população, como é uma condição indispensável ao desenvolvimento integrado da região».

Assim, o PCP tudo fará para assegurar a aprovação da Lei Quadro das Regiões Administrativas até ao final da presente legislatura, no respeito pelos princípios constitucionais da descentralização e da autonomia.



Deputados visitam Bairro Alto

Integrada nas jornadas legislativas do PCP no distrito de Lisboa, realizou-se na passada semana uma visita ao Bairro Alto, em que participaram os deputados Octávio Teixeira e António Filipe, o vereador Rui Godinho, outros eleitos municipais e locais e quadros da organização da cidade de Lisboa do PCP. Foram visitados alguns edifícios onde decorrem obras de reabilitação. A delegação foi ainda recebida na sede do FC Santa Catarina e terminou a visita com um debate no Salão do Lisboa Clube do Rio Janeiro.

Na Junta de Freguesia de Alcântara teve lugar um encontro do Grupo Parlamentar comunista com os reformados, pensionistas e idosos da capital. Era objectivo da iniciativa efectuar uma troca de opiniões sobre a situação política e social, as reivindicações desta camada da população e a actividade dos deputados do PCP na Assembleia da República. Estiveram representadas 24 estruturas de reformados, num total de mais de sessenta presenças.

CAMARADAS FALECIDOS

FERNANDO DÂMASO

Faleceu recentemente em Albufeira Fernando Manuel Lima Dâmaso, de 42 anos, que era membro do Partido desde 1974 e pertencia à organização concelhia de Albufeira.

FERNANDO DIONÍSIO

Fernando Graça Dionísio, de 77 anos, faleceu no dia 23 de Abril após intervenção cirúrgica. Residia em Rana, S. Domingos de Rana. No tempo da clandestinidade, era quem distribuía o «Avante!» no Arsenal do Alfeite.

JOSÉ ALONSO

Faleceu na semana passada José da Cruz Alonso, fundidor de profissão, nascido em 28 de Agosto de 1915. Militante do Partido desde 1974, era assíduo colaborador do CT de Setúbal.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Álvaro Cunhal com sector dos transportes

A defesa do SEE é indispensável para o desenvolvimento do País

O sector dos transportes da ORL promoveu no passado sábado, no terreno da Atalaia, um almoço-convívio em que participaram perto de 350 pessoas, no final do qual o secretário-geral, Álvaro Cunhal, fez uma intervenção, de que publicamos os extractos mais significativos

(...) Confraternização do Partido é uma manifestação festiva dos sentimentos que nos aproximam e identificam.

Mas é também uma expressão da atitude política, do empenhamento e da determinação de luta das organizações e militantes do Partido.

É oportuna esta iniciativa do sector dos transportes porque o sector dos transportes, como vós bem sabeis e melhor do que eu, abrange ramos diversos e muitas empresas que se devem considerar como empresas-chave na estrutura económica nacional.

É oportuna porque o sector dos transportes está a ser duramente atingido pela política do Governo do PSD; porque os direitos dos trabalhadores estão a ser feridos em aspectos essenciais; porque é necessário reforçar a luta; porque é necessário reforçar a solidariedade e em alguns casos a luta comum ou coordenada dos trabalhadores das várias empresas dos transportes.

Dá a oportunidade desta iniciativa e também a oportunidade de dedicarmos alguns minutos à situação política e aos problemas dos transportes e dos trabalhadores dos transportes.



Imagem do almoço de confraternização realizado, sábado passado, no refeitório do terreno da Atalaia, que reuniu mais de três centenas de pessoas

De facto o sector e as empresas dos transportes são objecto directo da política antidemocrática do Governo do PSD.

A ofensiva contra as empresas do Sector Empresarial do Estado é extremamente agressiva: destruídas empresas da marinha mercante; desmembrada a Rodoviária Nacional; desmembrada a CP; privatizados serviços e linhas rentáveis da CP; privatizadas empresas desmembradas da RN.

No sector dos transportes são largamente utilizados os

processos gerais na reconstituição dos grupos económicos monopolistas: a gestão ao serviço dos interesses privados; os privilégios às empresas privadas (Porto de Lisboa); os empréstimos estrangeiros compulsivos (TAP); a justificação com a falsa afirmação da não rentabilidade das empresas para no fim de contas entregar ao capital privado precisamente tudo quanto é rentável.

Também no sector dos transportes, a restauração do capital monopolista é acompanhada pelo agrava-

mento da situação social e pela liquidação dos direitos dos trabalhadores: redução dos postos de trabalho, transferências de locais de trabalho, horários de trabalho, aumento dos tempos de trabalho, anulação de férias, aumentos salariais insuficientes.

A luta dos trabalhadores tem como objectivo a defesa dos seus interesses e direitos.

Mas na situação actual, ela funde-se inevitavelmente com a luta contra a reconstituição do capitalismo monopolista, contra as privatizações, em defesa das suas empresas e de um Sector Empresarial do Estado dinâmico, moderno, essencial para o desenvolvimento económico do país e para garantia da independência nacional.

A luta dos trabalhadores adquire assim um carácter eminentemente democrático e patriótico.

O Governo fala muito em desenvolvimento. Mas a verdade é que o Governo do PSD/Cavaco Silva não tem uma política de desenvolvimento e não tem tão-pouco uma política de transportes adequada aos interesses nacionais.

Uma política de transportes deveria obrigatoriamente responder a alguns objectivos fundamentais. Deveria articular-se com o desenvolvimento económico nos seus vários ramos e vertentes e numa perspectiva de correcção das graves assimetrias regionais.

Deveria nas suas diversificadas funções assegurar aos utentes a funcionalidade necessária e um preço compatível dos serviços.

Deveria considerar os transportes como um sistema exigindo um planeamento integrado, o desenvolvimento das infra-estruturas, o reequipamento e modernização do material, uma gestão coordenada quando necessária.

Acresce ainda que, no quadro da CEE, deveria considerar e tomar as medidas adequadas para a intervenção nos tráfegos exteriores, o que exige seja assegurada a competitividade necessária (...)

QUE REGIONALIZAÇÃO?

«O poder local é consequência de uma luta reivindicativa constante, que tem sido travada desde o 25 de Abril, e que continua hoje na ordem do dia», afirmou Luís Sá, membro da Comissão Política, durante um debate promovido recentemente pela estrutura concelhia da CDU, em Gaia. Sob o lema «17 anos de Abril, 17 anos de poder local democrático - que regionalização?», a iniciativa contou com várias dezenas de participantes interessados na problemática. Entre os aspectos abordados, refira-se os projectos de lei do PCP sobre a permanência a tempo inteiro dos eleitos das juntas de freguesia e sobre a atribuição de verbas a estes órgãos locais. A política do PSD foi alvo de críticas por ter feito esperar três anos a Assembleia da República pela apresentação da proposta de lei-quadro da Regionalização. Por outro lado, foi denunciado que na proposta tardia do Governo são extremamente exíguos os poderes regionais e é acentuada a figura do representante regional - o governador regional - que aparece dotado de um poder excepcional e mesmo anticonstitucional.

5ª ASSEMBLEIA DE CASCAIS

Do debate realizado na 5ª Assembleia de Organização do PCP no Concelho de Cascais, em que participou José Casanova, ressaltou um grande número de carências básicas da população, sobretudo na zona do interior, onde faltam estradas, ruas e esgotos, sem que se veja, por parte da Câmara Municipal, vontade para resolver estes problemas. Os comunistas de Cascais assinalaram ainda o agravamento da situação social dos trabalhadores, resultante do desmembramento das zonas industriais tradicionais, e o surgimento de novas empresas nas periferias, que procuram a mão-de-obra menos qualificada, impõem novas formas de contrato, à hora, ou à tarefa. Foi grande o rol de problemas levantados durante os trabalhos, que tinham como objectivos reforçar a ligação do Partido às massas, preparar as eleições legislativas e eleger uma nova Comissão Concelhia. Quer a lista proposta, com 38 membros, quer o documento final foram aprovados por unanimidade.

ESTAÇÃO DA CP ENCERRA EM VISEU

A Comissão Concelhia de Viseu do PCP veio recentemente denunciar a intenção da Câmara Municipal de destruir a estação da CP naquela cidade, sem sequer ouvir a população. Por outro lado, nenhuma alternativa foi criada aos utentes, que hoje se debatem com graves problemas de transportes urbanos e suburbanos. O PCP interrogou-se se por detrás desta decisão não estarão fortes interesses económicos, já que não é claro que não houvesse outra solução e seja duvidoso que a encontrada sirva de facto o progresso, como pretende o Município. Recorde-se que as populações reivindicam a abertura da Linha do Dão, que servia várias localidades do concelho, e foi encerrada arbitrariamente pela CP e os responsáveis camarários.

GESTÃO ESCOLAR

A gestão escolar esteve no centro de um debate efectuado no CT Vitória, pelos professores comunistas dos 1º, 2º e 3º ciclos e do ensino secundário. A reunião, que pretende preparar o fórum «Escola, espaço educativo», previsto para o dia 25 de Maio, analisou o decreto aprovado em Conselho de Ministros, sobre a Gestão das Escolas, considerando-o como «mais uma machadada» na gestão democrática das escolas e simultaneamente «uma tentativa de governamentalização» das mesmas. Os professores reunidos denunciaram o projecto do Governo, que ao atribuir largos poderes à figura do Director Executivo, levará ao isolamento progressivo das escolas da comunidade, fazendo ainda com que passem a viver num clima de permanente desconfiança e desinteresse.

1º DE MAIO PORTO E FASCISMO

As comemorações do 1º de Maio no Porto durante o fascismo foram tema de um colóquio, que contou com a participação dos investiga-

Vinho e carne sem procura

Um pouco por todo o País, os produtores de vinho e de carne bovina encontram-se em sérias dificuldades para vender a sua produção. Os preços oferecidos reflectem uma reduzida procura, apresentando quebras substanciais relativamente aos do ano transacto. A situação foi denunciada numa conferência de imprensa realizada, no fim da semana passada, pela comissão para as questões de agricultura, junto do Comité Central, em que participaram Agostinho Lopes, da Comissão Política e da Comissão Executiva nacional do PCP, deputado Lino de Carvalho e Carlos Amaro.

No mercado do vinho as quebras de preço variam entre os 40, 50 e 60 por cento, dependendo da região. Vários vinicultores chegaram mesmo a

recusar-se a entregar o vinho aos preços fixados de 46 e 48 escudos, manifestamente ruinosos, sobretudo em regiões de altos custos de produção. No sector da carne bovina a situação não é mais animadora, cifrando-se as quebras em 20 e 25 por cento, relativamente a 1990. Esta crise foi explicada pelos elevados níveis de importações, que terão atingido no ano passado um valor record - «hoje, são já camiões de animais vivos que chegam a Portugal para serem abatidos nos nossos matadouros, contribuindo para o encharcamento do mercado nacional de carne». A verdade, porém, é que não se verifica qualquer sintoma de desinflação dos produtos alimentares, nem os consumidores registam qualquer baixa dos preços do vinho

nos restaurantes ou da carne nos talhos. O contexto geral dos preços agrícolas aponta igualmente para uma baixa acentuada, o que agudiza ainda mais o cenário atrás descrito. Observam-se descidas ao produtor no leite, no azeite, na rolaria para as celuloses, nas carnes de suíno, ovino e frango, nos preços da lã, que chegam a atingir os 100 por cento em algumas regiões. O PCP anunciou que vai tentar que a AR aprove com urgência uma resolução que obrigue o Governo a tomar medidas para os dois sectores em maiores dificuldades e defende que o Governo desencadeie mecanismos comunitários de ajudas aos agricultores mais afectados por problemas de mercado, que incompreensivelmente continuam por utilizar.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

25 de Abril Recusar o inconformismo

A necessidade de abrir caminhos de participação e envolvimento dos jovens na defesa dos valores que presidiram à arrancada do 25 de Abril, foi um dos temas que marcou alguns dos discursos proferidos no decorrer da sessão solene comemorativa do décimo sétimo aniversário da Revolução, na Assembleia da República.

Ao assunto se referiu nomeadamente o Presidente da República, logo no começo da sua intervenção ao interrogar-se sobre o modo de encontrar a «fórmula mágica» que permita transmitir às jovens gerações, que já cresceram na democracia e nunca conheceram a opressão, o significado e importância da data libertadora.

A anteceder o discurso de Mário Soares, interveio o Presidente da Assembleia da República, Victor Crespo, que sublinhou a importância para o País e os portugueses de assinalar uma data com o significado que esta tem, referindo ser essencial, por outro lado, «que se mantenha vivo o reconhecimento aos Capitães de Abril».

Em nome da bancada comunista, Jerónimo de Sousa, por sua vez, fez também uma larga referência à juventude que «nasceu e cresceu em democracia» e que «não discute a liberdade porque nunca lhe sentiu a falta», deixando o apelo para que ela seja inconformista, já que, frisou, «viver Abril também é recusar o conformismo».

Inconformismo que no caso presente não pode ser dissociado, na opinião do deputado comunista, da luta por uma «política que defenda as liberdades, ponha cobro às discriminações e exclusões sociais, que rasgue os caminhos do desenvolvimento económico, potencie as nossas capacidades, os nossos recursos, as transformações económicas realizadas no processo democrático».

Interpretando o significado da data do ponto de vista da sua bancada, Jerónimo de Sousa salientou que «Abril é necessariamente trabalhadores exercendo direitos, empresas públicas vitalizadas, agricultura apoiada e modernizada, Poder Local dignificado e regionalização concretizada», concluindo que retomar os seus caminhos é garantir à juventude uma escola de igualdade, de qualidade e de democracia, dar combate à precariedade do emprego e permitir o acesso a uma habitação condigna».

Antes de deixar palavras de homenagem e gratidão aos Capitães de Abril, muitos deles presentes nas galerias do hemiciclo, Jerónimo de Sousa pôs ainda em relevo a ideia de que Abril, «pela sua dimensão solidária», é também não esquecer «as margens da vida, é recusar e dar combate às manchas de pobreza, às desigualdades, à exclusão e ao individualismo feroz, é recusar e dar combate a que, em nome da sacralização do lucro, se desregulamente e fragilize o estatuto social e o direito laboral».

Gestão democrática incomoda PSD

O Grupo Parlamentar do PCP anunciou já a sua intenção de chamar à ratificação da Assembleia da República o decreto-lei governamental sobre gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos Básico e secundário. Esta posição, tornada pública na sequência da rejeição pelo PSD de um projecto sobre esta matéria apresentado pelo PCP - que tomou a iniciativa de agendar igualmente o debate ao abrigo do direito regimental -, indica claramente que os deputados comunistas entendem que a discussão pública sobre o assunto está longe de estar encerrada e que estes não desistirão, como sublinhou Lourdes Espanhol, de ver consagrada em lei «uma gestão verdadeiramente democrática nas escolas».

Uma gestão que o Governo - significativamente ausente do debate na passada semana -, pretende liquidar, restabele-

cendo para o efeito um sistema antidemocrático, autoritário e de comando entregue às suas rédeas e da administração central.

Isto mesmo se pode aferir pelo conteúdo de algumas das disposições contempladas no decreto do Executivo - que aliás se furtou, ao contrário do que estava obrigado por lei, a apresentar uma proposta sobre a matéria à Assembleia -, diploma onde perpassa a manifesta intenção de acabar com os actuais órgãos de gestão colegiais, diminuir drasticamente a sua dimensão participativa, promover clientelas e comissários políticos, instalar a prepotência e garantir o estrito controlo político e burocrático dos órgãos de gestão das escolas.

Aspectos que o deputado comunista António Filipe se deteve demoradamente a comprovar, chamando por exemplo a atenção para o facto de a

direcção de cada escola, de acordo com as intenções do Governo, ficar concentrada num órgão unipessoal não electivo (o chamado «director executivo», escolhido mediante concurso a regulamentar pelo Ministério da Educação), ao mesmo tempo que é esvaziado de poderes e manipulada a composição do órgão colectivo - o Conselho de Escola.

Questão profundamente gravosa não deixa de ser, por outro lado, como salienta uma nota da Comissão para as questões da Educação e do Ensino emitida a propósito do assunto, a extinção dos Conselhos Pedagógicos com a composição e funções de direcção que o actual sistema lhes confere e que segundo o decreto do Governo são transformados em meros órgãos consultivos do director executivo, o que constitui uma verdadeira afronta ao papel dos professores na escola.

Esvaziada de conteúdo real e dificultada é também, por outro lado, a participação dos alunos, do pessoal não docente e dos pais, como assinalou António Filipe, que recordou igualmente o facto de o diploma canalizar contra as autarquias as justas reclamações existentes em relação à falta de meios e às más condições em que funcionam numerosas escolas.

Ora foi justamente no sentido de obstar a todas estas disposições, que na sua orientação geral violam de forma gritante a Lei de Bases do Sistema Educativo e o próprio texto da Constituição da República, que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou o seu projecto, gizado por princípios de democraticidade e participação de todos os implicados no processo educativo, onde consagra critérios de natureza pedagógica e científica sobre critérios de natureza administrativa.

A saúde, a doença e o negócio

O Grupo Parlamentar do PCP voltou a acusar o Governo de não ter uma política de saúde coerente e adequada à realidade nacional, capaz de mobilizar os profissionais e envolver a população organizada na resolução dos problemas dos serviços.

Tão ou mais grave que esta ausência de política, porém, no entender da bancada comunista - que fez a demonstração da sua afirmação através de vários exemplos concretos enumerados pelo deputado João Camilo -, é o facto de a acção governativa neste domínio se cingir à «sobrevvalorização da mera

obra de fachada» e à ideia de transformar a saúde e a doença num negócio, onde, o que importa é o lucro, com total desprezo pelos direitos dos cidadãos e pelo bem-estar das comunidades.

Ao contrário do quadro optimista pintado pelo Governo, alguns indicadores são, a este respeito, o melhor testemunho do modo como vai a saúde no nosso País: continuamos na cauda não apenas da Europa Comunitária como da própria OCDE, com excepção da Turquia e, pontualmente, da Grécia.

Um pouco honroso lugar que não é de espantar se se

disser que de 80 para 87 a despesa pública com a saúde caiu de 4,2 para 3,9 por cento do PIB, revelando os números mesmo um ligeiro agravamento nos últimos três anos.

Agravamento cujos reflexos se têm feito sentir nos mais variados domínios, como o comprova a degradação de instalações, a falta de equipamentos, a carências de recursos humanos, a ausência de uma hierarquia técnica e de uma estrutura equilibrada de áreas e serviços, aspectos que no seu conjunto têm conduzido a uma situação que, pelas suas proporções, como enfatizou João Camilo, põe em causa a dignidade dos doentes e a ética dos profissionais.

O caso dos Cuidados de Saúde Primários é a este respeito paradigmático, uma vez que é revelador do «claro desprezo» a que o Governo vota esta área, levando a que, como lembrou o deputado do PCP, se prestem apenas cuidados curativos de empreitada, «em completa negação da

sua vocação, para deses- perdo dos utentes e frustração dos profissionais», quando nesta área de cuidados se deviam resolver 90 por cento dos casos de saúde.

Esta situação tem naturalmente incidência na eficiência e qualidade dos hospitais, como tratou de explicar João Camilo, ao abordar desenvolvidamente alguns desses efeitos chamando em particular a atenção para o modelo de gestão implantando, para a situação de permanente ruptura financeira e para a inexistência de estruturas de apoio e retaguarda da segurança social.

«Mas onde tudo é realmente insuficiente, para utilizar as palavras de João Camilo, é na Saúde Mental, área onde às instalações degradadas e à falta de profissionais (em especial enfermeiros) se somou a diminuição do Orçamento em valor absoluto e o desaparecimento do PIDDAC dos investimentos para a construção e obras dos centros de saúde mental.

Beja

Quem trava o desenvolvimento?

Alguns dos principais problemas com que se defronta o distrito de Beja, designadamente os que se prendem com o desenvolvimento integrado e o progresso e bem-estar das suas populações, estiveram de novo em foco na Assembleia da República, no período antes da ordem do dia de uma das sessões plenárias da última semana.

A iniciativa partiu da deputada comunista Lourdes Espanhol e a razão de levar o assunto à Câmara prendeu-se desta feita com a realização recente das Jornadas Legislativas do PCP e com a igualmente recente visita do Primeiro-Ministro ao Distrito.

Dois acontecimentos que a deputada analisou, pondo em confronto, nomeadamente, de um lado, a von-

tade das entidades e organizações da região em promover o fortalecimento do tecido empresarial e social, contribuir para o aumento do investimento, e, do outro, a ausência efectiva de medidas por parte do Poder Central no sentido de inverter as tendências de estagnação económica e desertificação social.

Tendências que, segundo dados que constam do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), apontam para que no final da década o sector primário no Alentejo seja o único a registar um saldo negativo de aproximadamente 55 000 indivíduos, apesar de ser aquele que ocupava o maior número de activos no sector em 1981.

Claro está que para tal panorama, como fez ques-

tão de lembrar Lourdes Espanhol, não é alheia a evolução da estrutura fundiária na região na década de 1980, período durante o qual foram «praticamente aniquiladas as 550 UCP's/ Cooperativas Agrícolas da Reforma Agrária, com a destruição de mais de 50 mil postos de trabalho, sem que simultaneamente tenha havido quaisquer projectos alternativos no plano empresarial capazes de assegurar os níveis de produção anteriores.

«Retirou-se terra e aumentaram-se as rendas aos pequenos e médios agricultores, quer das terras dos particulares quer das estatizadas», e reconstituiu-se «parte significativa da exploração latifundiária», referiu a propósito Lourdes Espanhol, antes de assi-

nalar que no distrito de Beja, com 18 000 explorações, cerca de 75 por cento dos agricultores têm explorações com menos de 20 hectares.

Na sua intervenção, a deputada do PCP chamou ainda a atenção para a inadequação dos Programas Operacionais face à realidade do Alentejo, para o Plano Transfronteiriço sobre o qual existem informações contraditórias sobre a sua aprovação em Bruxelas, para os problemas do ambiente colocados pela construção da central nuclear espanhola de Valle de Caballeros e ainda para as questões relacionadas com a segurança social, designadamente a falta de estruturas de apoio em lares e centros de dia.

Com uma imensa alegria

Joaquim Pires Jorge

edições **Avante!**

Estas são histórias da História de Joaquim Pires Jorge, dirigente do Partido Comunista Português, escritas na primeira pessoa, tal como foram contadas, ao longo de entrevistas sucessivas, a um jornalista. São histórias da História da classe operária portuguesa que valem pelas experiências e pelas lições que encerram na vida duríssima e exemplar de um revolucionário. Joaquim Pires Jorge morreu, mas deixou a lição da sua vida. É isto também, como diz Pablo Neruda, o Partido: «Fizeste-me ver a clareza do mundo e como é possível a alegria. Fizeste-me indestrutível pois contigo não termino em mim próprio.»

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Boch & Baylina



O avolumar de dificuldades na Bosch & Baylina, Lda está a suscitar legítimas inquietações entre os seus 240 trabalhadores que recebem os salários com atraso.

Mais preocupante ainda é, porém, o facto de há vários meses a empresa não pagar à Segurança Social, nem sequer entregar os respectivos mapas, o que origina que os trabalhadores que por motivo de doença entraram ou venham a entrar numa situação de baixa médica tenham os seus direitos suspensos perante a Segurança Social.

Este caso mereceu já a atenção do deputado comunista Júlio Antunes, levando-o a inquirir o Governo, através de requerimento ao abrigo das disposições regimentais, sobre as medidas que este pensa adoptar no sentido de debelar a crise na empresa e alterar a situação relativa ao pagamento à Segurança Social e, sobretudo, à entrega dos mapas em atraso.

Lei do Referendo



O Parlamento aprovou na passada semana com a abstenção do PCP e os votos favoráveis dos restantes partidos, a Lei do Referendo nacional, culminando assim um processo iniciado com a revisão constitucional, em 1989, que introduz um mecanismo de consulta e participação dos cidadãos na vida pública.

Nas declarações de voto produzidas por todos os grupos parlamentares, a nota mais saliente vai para as críticas dos partidos da oposição ao que consideram ser a insistência da maioria em incluir mecanismos previstos no futuro código do processo eleitoral.

Na sua declaração de voto, proferida por António Filipe, o PCP sublinha que foi precisamente o aplicar destas disposições eleitorais, «que podem mesmo condicionar o futuro código do processo eleitoral», que levou a sua bancada a manifestar algumas reservas face à proposta.

Em cumprimento do disposto constitucional, referendáveis serão todas as matérias de «relevante interesse nacional», excluindo-se as que digam respeito à Constituição, à competência da Assembleia, ao Orçamento do Estado, à fiscalidade ou organização e funcionamento do Parlamento, Governo e Tribunais.

Cardia defende coligação PS/PCP



O deputado socialista Sottomayor Cardia defendeu em comunicado citado pela Agência Lusa que «a maneira mais segura de derrotar o PSD» está na apresentação de uma coligação entre o PS e o PCP.

«Defendo a Coligação pelas mesmas e precisas razões que a combati no passado: a defesa da liberdade que é a grande causa e bandeira do PS. Mais quatro anos de Cavaco Silva converteriam a liberdade dos portugueses em algo mais frágil do que já é», afirma Cardia.

O deputado socialista considera que as próximas legislativas são «mais personalizadas do que seria razoável» e sublinha que uma «eleição de deputados não é o mesmo que um plebiscito sobre dois primo-ministeriáveis».

Sottomayor Cardia manifestou ainda a sua convicção de que Cavaco Silva perderá as eleições, mas defende a coligação entre comunistas e socialistas como maneira de a garantir.

«O País está inchado de tiraninhos, tiranetes e tiranecos. O que é sério deve ser tratado com seriedade e não amadorismos», concluiu.

Jornadas em Setúbal



No quadro preparatório das suas Jornadas Legislativas, a realizar a 17 e 18 próximos, os deputados comunistas eleitos pelo círculo de Setúbal levam a efeito já na próxima segunda-feira, dia 6, um conjunto de visitas e encontros para aprofundar o levantamento das carências e problemas do distrito.

Neste mesmo dia, em conferência de imprensa em que participará Octávio Teixeira, da presidência do Grupo Parlamentar, serão divulgados pormenores do programa e objectivos das Jornadas, que privilegiarão nomeadamente áreas como o desenvolvimento regional e as acessibilidades, o património natural e a defesa do ambiente, o bem-estar das populações e justiça social, juventude e reformados.

Redução do SMO: uma mistificação

O Grupo Parlamentar do PCP considerou a redução para quatro meses do Serviço Militar Obrigatório um acto de «assumida irresponsabilidade» que «não corresponde a uma reflexão adequada e séria sobre a política de defesa nacional», razão pela qual votou contra as alterações à Lei do Serviço Militar, no que foi acompanhado pelo PRD. O PSD e o PS foram os únicos partidos que votaram favoravelmente o texto final, tendo o CDS optado pela abstenção.

Na declaração de voto que proferiu em nome do PCP, João Amaral escalareceu que

o sentido de voto da sua bancada não põe em causa a redução do SMO - «o PCP votou favoravelmente o que de concreto e palpável esta lei faz, isto é, reduzir para oito meses o serviço militar no Exército e para 12 meses na Marinha e Força Aérea», frisou a propósito - , mas as circunstâncias em que se verificou a aprovação das alterações.

«O resto - a propalada redução para quatro meses - começa por ser uma mistificação (fica para depois, e então se verá)», sublinhou João Amaral, acusando o Governo de avançar para uma solução

sem ter tirado «quaisquer conclusões do debate nacional que anunciou há um ano».

Com efeito - e este foi o aspecto considerado mais grave pelo deputado comunista - continua sem resposta uma questão essencial, cuja é a de saber quais «os novos conceitos estratégicos que depois das profundas mudanças ocorridas na Europa e no Mundo devem pautar a actividade do Estado em matéria de defesa nacional e, reflexivamente, em matéria da organização e actividade das Forças Armadas».

«Sem essa reformulação conceptual - acrescentou

João Amaral - ninguém com sentido das responsabilidades pode considerar reunidas as condições necessárias para aprovar uma alteração qualitativa da estrutura organizacional das Forças Armadas».

Marques Júnior, em nome do PRD, considerou por sua vez que o texto resultante da proposta do Governo e de um projecto do PS «viola a Constituição ao descaracterizar de forma irreversível a prestação do serviço militar obrigatório e, por outro lado, não garante com este «novo sistema» as condições de defesa militar da República em caso de necessidade».

Velhos coutos, novos privilégios

A Lei da Caça, chamada recentemente à ratificação pelo Grupo Parlamentar do PCP, baixou na semana finda à comissão especializada, sem votação, para debate das propostas de alteração.

Propostas que no caso da bancada comunista visam no essencial responder com equidade e racionalidade aos legítimos interesses das populações, das economias, locais e nacional, dos caçadores, garantindo simultaneamente um quadro de segurança para a preservação e valorização dos recursos cinegéticos.

Objectivos que pouco têm a ver com o conteúdo do decreto-lei governamental, aprovado em 1986, que altera a lei da caça, orientado para regulamentar a caça num «elemento de discriminação ou fonte de privilégios para minorias privilegiadas», como sublinhou na discussão sobre a ratificação o deputado comunista Joaquim Teixeira.

Rejeitadas pelo PCP são ainda as concepções que «pretendem recriar na prática os velhos coutos latifundiários», os quais, segundo foi dito, «conduziram a flagrantes injustiças para a generalidade dos caçadores», não revertendo em benefício da economia e do desenvolvimento regionais.

Na opinião do PCP, o decreto-lei, agora em comissão, veio assim agravar ainda mais a situação, «permitindo o arbítrio na constituição e no acesso aos coutos privados».

A reserva do pai Capoulas

A concitar as atenções da Assembleia voltou entretanto a estar o diploma do Governo sobre o regime de vendas e entregas de terras expropriadas ou nacionalizadas, quando Lino de Car-

valho, que recentemente protagonizara um animado diálogo com o secretário de Estado da Agricultura, Luís Capoulas, insistiu em retomar o assunto.

O pretexto foi o pedido de ratificação pelo PCP do Decreto-Lei sobre direito de reserva, previsto na Lei de Bases da Reforma Agrária.

Quando subiu à tribuna para contestar o decreto governamental, Lino de Carvalho entregou na mesa,

com pedido de distribuição a todos os grupos parlamentares, um conjunto de documentos destinado a corroborar as afirmações que fizera, quando do referido debate e «exemplificar o carácter clientelar da política do Governo».

No debate de 2 de Abril, recorde-se, Lino de Carvalho acusou Luís Capoulas de estar a legislar em causa própria, devido aos interesses nessa matéria, ao que o secretário de Estado con-

trapôs: «o meu pai não recebeu qualquer reserva».

Ora a verdade é que o deputado do PCP entregou na mesa várias fotocópias sobre o assunto incluindo uma carta do pai de Capoulas dirigida ao director do Centro Regional de Reforma Agrária de Évora, requerendo «a concessão da minha reserva como rendeiro» e de uma acta de 1980 pela qual é demarcada uma área de reserva a António Simplício Zorro Capoulas.

Carta Social Europeia

Direitos já os temos Há é que os cumprir

Em matéria de liberdade, direitos e garantias dos trabalhadores, o edifício jurídico-constitucional português constitui possivelmente o mais avançado da Europa, muito embora alguns desses princípios constitucionais continuem a ser letra morta na prática do Governo. Esta, uma das constatações apuradas no decorrer do debate da proposta de resolução que ratificou a Carta Social Europeia, cujo texto foi aprovado por unanimidade. Com efeito, de acordo com o articulado do diploma, Portugal fica vinculado a cumprir um conjunto de direitos constantes da Carta

Social que, em boa verdade, estão consagrados na Constituição da República (direito ao trabalho, direito sindical, direito à negociação colectiva, direito à segurança social, direito à assistência social e médica, direito da família a uma protecção social, jurídica e económica), à excepção do que se refere à liberdade de *lock out*, a qual, como é sabido, está vedada no nosso país por imperativo constitucional.

Só que tais direitos, como observou o deputado comunista Júlio Antunes, são em muitos casos subvertidos ou sujeitos a tentativas de solu-

ção legislativa que desfiguram em absoluto aquilo que a Lei-Fundamental consagra.

Estão neste caso vários direitos, como o direito ao trabalho, o direito sindical, o direito à negociação colectiva, à segurança social e à assistência social e médica, cujo exercício efectivo tem conhecido entraves de vária ordem, sem esquecer todos aqueles direitos que ainda estão em absoluto por resolver, como sejam a redução do horário semanal de trabalho para 40 horas, a irradiação do trabalho infantil e a garantia às mulheres de direitos iguais no emprego.

para os filhos dos homens que nunca foram meninos

ESTEIROS

Soeiro Pereira Gomes

Uma das mais importantes obras do neo-realismo

Agora em 4ª edição, com introdução de Isabel Pires de Lima

Um livro indispensável na sua biblioteca

edições Avante!

AUMENTARAM IMPORTAÇÕES

Comunidade vende cada vez mais

O défice da Balança Comercial Portuguesa cifrou-se, nos primeiros dois meses deste ano, em 219 milhões e 500 mil contos, ou seja: mais 36,3 por cento do que em igual período do ano passado, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística. Portugal importou mais 36,8 por cento do que exportou, tendo as primeiras crescido 15,9 por cento e as segundas apenas 6,5 por cento.

Do total das importações, 71,3 por cento são da CEE contra 68,3 registados por esta altura do ano em 1990.

Portugal envelhece

O envelhecimento da sociedade é um fenómeno que «tende a acentuar-se em Portugal» segundo foi afirmado num seminário organizado pelo Movimento dos Jovens para a Solidariedade, organismo que participará em 20 de Maio no seminário anual da União Internacional dos Organismos Familiares, na Finlândia. A necessária reforma do sistema de segurança social e o papel da juventude na renovação da sociedade foram temas abordados nesta reunião. Segundo disse que a população portuguesa com mais de 60 anos aumentou de 9,5 por cento em 1900 para 16,5 em 1981 enquanto a população com menos de 19 anos passou no mesmo período de 43 para 22 por cento.

São Domingos de Rana

A Junta de Freguesia de São Domingos de Rana, no concelho de Cascais, voltou agora a editar o seu boletim informativo, que por recomendação da Assembleia de Freguesia deixou de indicar a periodicidade de publicação dadas as dificuldades orçamentais existentes. Novidade é a reformulação da atribuição de funções aos vogais eleitos, que visa dar às três forças políticas eleitas (CDU com maioria relativa, PSD e PS) «a oportunidade de pôr à prova a sua capacidade de acção».

Orçamento do Sabugal

Uma solução de consenso entre Câmara e Assembleia municipais do Sabugal, no distrito da Guarda, terá permitido no fim-de-semana passado a aprovação do Plano de Actividades e do Orçamento camarários para este ano, segundo afirmações feitas à LUSA por Nunes Portas, presidente deste município. Estes documentos, fundamentais para a gestão municipal, só agora foram aprovados depois de duas recusas da Assembleia, em reuniões anteriores, da proposta apresentada pela Câmara. Na base do

diferendo está o facto de o executivo atribuir às freguesias do concelho 101 mil contos enquanto estas reivindicavam 120 mil contos.

Trânsito lisboeta

Os trabalhos de construção de uma nova fase do eixo norte-sul entre a Segunda Circular e a Rua da Palma de Baixo, em Lisboa, começaram na passada segunda-feira. Ali se irá criar um nó rodoviário junto à passagem de peões em Telheiras, dirigido ao aeroporto da Portela. Utilizando novas tecnologias que reduzirão o nível de ruído e permitirão a apresentação de um piso constantemente seco, esta via rápida, quando concluída, ao ligar a Ponte 25 de Abril à auto-estrada do Norte, implicará uma redução em 30 por cento do tráfego automóvel da capital.

Corte da linha da Beira-Alta

O silêncio da CP sobre a instalação de guarda nas passagens de nível de Alhadas, Figueira da Foz, onde ocorreram diversos acidentes mortais, estiveram na base de um corte da linha férrea da Beira Alta feito pela população local durante 24 horas. As relações públicas da CP informaram entretanto que as passagens de nível em causa «não constituem prioridade» no plano de investimentos da transportadora uma vez que estão classificadas como zona de tráfego reduzido.

Covilhã pede emprestado

Trezentos e quatro mil contos amortizáveis em 15 anos com juros à taxa em vigor é quanto a Câmara Municipal da Covilhã pediu emprestado à Caixa Geral de Depósitos para «assegurar a execução da totalidade do Plano de Actividades», segundo disse fonte autárquica citada pela LUSA. Este plano prevê o investimento de mais de três milhões de contos e mereceu a abstenção do PCP e os votos favoráveis do PSD, PS e CDS.

Grupo de pressão luso-espanhol

A construção do itinerário principal cinco (IP5) e de uma via rápida e auto-estrada da fronteira portuguesa até Tordesilhas, bem como a eventual passagem do gasoduto europeu e a renovação do caminho-de-ferro da Beira Alta estão na base da criação de uma mesa de nove cidades portuguesas e quatro espanholas. O executivo desta organização, constituído pelos presidentes da Câmara e Alcaldes de Viseu, Aveiro, Gouveia, Salamanca e Ciudad Rodrigo, após uma reunião a semana passada, anunciaram pretender ser «um grupo de pressão» junto dos respectivos governos.

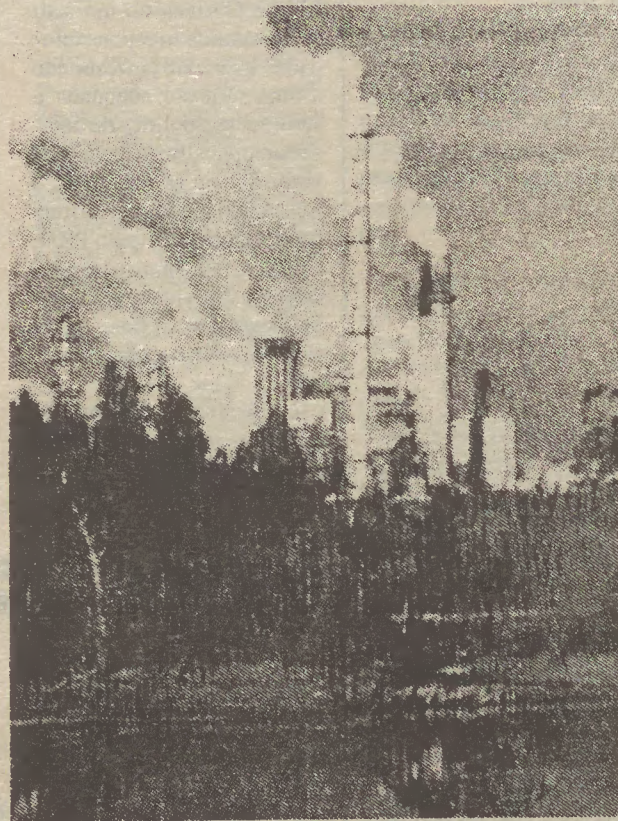
CAP e celulosas trocam favores

A CNA denuncia a CAP e preocupa-se com os preços à produção

Dois milhões de contos para as celulosas e 200 mil contos anuais para a Confederação da Agricultura Portuguesa (CAP) é o montante de um negócio denunciado pela CNA-Confederação Nacional da Agricultura acerca de um acordo assinado pela Associação de Empresas de Celulose (ACEL) e a CAP. Joaquim Casimiro, da CNA, diz que o acordo, assinado à cerca de um ano, implica grandes sacrifícios para os produtores em virtude da descida, em cerca de 10 por cento, do preço de venda das madeiras de rolaria às empresas de pasta de celulose.

Depois da recente reunião dos corpos gerentes da CNA, em Coimbra, a organização anunciou que irá entregar na Assembleia da República uma petição no sentido de obter o reconhecimento de parceiro social de pleno direito de forma a possibilitar a intervenção desta confederação em domínios como este e impedir as «tentativas de impor a unicidade da representatividade dos agricultores portugueses a uma só confederação - a CAP».

A baixa generalizada à



O acordo entre as celulosas e a CAP está a prejudicar os produtores de madeiras de rolaria

produção do preço dos produtos agrícolas, sobretudo vinhos e carnes, acompanhada pelo aumento dos preços ao consumidor é uma das maio-

res preocupações da CNA que se manifesta contra a liberalização das importações que afetem o escoamento da produção nacional.

O pagamento de dívidas aos agricultores, a concessão de apoios a créditos bonificados aos jovens e a existência de graves atrasos no pagamento por parte do Ministério da Agricultura dos subsídios no âmbito dos projectos aprovados ao abrigo do regulamento da CEE 797 foram outras preocupações assinaladas pela CNA.

Preocupações partilhadas por muitas associações, como é o caso da Associação dos Agricultores da Serra e Norte da Estremadura que com o apoio da Federação de Agricultores de Leiria solicitou ao chefe da Zona Agrária de Santarém que comunicasse ao ministro da Agricultura as suas reclamações.

A atribuição de indemnizações compensatórias nos bovinos de leite e carne e o pagamento imediato do subsídio de gasóleo são algumas das exigências apresentadas, bem como a colaboração desta associação com a Zona Agrária de Santarém e o reconhecimento oficial da CNA.

Municípios querem dinheiro retido pelo Governo

A retenção indevida, por parte do Governo, de verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) pertencentes às autarquias motivou uma tomada de posição da Associação Nacional de Municípios (ANMP) que exige a revogação dentro de um mês do diploma que efectiva essa retenção. Caso contrário, a Associação irá apelar ao Presidente da República, com apoio de um recente acórdão do Supremo Tribunal Administrativo que considera nulo o quadro legal destas retenções.

A constitucionalidade dessa retenção de verbas, unilateral por parte do Governo, está também em causa já que assim fica violado a autonomia financeira das autarquias.

Mário de Almeida, presidente da ANMP, disse em conferência de imprensa que o Governo reteve estas verbas para pagar à EDP dívidas nunca reconhecidas pelas autarquias.

A ANMP espera em breve vir a ser integrada no grupo de trabalho que prepara a nova

Lei das Finanças Locais e aguarda igualmente ser chamada a participar no processo da Regionalização.

Temas que motivaram também a apresentação de uma proposta que reivindica às instâncias oficiais o exercício do direito de petição por parte da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) que pretende «restituir ao autarca da Junta de Freguesia a importância que ele tem no Poder Local», segundo palavras divulgadas pela LUSA de um dos res-

ponsáveis pela organização do último encontro nacional da ANAFRE, realizado em Lisboa.

O alargamento de atribuição de competências, a Lei das Finanças Locais, a atribuição de verbas às freguesias e o estatuto do autarca da freguesia são algumas das questões que motivaram esta tomada de posição de uma associação que representa cerca de cinco milhões de eleitores inscritos nas quatro mil e 200 freguesias da ANAFRE.

Conferência Episcopal preocupada com pobreza

A pobreza e a exclusão social, a insuficiência e insegurança de rendimentos numa elevada percentagem da população, a falta de habitações, «as deficiências crónicas e renovadas no sistema de saúde», as lacunas em serviços e equipamentos de apoio a crianças, a deficientes, a idosos e à família são alguns dos problemas mais

graves de Portugal e da sua evolução no contexto europeu e internacional assinalados pela «Semana Social-91», organizada pela Conferência Episcopal, esta semana concluída, e que reuniu 900 católicos em Lisboa.

Assinalando nas suas conclusões que a instauração progressiva de uma sociedade desenvolvida requer

a combinação de valores socioeconómicos e culturais, a par de práticas sociais, que valorizem a pessoa, a «Semana Social» assinala como particularmente importante a necessidade para se caminhar para o reconhecimento de cada pessoa - e não apenas do empresário - como centro da iniciativa no trabalho e noutras actividades.

No comunicado final deste encontro assinala-se que «ninguém pode ficar indiferente com a existência de situações críticas vividas na sociedade portuguesa», defendendo-se uma vivência de práticas sociais que valorizem a pessoa e as relações humanas solidárias no meio social, nas organizações sociais e no trabalho.

Dívida Novo agravamento

A dívida externa dos países em vias de desenvolvimento, que tinha estabilizado relativamente em 1988 e 1989, sofreu novo crescimento de 6% (mais de 80 mil milhões de dólares) em 1990, passando de 1261 para 1341 mil milhões de

dólares de fins de 1989 para fins de 1990 — segundo dados do Banco Mundial, no seu relatório anual sobre a dívida mundial.

Assim, a dívida dos países do «Terceiro Mundo», que atingia os 639 mil mi-

lhões em 1980, mais que duplicou no decurso da última década, apesar dos mecanismos e «políticas de ajustamento» adoptados nos anos 80 para reduzir os seu montante, em particular os famosos planos «Baker» e «Brady» que só levaram a

A dívida por região
(em mil milhões de dólares)

	1980	1988	1989	1990
Conjunto	639	1265	1261	1341
América Latina	242,5	427,6	422,2	428,6
África Sub-sahariana	56,2	141,5	147	160,8
África Norte e Médio-Oriente	60,4	122	124,6	133,5
Ásia de Leste e Pacífico	88,6	206,1	206,1	224,9

Evolução da dívida e das transferências líquidas de capitais
(em mil milhões de dólares)

Região	1980	1988	1989	1990
Conjunto do PVD				
— Serviço da dívida	91	151,8	135,7	140,5
— Transferências líquidas	19,1	-42,1	-39,8	-27,5
América Latina				
— Serviço da dívida	46	54,6	45,3	44,4
— Transferências líquidas	1,5	-25	-22,8	-9
África sub-sahariana				
— Serviço da dívida	6,3	9,7	8,8	11,2
— Transferências líquidas	5,4	1,9	1,3	-0,5
África do Norte e Médio Oriente				
— Serviço da dívida	9	14,4	15,6	16,3
— Transferências líquidas	1,8	-0,9	-2,8	-4,9
Ásia Leste e Pacífico				
— Serviço da dívida	13,4	37,9	35,5	35,8
— Transferências líquidas	3,7	-7,5	-8,1	-7,8

Fonte: Correspondência Económica, Janeiro 1991, Bull



uma redução da dívida em quatro países!

No ano passado, o serviço da dívida (reembolso dos empréstimos e juros) foi ainda agravado e atingiu os 140,5 mil milhões de dólares, contra 135,7 em 1989. Dito de outra forma — os países pobres do Sul continuaram a financiar, em 1990, os países ricos do Norte, porque os reembolsos dos países em vias de desenvolvimento (PVD) foram superiores em 27,5 mil milhões de dólares aos novos empréstimos recebidos.

Agravando ainda a factura petrolífera da maioria dos países em vias de desenvolvimento, a crise do Golfo «impôs um grave

choque à sua balança de pagamentos e tornou ainda mais difícil de garantir o serviço da dívida», afirma-se no relatório do Banco Mundial.

Se examinarmos a evolução da dívida, em 1990, constatamos que ela aumentou em todos os continentes: na África sub-sahariana — uma das zonas mais atingidas pela fome — passou de 147 para 160 mil milhões de dólares; na África do Norte e no Próximo Oriente — de 124 para 133 mil milhões; no Leste Asiático e no Pacífico — de 206,1 para 224,9 mil milhões; na América Latina e Caraíbas — de 422,2 para 428,6 mil milhões de dólares.

A única «consolação» nas estatísticas do Banco Mundial — o serviço da dívida «só» representou, no último ano, 21,1 por cento do montante total das exportações dos PVD contra 22,1% em 1989 e 30% em 1986.

A verdade é que esta percentagem continua a ser insuportável para numerosos países, como é o caso dos da África sub-sahariana, que se contam entre os mais pobres do planeta, e que em 1990 reembolsaram mais 500 milhões de dólares do que aquilo que receberam.

Em 1990 a situação dos países endividados ainda se deteriorou mais e a dívida continua a ser o principal flagelo dos países em vias de desenvolvimento.

Verdes franceses contra comércio de armas

Parar com a venda de armas, é uma exigência avançada pelos Verdes de França.

Em documento divulgado em Abril, e realçando as lições da guerra do Golfo, os Verdes afirmam que «a dissuasão nuclear não impede uma guerra clássica» e que será ilusório desenvolver uma luta contra as transferências de armamentos se ela não for acompanhada «de uma total recusa de toda a política de força baseada na superioridade militar».

A produção de armas constitui, afirmam, «uma indústria predadora», que «retira meios à indústria civil».

Em relação à Europa, os Verdes pedem a concretização de uma «política europeia de radical redução da produção e comércio de armas, até à sua liquidação total». Reivindicam a inclusão desta questão nas com-

petências comunitárias e a ajuda às indústrias de armamento para «reconverter-se em actividades civis». Exigem «a total proibição dos armamentos nucleares, bacteriológicos e químicos», e a não exportação de armas para fora da CEE.

Os Verdes franceses apoiam ainda o apelo internacional, adoptado pela associação «Dia da Terra», e dirigido a todas as organizações internacionais e aos governos para «limitar a produção de armas, controlar de forma mais eficaz o seu comércio e gerir em comum os nossos recursos energéticos não renováveis».

Apresentado sob a forma de petição, este documento sobre a paz será enviado à ONU por ocasião do 20.º aniversário do programa das Nações Unidas para o meio ambiente, em Junho de 1992.

«Pravda» Saudação pelos 79 anos

Por ocasião do 79.º aniversário do «Pravda», a direcção e a redacção do «Avante!» enviaram à redacção do órgão central do PCUS, a saudação que aqui transcrevemos.

Queridos camaradas

A Direcção e todo o colectivo da Redacção do «Avante!» saúdam vivamente a Direcção do «Pravda» pela passagem do seu 70.º Aniversário.

Queremos também agradecer-vos as referências amistosas do vosso jornal por motivos do 60.º Aniversário do «Avante!» e o convite para estarmos presentes nas celebrações do vosso Aniversário e na segunda edição da Festa do «Pravda».

Esperemos que nos honraremos com a vossa já habitual presença na Festa do «Avante!» 1991 que terá este ano a particularidade de assinalar os sessenta anos de existência do nosso jornal e o fecho das celebrações do 70.º Aniversário do nosso Partido.

São, todas estas manifestações, novos passos no historial das nossas fraternas relações.

As vossas e nossas efemérides de 1991 têm lugar numa conjuntura internacional e numa situação interna dos nossos dois povos e países extremamente complexa.

É quase um lugar-comum a afirmação de que vivemos tempos de mudança. A mudança, sabemos-lo, é um estado permanente da matéria. O que distingue, porém, a mudança dos dias actuais é a sua dimensão histórica.

Na arena internacional a época que vivemos é marcada por bruscas e profundas alterações na geografia política da Europa e do Mundo, por uma nova

arrumação de forças transitoriamente desfavorável à concretização dos nossos ideais de libertação cujas consequências imediatas e a prazo mais dilatado são apenas perceptíveis.

Naturalmente, acompanhamos com um grande e compreensível interesse as transformações que se processam no vosso país, na principal potência do Socialismo no Mundo.

Na área ideológica em que os nossos dois jornais se situam produziram-se situações de ruptura. Tarefas de grande envergadura pesam sobre os ombros dos comunistas de todos os países.

Também no nosso próprio país se agudizaram os factores de luta. Defrontamos uma perigosa ofensiva visando a destruição das conquistas fundamentais alcançadas no processo da Revolução de Abril de 74 e a restauração em Portugal do capitalismo monopolista de Estado, contra a qual mobilizamos as nossas melhores energias e capacidade de acção.

Existem no momento actual potenciais condições para travar o processo da contra-revolução em Portugal se o movimento popular e democrático português, de que somos uma componente insubstituível, souber criar formas de entendimento e de convergência para conduzir a bom êxito a batalha política pela democracia portuguesa que terá o seu ponto alto nas eleições legislativas do mês de Outubro.

São condições que acarretam para os nossos dois jornais — em escalas diferentes e em diferentes situações — uma acrescida responsabilidade.

Aceitai, queridos camaradas do «Pravda», as fraternas saudações do «Avante!».

El Salvador Entre a guerra e a paz

A exigência de Paz afirma-se com força em El Salvador, apesar das dificuldades registadas no plano das negociações.

Após dez anos de uma guerra interna, que já causou cerca de 80 000 mortos, o diálogo, encetado há um ano sob a égide das Nações Unidas, poderá vir a dar finalmente resultados positivos, apesar das resistências do governo de direita de Cristiani.

No sábado passado, milhares de operários, campo-

neses, estudantes, e organizações ligadas à igreja, manifestaram-se em São Salvador, para exigir o cessar-fogo e reformas constitucionais. Entretanto, Mercedes Letona, comandante da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), denunciou a falta de capacidade negocial do presidente Alfredo Cris-

tiani.

«Cristiani demonstrou não ter força e capacidade para negociar a paz», declarou Letona, sublinhando que esta situação se deve ao facto de os sectores por ele representados «não querem uma negociação séria».

Acrescentou ainda que em El Salvador continuam a mandar o Exército, os altos comandos militares e sectores da extrema-direita.

Apesar disso, a dirigente da resistência salvadorenha admite que o debate que se desenvolve no México, entre delegações do governo de El Salvador e da FMLN, venha a ter «resultados positivos».

A verdade é que a própria existência de um diálogo — em que estão em causa o cessar-fogo, o papel das Forças Armadas e a futura Constituição — tem desde já influência positiva sobre a realidade política do país.

«A negociação é irreversível», declarou recentemente o comandante Villalobos, à imprensa de Manágua. É verdade que doze meses de negociações não conduziram a resultados assinaláveis. Mas o diálogo permitiu confirmar o espaço democrático conquistado por um movimento de massas que renasce sob a protecção da guerrilha.

Logo que o cessar-fogo seja acordado, a guerrilha retirar-se-á para as zonas que controla. Deverá então entrar-se numa fase transitória de «paz armada», ou seja, numa fase de intensa luta política pela concreti-



El Salvador mais perto da paz

zação de reformas democráticas.

O maior movimento guerrilheiro da América Latina, decide assim privilegiar a luta política e ces-

sar o combate armado, dando lugar a que um processo de reformas se possa desenrolar em condições de paz.

Concretamente, a FMLN

pretende um cessar-fogo antes de 30 de Maio, antes da entrada em funções da nova assembleia legislativa eleita em Março passado. Em perspectiva, está a luta política pela solução de questões de fundo — a reforma agrária, a dissolução dos esquadrões da morte, a desmilitarização da sociedade.

A extrema-direita, representada pelos dirigentes históricos do partido Arena, actualmente no poder, não está interessada no fim do conflito. Mas os factos poderão contribuir para a emergência de uma solução política. Não apenas porque a FMLN demonstrou, na prática, uma capacidade militar que põe em causa projectos de a derrotar pelas armas, mas porque a guerra se vem a tornar incomportável, absorvendo metade do orçamento nacional.

No próprio plano político, e apesar do quadro repressivo que o condiciona, o governo tem vindo a perder posições. As últimas legislativas traduziram uma erosão do eleitorado de Cristiani, que perdeu a maioria absoluta na Assembleia. Em contrapartida, e embora em condições adversas, e com o acumular de fraudes, a Convergência Democrática, movimento de esquerda, obteve 12% dos votos, tornando-se a terceira força política.

Assim está criado um quadro favorável à paz e a soluções políticas para os graves problemas que se vivem em El Salvador.

Acordo e nova reunião em Maio

A última ronda de negociações entre o governo salvadorenho e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), que decorreu na Cidade do México entre 4 e 27 de Abril, terminou com um acordo sobre uma série de pontos, que deverão ser ratificados num futuro próximo.

As duas partes aceitaram a criação de uma «comissão de verdade» colocada sob a égide das Nações Unidas e encarregue de investigar as graves violências cometidas no país durante os últimos dez anos.

Entre os progressos registados conta-se a possibilidade de acordos parciais sobre questões fulcrais como acabar com a imunidade com que as Forças Armadas têm actuado e a punição dos responsáveis das mais graves violações dos direitos humanos. E ainda reformas à Constituição que garantam maior clareza no processo eleitoral e a independência do poder judicial.

Como questões de fundo ficam as exigências da Frente de desmilitarização da sociedade salvadorenha como condição para que o país possa viver um regime democrático.

Tudo indica entretanto que a aproximação parcelar destes problemas centrais possa vir a abrir os caminhos da paz.

Uma nova reunião está prevista para o México, antes de 15 de Maio. Nessa reunião, as duas delegações voltarão a analisar o tema das Forças Armadas e o cessar-fogo.

Angola

Paz e democracia no Congresso do MPLA-PT

Paz «para que a democracia triunfe plenamente», foi a tónica da intervenção de José Eduardo dos Santos no II Congresso extraordinário do MPLA, que transformou o programa e os estatutos do Partido no sentido de uma adequação à fase de transição para o multipartidarismo e eleições gerais livres.

Globalmente, o MPLA-PT defende um Estado laico, reconhece a importância das igrejas e propõe uma economia mista, baseada nas leis do mercado. Declara como fundamentais a defesa da família, «núcleo principal da sociedade», e a emancipação da mulher.

No plano da política externa, defende o não-

-alinhamento e afirma a sua posição contra «blocos militares agressivos» e a instalação de bases militares no seu território. Bater-se-á por uma ordem económica internacional «mais justa e equitativa», com «atenção particular» aos PALOP.

Entretanto, a Assembleia do Povo aprovou um quadro legal, incluindo a revisão parcial da Constituição, que permite o multipartidarismo e a introdução de uma economia mista de mercado.

«O homem angolano tem de reencontrar-se consigo próprio e com o país real, através do são debate de ideias, da iniciativa e criatividade e de uma profunda preocupação patriótica pelos destinos da nação»,



A promoção da mulher é uma das preocupações do MPLA-PT

disse no Congresso o presidente José Eduardo dos Santos, sublinhando que a paz é o «pressuposto essencial» para a concretização da política e objectivos do MPLA-PT e do povo angolano.

Para a conquista definitiva da paz, o presidente angolano propõe a continuação da combinação «de todas as formas de luta, política, diplomática, militar. «Estamos a fazer todos os esforços possíveis para che-

gar a um entendimento» com a Unita, disse, ainda, acusando-a, entretanto, de utilizar «frequentemente a tática do regime da África do Sul, dando o dito por não dito».

Ainda no quadro das transformações a operar no país, que nomeadamente se inscrevem no processo de pacificação, o Congresso atribuiu ao futuro Comité Central «a responsabilidade de continuar o processo de desvinculação das Forças Armadas e de escolher os dirigentes entre os militares que se encontram no activo.

No plano partidário, foi apontada a abertura do Comité Central a novas sensibilidades políticas e a intenção de eventuais alianças com outros partidos».

Essas duas medidas irão «alargar o espectro da participação política na própria cúpula do Partido», afirmou o presidente, um dado que foi considerado quando da eleição da nova direcção do partido.

Como objectivo, pretende-se que «o partido possa actuar em todas as circunstâncias, como um todo coeso, organizado, uno na sua diversidade e com consciência plena».

O Comité Central, alargado para 130 membros, tem agora 16 mulheres, o que corresponde à sua duplicação. A participação feminina na política angolana foi um dos temas tratados no III Congresso, em Dezembro passado.

Curdos e palestinianos

Impõem-se soluções

A taxa de mortalidade entre os refugiados curdos que tentam entrar no Irão, atinge uma média de duas mil pessoas por dia, principalmente crianças e velhos, segundo informam elementos das Nações Unidas. Este um dado concreto que testemunha do dramatismo e complexidade dos problemas que se entrecruzam no Golfo. Do problema curdo, à própria situação social, humana e política no Iraque. Da fobia contra estrangeiros no Koweit, à questão palestinianiana, cuja solução se afirma mais urgente que nunca.

As vagas de refugiados dão, de algum modo, a dimensão humana de velhos problemas políticos, agora reavivados.

Funcionários iranianos dizem que mais de um milhão de refugiados curdos e xiitas já entraram no Irão desde que as tropas iraquianas esmagaram a revolta popular contra Saddam Hussein.

O alto comissariado das Nações Unidas para os refugiados receia que eclodam epidemias de cólera ou meningite, com a chegada do tempo quente, nas cidades e campos superpovoados de curdos. Prossegue, entretanto, um processo múltiplo e contraditório, destinado a dar resposta à agudeza que a questão curda assumiu. As zonas protegidas para os refugiados curdos, são uma realidade, precária embora, e serão em princípio elementos da ONU a patrulharem



O problema palestinianiano continua por resolver

as ruas de Zakho, no Norte do Iraque.

As negociações nestes dias encetadas entre movimentos autonómicos curdos e as autoridades de Bagdad, são objecto de apreciações contraditórias.

«Ainda não houve um acordo, apenas o começo das negociações», disse Jalal Talaban, dirigente da União Patriótica do Curdistão, que encabeçou a delegação de representantes de quatro movimentos curdos às negociações com o go-

verno iraquiano. Na sua opinião, as futuras negociações enfrentam três grandes obstáculos: a dimensão do território a autonomizar-se, a dimensão da própria autonomia e as relações da região com o mundo exterior.

Entretanto, Massoud Barzani, do Partido Democrático do Curdistão, que deverá dirigir a segunda ronda de conversações, considerou que o acordo de princípio concluído representa «uma grande es-

perança para o povo iraquiano e o povo curdo», acrescentando que foram dados «grandes passos sobre três pontos de base: a aplicação estrita do acordo de autonomia de 1970, a democracia no Iraque e a revogação das leis anticurdas».

Na perspectiva do PC do Iraque, enquanto o regime de Hussein permanecer no poder, «nenhum dos objectivos, mesmo os mais elementares» do povo iraquiano serão satisfeitos.

Os comunistas iraquianos convidam todas as forças da oposição a ter uma atitude que não transfere em derrota o «refluxo provisório» sofrido pelas forças populares, e afirma esperar da Frente do Curdistão «uma atitude que permita desmascarar a manobra visando abortar a nossa alternativa democrática, perdurar a ditadura e passar impunemente os seus horríveis crimes».

Paralelamente, o problema palestinianiano não parece em vias de uma solução justa, mas são nítidas as contradições que têm vindo a gerar, também em Israel.

Prossegue a implantação de acampamentos judeus nos territórios árabes ocupados e o primeiro-ministro israelita recusa quaisquer soluções aceitáveis pelos países árabes e pela OLP. Entretanto no Partido Trabalhista adverte que sem o cumprimento das resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, nenhuma negociação de paz serão possíveis.

REUNIÃO INTERPARLAMENTAR

No acto de abertura da reunião da União Interparlamentar, em Pyongyang, o presidente norte-coreano, Kim Il Sung, apelou para a proibição mundial de testes e produção de armas nucleares e defendeu «a transformação da península coreana numa zona pacífica e livre de armas nucleares».

Sobre a reunificação da península coreana, Kim Il Sung afirmou a intenção de «intensificar activamente o diálogo entre o Norte e o Sul, em resposta ao desejo crescente de toda a nação».

A União Interparlamentar, que agrupa 160 países, reúne-se duas vezes por ano, tendo como objectivo promover contactos entre os membros de parlamentos nacionais, de modo a fortalecer as instituições democráticas e assegurar a paz e a cooperação internacionais.

A Coreia do Sul também enviou uma delegação a esta Assembleia.

ESTUDANTES MORTOS

Uma estudante sul-coreana imolou-se pelo fogo como forma de protesto pela morte de um jovem colega, espancado pela polícia de choque. Entretanto, por toda a Coreia do Sul prosseguem as manifestações de protesto.

A morte de Kang Kyung-Bae, espancado até à morte, ocorreu quando de uma manifestação contra o governo de Roh Tae-Woo e contra a presença de tropas norte-americanas na Coreia do Sul.

O incidente já levou à demissão do ministro do Interior, responsável pela polícia e forças de segurança, mas os estudantes exigem a demissão do governo e do presidente.

ORÇAMENTO AMERICANO

Senado e a Câmara de Representantes norte-americanos aprovaram uma proposta de orçamento próxima da do executivo, da ordem dos 1460 triliões de dólares.

O orçamento votado pelo Senado, apesar de não determinar nenhum aumento de impostos, também não prevê a redução da carga fiscal sobre as mais-valias do capital, reivindicada pelo presidente Bush. Por outro lado foi recusado o pedido de um grupo de deputados democratas que defendia a redução do orçamento para a defesa.

O Senado suprimiu, ainda, os cortes propostos pelo governo no programa «Medicar», relativo às despesas com medicamentos para os idosos e aumentou as dotações para certos programas educativos e de transportes públicos. Foram reduzidas as verbas destinadas ao programa espacial, investigação científica.

DECLARAÇÃO COMUM

O presidente soviético, Mikhail Gorbatchov, assinou com dirigentes de nove Repúblicas soviéticas uma «Declaração comum sobre as medidas indispensáveis para estabilizar a situação».

A Declaração reconhece, por outro lado, às seis Repúblicas envolvidas em processos independentistas, o direito de não assinarem o novo Tratado da União. Ao mesmo tempo, o texto afirma «necessária a aplicação da cláusula de nação mais favorecida (por parte das Repúblicas independentistas) às Repúblicas signatárias do Tratado da União, no âmbito do seu espaço económico único».

Como primeira medida essencial, os signatários defendem como indispensável pôr fim à «guerra das leis» através do «respeito estrito da ordem constitucional e das leis em vigor, até à adopção de um novo Tratado da União e da nova Constituição». Os meios de ultrapassar a crise económica são tema fundamental da Declaração.

AMAL DISSOLVE-SE

O movimento xiita pró-sírio Amal, um dos principais grupos armados do Líbano, anunciou que vai dissolver a sua milícia, de acordo com as decisões tomadas pelo governo.

«O movimento Amal decidiu dissolver o seu braço armado e empenhar-se na via para a paz», refere um comunicado em que é ainda sublinhada a «necessidade de aplicar as decisões do governo respeitantes à absorção das milícias pelos organismos do Estado».

O governo libanês iniciou um processo de desarmamento das milícias, tal como foi decidido no Acordo de Taif.

O Partido Socialista Progressista (a milícia do chefe druzo Walid Jumblat) anunciou que tinha decidido não entregar as armas, enquanto as duas outras principais milícias, as Forças Libanesas (cristãs) e o Hezbollah (xiita pró-iraniano), não divulgaram ainda as suas soluções.

Chernobyl
Cinco anos depois

Em Apelo divulgado dia 26 de Abril, cinco anos volvidos sobre a tragédia de Chernobyl, o presidente soviético Mikhail Gorbatchov pediu à comunidade internacional que colabore na resposta possível às consequências da explosão da central nuclear. Concretamente, Gorbatchov apela a todos os governos do mundo, às organizações e às pessoas de boa vontade, para que participem, no plano económico e de investigação, no programa internacional para superar as consequências do acidente, que a Organização Mundial de Saúde (OMS) desenvolve.

O presidente soviético afirma que, ainda hoje, se estão a revelar as consequências ecológicas, so-

ciais, económicas, humanas e psicológicas do desastre.

Agradecendo a colaboração internacional, em particular das Nações Unidas, nos programas de ajuda às vítimas, Gorbatchov sublinha a necessidade de aumentar tais ajudas, já que a comunidade internacional beneficiaria de qualquer contribuição para minorar os efeitos do acidente.

Há cinco anos, na madrugada de 26 de Abril, uma violenta explosão atingia o quarto reactor da central nuclear soviética de Chernobyl, arrancando as quinhentas toneladas da cobertura protectora do edifício e dando início a um incêndio que só seria extinto 12 dias mais tarde, sob toneladas de cimento e aço.

A explosão de Chernobyl lançou para a atmosfera cinquenta toneladas de isótopos e uma radioactividade de 50 milhões de curies. Serão necessárias décadas para remover o pó radioactivo espalhado por 30 quilómetros em torno da central, e as consequências ambientais só poderão ser eliminadas quando terminar o período de «semineutralização» dos radionuclídeos emitidos, o que poderá demorar 200 ou 300 anos.

Na URSS, três milhões de pessoas, das quais 600 mil trabalhadores das zonas afectadas, são mantidas sob vigilância médica permanente.

Duas pessoas morreram na explosão e 29 foram fatalmente atingidas pelas ra-

dições, no próprio momento da tragédia. Até finais de 1989 tinham sido registados 145 casos de lesões graves, que resultaram na invalidez ou incapacidade de 65 pessoas.

O acidente de Chernobyl provocou também a perda de 20 por cento dos terrenos agrícolas e parte das florestas da Bielorrússia, enquanto na Ucrânia foram contaminados cinco milhões de hectares.

Os resultados do projecto de avaliação das consequências radioactivas do acidente, iniciado em 1989, deverão ser apresentados numa conferência internacional da Agência Internacional de Energia (AIE), em Viena, a realizar agora, de 21 a 24 de Maio.

Vítimas do trabalho: que futuro?

Sentou-se à minha frente. As rugas do rosto espelhavam caminhos de sofrimento. Era um sinistrado do trabalho. Um acidente ocorrido em 1973 determinara-lhe uma incapacidade permanente com um grau de desvalorização de 29 por cento. A pensão tinha sido fixada em 1974 em 287 escudos por mês. Passados 17 anos a pensão mantinha-se ao mesmo nível. E ele queria saber porquê. Por que razão Abril ainda não chegara aos sinistrados de trabalho.

Olhei o trabalhador que me procurara na esperança de que eu lhe dissesse que as contas que lhe tinham feito estavam erradas, que deveria receber muito mais, que durante um rodão estivera a ser espoliado, que eu iria providenciar para que lhe fosse feita justiça.

Várias perguntas bailavam-lhe nos olhos e a minha resposta iria ser brutal.

Demorei a resposta. Sobre tudo porque buscava a forma de a tornar credível.

Como convencer alguém de que as pequenas alterações introduzidas à lei dos acidentes de trabalho depois do 25 de Abril não permitiam que a sua pensão fosse actualizada, porque a desvalorização era inferior a 30 por cento e que se a lei não fosse revista viveria eternamente com aquela pensão?

Como convencer alguém que vê uma vítima de um acidente de viação receber a reparação integral dos seus prejuízos e de uma só vez e que o acidente de trabalho está impedido, só por isso, do direito à reparação integral, ainda que haja culpa da entidade patronal?

Como explicar a aquele trabalhador injustiçado que a Lei apenas autoriza a reparação de dois terços do seu grau de incapacidade, ou seja, dois terços de 29 por cento?

E por fim, como explicar-lhe que a lei proíbe o pagamento de uma só vez daquela pensão, apresentando-se aquela proibição como uma hipocrítica defesa do trabalhador contra a avidez que o poderia levar a *esbanjar* os magros tostões recebidos?

A revolta que o trabalhador transportara, escadas acima, até ao meu gabinete, somara-se a revolta de já nem poder confiar no técnico que acreditara ser de confiança.

Uma lei iníqua

A situação atrás descrita não é única. E não é possível, numa página de um jornal, descrever todas as variadas hipóteses de sinistros de trabalho que conduzem a pensões de miséria.

O legislador, mesmo depois do 25 de Abril, engendrou uma complicada teia que impede uma reparação justa para os sinistrados do trabalho.

Antes de 1979, para calcular a pensão, apenas se atendia na retribuição diária, a 50 por cento do que excedesse 100 escudos tendo como limite máximo a retribuição diária de 300 escudos.

Ou seja, um trabalhador que auferisse 600 escudos por dia apenas veria a sua pensão calculada com base na retribuição de 300 escudos por dia.

A alteração introduzida em 1979 continuou a não permitir que se calculasse a pensão com base na retribuição real do trabalhador.

Impõe-se, portanto, que se proceda a uma revisão imediata de uma legislação iníqua.

O Projecto de lei do PCP

Recentemente o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um projecto que se destina a pôr cobro, de imediato, a uma situação de que são vítimas os sinistrados do trabalho e os afectados de doença profissional.

O projecto tem como trave mestra o reconhecer às vítimas o direito à reparação integral dos seus prejuízos nos casos em que haja dolo ou culpa da entidade patronal, por violação das normas sobre Higiene e Segurança do Trabalho.

Estabelecendo, o projecto, a presunção de culpa da entidade patronal.

Mas mesmo para além das situações em que a culpa não se prove, o projecto de lei melhora substancialmente o montante das indemnizações e das pensões como se pode ver pelos exemplos adiante referidos.

Fixando mesmo nestes casos o direito à indemnização de 75 por cento da totalidade dos danos morais.

Em matéria de tanta complexidade, o projecto de lei do PCP não será, com certeza, o projecto perfeito.

Tem no entanto o mérito de lançar um desafio à Assembleia da República. Alterar o regime dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais!

Para responder às reivindicações justas das vítimas do trabalho.

Num momento em que tanto se fala em Higiene e Segurança do Trabalho, constatamos que, na prática, se criam as condições propícias para o aumento do mínimo de acidentes de trabalho.

O aumento do trabalho precário, a imposição de prolongamentos brutais do período de trabalho, são condições adequadas para que o número das vítimas aumente.

E se se impõem, no quadro da Prevenção, medidas urgentes, não poderá o regime da reparação ser compensador para os empregadores que omitem o cumprimento das regras de Higiene e Segurança.

Assim, o aumento imediato das indemnizações e pensões para níveis adequados à dignidade humana será também um contributo para a Prevenção.

Tem de ser mais rentável prevenir que remediar. É mais rentável para os empregadores ter trabalhadores saudáveis.

Será mais digno de Abril reparar imediatamente uma injustiça que se prolonga insuportavelmente.

O caso concreto com que se começou o presente artigo, teria o seguinte desfecho, para aquele trabalhador, agora com 50 anos de idade, se o projecto de lei do PCP fosse aprovado.

A pensão passaria a ser de 13 mil 563 escudos por mês e seria anualmente actualizada.

O trabalhador poderia receber por inteiro a quantia de dois milhões três mil 951 escudos e ficaria a receber mensalmente a quantia de quatro mil 210 escudos com direito e receber a 13ª mensalidade.

Ficcionemos agora a hipótese de um acidente de trabalho ocorrido em Janeiro de 1976. Em Outubro de 1977 o trabalhador é considerado curado com uma incapacidade permanente parcial de 40 por cento.

O trabalhador auferia à data do acidente 12 mil escudos por mês, tinha direito a um mês de subsídio de férias e a um mês de subsídio de Natal; recebera em média no ano anterior ao acidente de trabalho dois mil escudos por mês de retribuição por trabalho extraordinário. Na data da alta, a retribuição-base já subira para 15 mil escudos por mês. Tem 50 anos à data da entrada em vigor da lei nascida do projecto do PCP.

Solução da actual lei: a pensão é de mil 760 escudos por mês até 1 de Janeiro de 1983. A partir desta data a pensão foi actualizada sempre que foi actualizado o SMN, sendo actualmente de dois mil e 400 escudos por mês.

A pensão não pode ser paga por inteiro.

Solução preconizada pelo projecto de lei do PCP: actualização imediata da pensão para 18 mil 710 escudos por mês com direito à 13ª mensalidade.

O trabalhador pode receber de uma só vez a quantia de dois milhões três mil 594 escudos e continuaria a receber nove mil 355 escudos por mês.

Outro exemplo

Acidente ocorrido em 2/1/91. A retribuição-base do trabalhador era de 60 mil escudos por mês, recebia um mês de férias e um mês de subsídio de férias, 100 escudos por dia efectivo de trabalho a título de subsídio de refeição, recebia 20 mil escudos em média por mês a título de comissões sobre vendas e um prémio de produtividade de cinco mil escudos por mês. O trabalhador tem 40 anos à data da entrada em vigor da nova lei.

Este trabalhador esteve com uma incapacidade temporária absoluta no período de 2/1/91 a 28/2/91, com uma incapacidade temporária parcial de 50 por cento de 1/3/91 a 31/5/91. Em 1/3/91 o salário-base da sua categoria foi aumentado para 70 mil escudos.

Foi considerado curado com uma desvalorização de 30 por cento em 1/6/91.

Solução da lei actual: indemnização de 61/91 a 28/2/91 no valor de mil 730 escudos por dia.

Indemnização dos dias 3, 4 e 5 de Janeiro de 864 escudos por dia.

Indemnização de 1/3/91 a 31/5/91 no valor de 864 escudos por dia.

Pensão pela incapacidade definitiva de 15 mil 565 escudos por mês.

Não há direito a reparação dos danos morais excepto no caso de dolo da entidade patronal.

A pensão não pode ser paga por inteiro. Será actualizada sempre que for actualizado o S. M. Nacional

Solução do projecto de lei do PCP: indemnização de 1/3 a 28/2/91 de três mil 795 escudos por dia.

Indemnização de 1/3/91 até 31/5/91 de dois mil 121 escudos por dia.

Pensão a partir de 1/6/91 de 33 mil e 200 escudos por mês.

A pensão pode ser recebida por inteiro na quantia de dois milhões 197 mil 189 escudos ficando o trabalhador a receber 23 mil 843 escudos por mês de pensão.

O trabalhador tem sempre direito a receber uma indemnização por danos morais, no valor de 75 por cento dos mesmos se não se provar a culpa da entidade patronal e a totalidade dos danos se a entidade patronal não conseguir provar que não teve culpa.

Muitos outros exemplos, infinitos exemplos, marcariam bem o salto que representa o projecto do PCP.

Odete Santos — deputada do PCP

Prosseguir a luta contra o pacote laboral

Depois da derrota política sofrida pelo Governo com a declaração de inconstitucionalidade da autorização legislativa, é necessário prosseguir a luta contra o pacote laboral

A CGTP manifestou já a sua opinião de que o Governo não pode promover a discussão pública dos projectos legislativos enquanto não estiver para isso devidamente autorizado pela Assembleia da República. Esta, por seu turno, deve ainda colocar a debate público a proposta de autorização legislativa. «Deve ser rigorosamente respeitada a competência legislativa atribuída a cada um dos órgãos de poder intervenientes no processo de elaboração da legislação do trabalho», afirma-se numa declaração recente da central, onde se reclama ainda que o resultado da discussão pública dos projectos legislativos seja apreciado no Conselho da Concertação Social.

A *Inter* sublinha que «atendendo às importantes implicações laborais, sociais e humanas da legislação laboral proposta pelo Governo, é indispensável que o debate público tenha a mais ampla participação dos trabalhadores e suas organizações».

Horas e horas sem regras

Aquilo que o Governo pretende alterar na legislação laboral - como os trabalhadores e as suas organizações têm repetidamente denunciado - vai ao encontro de velhas aspirações do patronato: despedimentos mais fáceis, vínculos laborais mais precários, mais horas de trabalho, menos regras e mais poder nas relações de trabalho.

Independentemente das várias tentativas de aprovação de pacotes laborais, estes objectivos têm sido motivo de luta renhida em muitos sectores. A flexibilização dos horários, o trabalho precário, os despedimentos, o atentado aos direitos dos trabalhadores não são nenhuma novidade.

Que o digam, por exemplo, os trabalhadores dos supermercados, especialmente os das grandes superfícies, que já trabalham entre 8 e 12 horas por dia, sem qualquer compensação nem pagamento de trabalho suplementar, contratados a prazo e com a ameaça de despedimento a sufocar qualquer esforço mais arrematado de protesto ou luta.

«A eventual aprovação do pacote viria legitimar os abusos que o patronato tem procurado institucionalizar no comércio com o consentimento do Governo» - afirmou ao «Avante!» Raul Picasinos.

O coordenador da Federação Portuguesa dos Sindi-



catos do Comércio e Serviços manifestou a sua preocupação também pela pretensão de alargamento do período experimental, que preocupa igualmente Rodolfo Caseiro, do Sindicato da Hotelaria do Sul e Ilhas. «Um período experimental de 3 meses levaria a que no nosso sector, com um grande índice de trabalho sazonal, o patronato não tivesse sequer que celebrar contratos a prazo no Verão».

Quanto à flexibilização dos horários, este dirigente

recorda que ela já vigora, por exemplo, nos restaurantes e hotéis, onde os trabalhadores estão sujeitos a intervalos muito prolongados entre as refeições. «Actualmente, na contratação tentamos compensar a penosidade dos horários com uma compensação salarial; mas, se fosse aprovado o pacote, logo o patronato viria argumentar que a compensação não tinha razão de ser» - prevê Rodolfo Caseiro.

A flexibilização dos horários no comércio visa

ainda reduzir os efectivos, na opinião de Raul Picasinos:

«Admitimos a flexibilidade, sabemos que no Verão, no Natal, na época escolar, há mais clientes, por isso compreendemos que seja necessária a admissão de pessoal para essas alturas. Mas a flexibilidade a que o Governo quer abrir as portas é para se trabalhar mais horas sem qualquer compensação, sem o pagamento de horas extra e sem a admissão de mais trabalhadores».

CGTP comenta acórdão

O acórdão do Tribunal Constitucional sobre o pedido de autorização legislativa do Governo para a alteração da legislação laboral foi comentado pela CGTP-IN, numa nota divulgada pelo seu Conselho Nacional após consultados juristas de diversas áreas.

A *Inter* realça, no conteúdo do acórdão, a celeridade com que foi emitido, considerando que tal rapidez «não é usual e permite algumas interpretações menos abonatórias para a independência» do TC. A central destaca ainda a confirmação da inconstitucionalidade formal e a declaração de que os trabalhadores do CPC não substituem nem equiparam o direito de participação dos sindicatos e comissões de trabalhadores.

É opinião da CGTP que o TC presta um mau serviço à independência dos tribunais, uma vez que «deixou de declarar a inconstitucionalidade formal, veio apreciar e declarar a constitucionalidade material das soluções propostas pelo Governo, o que contraria a tradição da jurisprudência nesta matéria, segundo a qual, uma vez apurada a existência de um vício de forma, esta não impede o de apreciar as questões de fundo».

A independência dos tribunais é ainda

postea em causa - afirma a Intersindical Nacional - quando o TC declara, nomeadamente, que a substituição do direito a férias por uma remuneração não significa renúncia a esse mesmo direito; que o acordo de cessação do contrato celebrado entre os trabalhadores e os patrões num contrato de comissão de serviço não viola o princípio constitucional de serviço não viola o princípio constitucional da estabilidade do emprego.

Os juristas a quem a CGTP solicitou a apreciação do acórdão foram unânimes em afirmar a «fragilidade, ligeireza e impreparação técnico-jurídica usada na defesa das soluções do Tribunal Constitucional» quanto às questões de fundo (atrás referidas), o «desprestígio evidente que é lançado sobre todos os tribunais face à indiferença manifestada pelo texto da Constituição», o «desprezo do Tribunal para com a própria ciência do direito, pelo direito constitucional do trabalho e pelo próprio direito de trabalho» e a «preocupação do Tribunal Constitucional no uso de um grau máximo de diligência no sentido de facilitar a política legislativa do Governo».



Olhe-se para o Governo...

É conhecida a falta de eficácia e celeridade na actuação da Inspeção-Geral do Trabalho quando o patronato viola a legislação em vigor - e Raul Picasinos não deixou de recordar este facto. Mas o exemplo vem dos responsáveis máximos do Ministério do Trabalho: há 3 anos que foi pedida a intervenção do Governo para obrigar o patronato a sentar-se à mesa das negociações e discutir a contratação colectiva para os supermercados, e ainda nada foi feito, apesar de todas as partes reconhecerem que os contratos do pequeno comércio não correspondem à nova realidade que é a proliferação das grandes superfícies. «Querem impor a arbitragem obrigatória, não querem? Mas para quê? Em processos como este o Governo já hoje podia intervir, só não o faz porque não quer» - protesta aquele dirigente.

Também no caso da metalurgia e metalomecânica

(um processo que levou os trabalhadores à greve no passado dia 26) o Governo tem já em mãos um texto do acordo de revisão do CCTV assinado pelos sindicatos mas que o patronato (de quem partiu a contraproposta aceite) se recusa a assinar até a federação (FSMMMP) dar o sim à introdução de matérias do pacote laboral no contrato.

Na Função Pública - refere Paulo Trindade, da comissão executiva da FNSFP - «o Governo, sem autorização legislativa da AR, tem passado inúmeros organismos à figura dos chamados institutos públicos, submetendo os respectivos trabalhadores ao regime de contrato individual de trabalho. Quer estes, quer os muitos milhares de contratados a termo teriam uma aplicação imediata do pacote laboral». Quanto aos restantes, na opinião daquele dirigente, «as adaptações legislativas não se fariam esperar», uma vez que «a Função Pública tem vindo a funcio-

nar para o Governo de Cavaco Silva como um laboratório de práticas, posteriormente transpostas para lei, de tudo o que se relaciona com desregulamentação e precarização das condições de prestação de trabalho».

... e já querem escrevê-lo!

Enquanto o Governo tenta furar pela porta da alteração das leis, o patronato vai tentando introduzir na contratação colectiva normas que têm por objectivo idênticos resultados.

Já referimos o exemplo da metalurgia e metalomecânica. Mas podemos ainda lembrar a proposta de «Acordo social para a modernização do caminho-de-ferro», proposto pelo conselho de gerência da CP, e onde se pretendia alterar cláusulas do acordo de empresa que têm a ver com admissões, transferências, prestação de trabalho, descanso semanal, cessação do contrato de trabalho, entre outras matérias.

A resposta dos trabalhadores e das suas organizações só pode ser a unidade, a organização e a luta em todas as frentes e sob as formas que se mostrem mais adequadas.

DM

1.º de Maio

Razões para sair à rua

Não ao pacote laboral, progresso e justiça social, melhores salários, 40 horas no máximo, são os lemas do 1º de Maio que a CGTP comemorará em todo o país, com relevo para todas as capitais de distrito como é tradição desde 1974, e que reflectem algumas das maiores preocupações e frentes de luta que neste momento ocupam a central sindical.

Depois da declaração de inconstitucionalidade do projecto governamental, e apesar de os dirigentes da *Inter* denunciarem o conteúdo político do acórdão do Tribunal Constitucional, o processo do pacote laboral voltou aquilo a que se chama «a estaca zero» alertando a CGTP, no entanto, para a necessidade de a luta dos trabalhadores ser a via para «obrigar o Governo a abandonar os aspectos do pacote laboral que são

contrários à mais elementar noção de justiça social».

A melhoria geral dos salários dos portugueses é outro cenário para o primeiro de Maio que hoje se comemora. O aumento da produtividade, o facto de o peso dos salários dos trabalhadores na economia nacional ser inferior em relação aos níveis da CEE e a existência de condições económicas favoráveis são razões que justificam esta reivindicação.

A este propósito a CGTP refere que este ano foram já conseguidos, em muitos sectores, aumentos médios nas tabelas salariais da ordem dos 15 por cento.

A fixação de um horário semanal de trabalho que não ultrapasse as 40 horas e a consideração de que o limite de 44 horas recentemente fixado ser claramente insuficiente é outro motivo para

transformar esta comemoração do Dia do Trabalhador numa jornada de luta. Trata-se, aqui também, de uma exigência de harmonização do horário da jornada de trabalho com o que é praticado na generalidade dos países da CEE.

Redução dos preços dos combustíveis, nomeadamente do gás doméstico e um aumento intercalar das pensões de reforma em pelo menos três mil e quinhentos escudos são outras das exigências que os trabalhadores vão fazer neste Primeiro de Maio, a par de outras que passam pela reclamação de um crescimento económico que se traduza em mais justiça social; a aplicação de medidas concretas e urgentes para que seja evitado o colapso económico de sectores de actividade e mesmo de algumas regiões do país, de que é

exemplo a situação do têxtil e da região do Vale do Ave ou ainda do sector aduaneiro.

Finalmente a nota para a necessidade de os lucros das empresas serem investidos em processos produtivos modernos de forma a que a modernização que tanto se reclama não ser feita à custa dos trabalhadores, com redução de postos de trabalho, precariedade do emprego ou reduções salariais.

Melhores condições de vida e de trabalho, uma distribuição mais justa da riqueza criada, uma solidariedade social mais forte e a defesa e alargamento dos direitos de quem trabalha são, há 101 anos, as razões que levam os trabalhadores de todo o mundo a comemorar este Dia do Trabalhador. Este ano, em Portugal, com outras razões acrescidas para todos sairmos à rua.

Ministério da Educação, SA

O leitor sabe o que é um «produto universitário»? Como se agrupam esses «produtos» por espécies ou categorias?

E como se afectam e repartem os custos dos vários «produtos» e quais são os seus indicadores?

E se ouvir falar em «clientes» e em «utentes-clientes», pensará nos estudantes portugueses?

E se lhe falarem de «escolas que podem escolher os estudantes que pretendem ter», não lhe cheirá a elitismo?

Se lhe vierem dizer que as actuais propinas são um factor que «contribui decisivamente» para o atraso do ensino superior público e que para a eficiência e o progresso futuros «não se vê porque não hão-de (os estudantes) contribuir significativamente para suportar os custos do ensino», o leitor acompanhará estas opiniões?

E se o tentarem convencer, com o argumento da justiça social, que «as receitas das propinas devem assegurar parte significativa do financiamento do ensino» e que a responsabilidade pelo «pagamento integral» dessa superpropina «deve recair directamente sobre cada aluno», não vai abrir a boca de espanto?

E será que lhe ocorre que há países altamente desenvolvidos da CEE, como a Dinamarca, que tem um produto per capita seis vezes superior ao nosso, em que não há propinas, ou como a República Federal Alemã, em que as propinas, em termos de produto per capita, se situam num nível médio próximo do que existe actualmente entre nós?

Mais. Se lhe confidenciarem que há um país cujo governo prepara um sistema de prémios às escolas públicas do ensino superior («financiamentos de estímulos positivos» assim são designados) e que estes prémios serão tanto maiores quanto mais elevadas forem as propinas que essas escolas conseguirem cobrar aos alunos e maiores as receitas de venda de serviços ao exterior, pensará logo em Portugal?

Estranhará ainda que o sistema de apoios «aos estudantes mais necessitados» possa revestir, por exemplo, a forma de «empréstimos em condições mais ou menos subsidiadas»? Por outras palavras: para os «clientes» dos «produtos universitários» já se começam a prever produtos financeiros, do BCP ou de outros que se dedicam ao mesmo negócio...

E se ler que é essencial «uma alteração profunda do conceito de «escola» e de «empresa», uma vez que a primeira deverá funcionar cada vez mais no estilo empresarial, enquanto a segunda irá gradualmente perfazer funções nos domínios da formação (permanente) e da pesquisa», terá a ideia que isto foi escrito já há alguns anos por um senhor chamado Roberto Carneiro, que é ministro da Educação de Portugal?

Se me disserem que o ímpeto empresarial que anima o Ministério da Educação é tal que o Secretário de Estado Alarcão Troni enviou três altos funcionários — o seu adjunto, o sub-director geral do ministério — para um curso de direcção de empresas, em 24 jornadas e com almoços e sessões no Hotel Ritz, que custa ao Estado (e ao bolso do contribuinte) 2.900 contos, o leitor achará isto escandaloso e que são discutíveis o preço e as vantagens que daí advêm para o país?

E, finalmente, se depois disto tudo souber que estas concepções empresariais e lucrativas do ensino, antes de surgirem na forma de um académico «livro branco sobre o financiamento público ao sistema do ensino superior», que temos estado a citar, apareceram desenvolvidas num extenso «programa para a reforma do ensino superior em Portugal» do Banco Mundial, que o governo PSD mantém confidencial há dois anos, há ainda alguma coisa que o possa surpreender?

Sim, é esta a realidade da política do Ministério da Educação.

A mercantilização dos saberes e da formação, a transformação do ensino em mais um negócio, ainda por cima de qualidade duvidosa, e o direito à educação transfigurado num privilégio à venda.

Também, a crescente desresponsabilização do Estado das suas obrigações para com o conjunto da população portuguesa, Estado que entretanto continua a cobrar os seus impostos e com carga agravada pelo governo do PSD como sabemos. É o menos Estado cavaquista, com mais peso fiscal...

Se o leitor tem dúvidas, veja.

No que respeita ao ensino superior público, de há muito carecido de condições estruturais mínimas, por todo o lado há carências graves de instalações, de pessoal docente, de pessoal administrativo e auxiliar, de meios auxiliares para o ensino e para a investigação e, sobretudo, inenarráveis problemas financeiros.

Que faz o governo PSD? Acentua ainda mais cortes e restrições orçamentais (PID-DAC, orçamento de funcionamento), torna aleatória a concessão de fundos comunitários,

procurando assim asfixiar o sistema de ensino superior público de modo a impor-lhe transformações estruturais de sentido privatizador («o Ministério defende, e bem, que as Universidades e Institutos Politécnicos devem procurar fontes alternativas de financiamento»...) e levar as escolas a assumirem o lado impopular da política do governo («cada Universidade ou Instituto Politécnico é livre para fixar as propinas a pagar pelos alunos»...).

Ao mesmo tempo o Ministério da Educação aparece aceleradamente a promover e a apoiar a proliferação do ensino privado e a subsidiá-lo também através dos fundos comunitários. Só a Universidade Católica, a título de exemplo, arrecadou um milhão e setecentos mil contos, quase 40% do total da componente infra-estruturas PEDIP-PRODEP para todo o ensino superior.

No curtíssimo prazo de quatro anos lectivos, de 87/88 até 90/91, o número de alunos nas escolas privadas praticamente duplicou - de 22 917 para 45 005 (previsão). No mesmo período a oferta de acesso ao ensino superior nas escolas privadas triplicou (7 359 para 21 964), quase igualando o número de vagas abertas em todo o ensino superior público, que se desenvolveu em Portugal desde a fundação da Universidade de Coimbra há setecentos anos...

Até 85/86 no ensino privado eram ministrados 49 cursos (4 mestrados, 41 licenciaturas e 4 bacharelados). Quatro anos depois, no final de Novembro de 90, o total de cursos no ensino privado, aprovados pelo Ministério da Educação, já ascendia a 268, entre os quais 113 licenciaturas e 150 bacharelados. É caso para o Guinness Book...

Cursos em grande número de casos de baixíssima qualidade ou até sem qualidade nenhuma.

É óbvio que a igualdade de oportunidades que incumbe ao Estado assegurar, surge na prática cada vez mais negada.

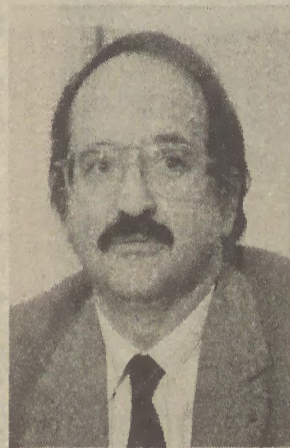
Onde aparece de tudo. Desde uma «universidade» que não está legalmente criada, mas já tem vários cursos «aprovados» e a «funcionar» em três cidades e que captou (mais próprio seria dizer capturou...) 3 200 alunos em 13 meses. Até «universidades» sem instalações, sem corpo docente próprio, sem qualquer professor a tempo inteiro ou com professores mas sem habilitações, sem bibliotecas, com «conselhos científicos» fantasmas, etc.

Na realidade trata-se, na grande maioria dos casos, de empresas que se dedicam à actividade de vender diplomas, explorando a boa-fé das famílias e sobretudo defraudando o direito dos jovens a tirarem um curso superior com um mínimo de qualidade (no ensino público ou no privado não é a questão) que os habilite de facto para uma vida profissional cada vez mais exigente.

A justa e compreensível preocupação de muitas autarquias com os problemas do desenvolvimento local e regional tem vindo também a ser aproveitada por muitas escolas privadas para estender o seu negócio através de pedidos de apoio para a instalação de «pólos» e «departamentos» locais.

Mas, com que qualidade pode funcionar uma escola a quem são autorizados cursos de nível superior em diferentes e afastados pontos do território nacional? Os exemplos multiplicam-se todos os dias.

EDGAR CORREIA
Membro da Comissão Política



Uma universidade tem um curso de licenciatura em Chaves e três em Lisboa, um instituto superior politécnico habilita também com bacharelados em Chaves e em Lisboa, outra escola superior apresenta cursos em Leiria, Gaia, Bragança, Santarém, Lisboa, outra ainda vai de Almada a Macedo de Cavaleiros, com passagem por Lisboa e por Arcozelo-Gaia, outro instituto politécnico arrancou com cinco cursos simultaneamente em Lamego, Penafiel e Santo Tirso, e por aí fora...

Será por isso caso para o leitor se admirar, que o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, entidade a quem cabe a coordenação e a representação global das universidades portuguesas, num gesto que não pode deixar de ser lido como de protesto em relação à política do Ministério da Educação, tenha decidido pedir a intervenção do Instituto de Defesa do Consumidor?

Neste quadro é óbvio que a igualdade de oportunidades, que incumbe ao Estado assegurar, surge na prática cada vez mais negada. E que a selecção escolar - pelo acesso, pelo sucesso e pelo nível de qualidade do curso a que cada aluno pode aceder - se realiza cada vez mais com base em critérios de natureza económica e classista.

Como é possível que o governo realize esta política, quando a Constituição expressamente consagra, nos seus artigos 74º e 75º, que «todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar» e que «o ensino deve contribuir para a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais»? E que «na realização da política de ensino incumbe ao Estado (...) garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística (e) estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino (...)» e que «o Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população»?

Equando a própria Lei de Bases do Sistema Educativo vincula o governo a respeitar o princípio de que «o Estado deve criar as condições que garantam aos cidadãos a possibilidade de frequentar o Ensino Superior de forma a impedir os efeitos discriminatórios decorrentes das desigualdades económicas e regionais ou desvantagens sociais prévias»?

Muitas perguntas com uma só resposta.

Também pelo que se passa na área da educação é urgente afastar a direita do Governo e concretizar uma solução governativa democrática que empreenda uma política democrática.

A oportunidade real que as próximas legislativas abrem ao povo português, para esse objectivo, é essencial que não seja desperdiçada.



Orquestras – que futuro?

Um dos aspectos mais gritantes da penúria musical a que o País foi conduzido é a falta de agrupamentos musicais sinfónicos, desenvolvendo uma actividade regular, capaz de dar resposta às necessidades culturais que uma sociedade moderna, europeia, exige.

Musicalmente falando, Portugal é o Sahara da Europa, com escassos oásis e muitas miragens.

Semanas inteiras se passam sem que na capital haja um único concerto e, na província, mesmo nas capitais de distrito, são de meses quando não de anos os períodos de jejum musical.

No que toca à música portuguesa, essa vive na clandestinidade em todo o País.

Assim, é natural que a fruição musical não ocupe um lugar de grande relevo no conjunto das necessidades lúdico-culturais da grande maioria dos portugueses.

No prosseguimento da sua política obscurantista, à boa maneira do antigamente, o actual Governo, tal como muitos dos que o antecederam, está mais interessado em promover os subprodutos com que, a todo o momento, são bombardeados os nossos ouvidos, do que, a exemplo do que acontece em muitos outros países dessa Europa, com que tanto encham a boca, criar, como é das suas atribuições, as condições para que a música entre, como elemento indispensável, na educação e cultura dos portugueses.

A célula dos músicos projecta neste período, analisar a problemática da música em Portugal e, conseqüentemente, procurar, com muitos outros profissionais e cidadãos, os meios considerados mais adequados para combater essa chaga, que é o analfabetismo musical a corroer a sensibilidade do nosso povo.

No Partido, nesta célula, pensamos que para se prosseguir qualquer política cultural, séria, no âmbito da música, é imprescindível a existência de orquestras estabilizadas a funcionar plenamente.

Assim, e como primeira medida a implementar imediatamente, reivindicamos a reactivação das orquestras sinfónicas de Lisboa e do Porto que o Governo recentemente extinguiu.

Estas orquestras deverão ser administradas pela RDP, mas com um estatuto autónomo e a sua existência assegurada pelo Estado através de verbas inscritas no OE.

Porquê recolocar sob a alçada (salvo seja) da RDP estas orquestras? Primeiro, porque as emissoras oficiais de rádio e de televisão são os organismos públicos mais vocacionados para o efeito.

Veja-se o que se passa por essa Europa fora desde a BBC à RAI.

Segundo, porque a rádio oficial portuguesa tem uma experiência de várias dezenas de anos a gerir orquestras.

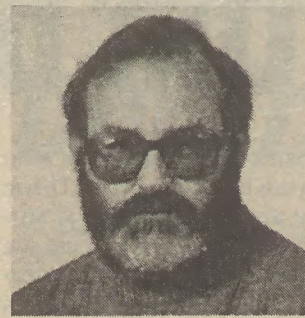
Terceiro, porque mantém ao seu serviço, ainda que inactivo, um significativo número de bons instrumentistas.

Quarto, porque possui um rico arquivo musical e instrumentos musicais indispensáveis ao funcionamento das orquestras.

Quinto, porque tem os meios, privilegiados, para publicitar a actividade das orquestras divulgando e transmitindo os concertos.

Outras razões poderia aduzir em apoio desta ideia, mas penso que estas já são elucidativas.

No prosseguimento da sua política obscurantista, à boa maneira do antigamente, o actual Governo está mais interessado em promover os subprodutos



ALFREDO FLORES
Músico do G. D. de Artes e Letras da ORL

Agora outra questão se põe: — Onde arranjar os músicos para estas orquestras?

As pessoas ligadas ao meio musical sabem que muitos profissionais de valia indiscutível ficaram privados de continuar a sua actividade profissional, com a extinção das orquestras. Portanto, a primeira coisa a fazer será chamar à actividade todos os elementos pertencentes a essas orquestras, tanto os que

permaneceram na RDP como os que estão em comissão de serviço na Regie Sinfonia e, com eles, formar o embrião das novas orquestras. Depois, recrutar os jovens valores, que neste momento não têm qualquer perspectiva profissional, apesar de estarem habilitados a integrar agrupamentos musicais profissionais. A seguir, procurar saber se os vários músicos portugueses que neste momento trabalham no estrangeiro estão interessados em regressar à pátria. Por último, recrutar no estrangeiro, a título precário, os elementos que de momento não tenhamos em quantidade e qualidade suficientes para completar os quadros das orquestras.

Obviamente que estes agrupamentos terão de ser dotados das estruturas necessárias ao seu funcionamento normal, como locais condignos para ensaios e concertos, instrumentos de qualidade, arquivo musical actualizado, etc., etc., assim como o estabelecimento de salários condizentes com o alto grau de especialização que se exige aos instrumentistas.

O número de músicos destas orquestras deverá ser equivalente às das suas congéneres europeias e americanas, ou seja, deverão poder interpretar qualquer tipo de repertório sinfónico, nomeadamente o destinado às grandes formações sinfónicas.

A sua actividade deverá ser orientada para um público o mais heterogéneo possível e, na sua programação deverá figurar, sempre, uma ou mais obras de compositores portugueses, de todas as épocas, mas com mais incidência na produção do Séc. XX. Portanto, a descentralização que preconizamos, numa primeira fase, é menos de ordem geográfica e mais de cariz social.

Pensamos que se deverão estabelecer protocolos com o ME de forma a realizarem-se, de forma sistemática, ao longo do ano, concertos para estudantes. Em Lisboa, por exemplo, a Aula Magna da Reitoria reúne condições excepcionais para juntar os jovens à volta da Arte dos Sons.

Também os concertos populares, dirigidos a um público que não frequenta as salas de concertos tradicionais, deverá ser um objectivo prioritário. Já foram muito populares e com grande afluência de espectadores. Infelizmente deixou-se morrer este bom hábito. Isto sem prejuízo dos concertos realizados nos moldes tradicionais para aqueles que já criaram a necessidade de ouvir música.

A reactivação das orquestras tal e qual nós a reivindicamos é um imperativo cultural patriótico, que em nada se assemelha às iniciativas megalómanas, desfasadas da nossa realidade cultural, como é o caso da moribunda orquestra sediada no Porto, constituída, basicamente, por estrangeiros generosamente pagos e que não passa de uma cobaia para o seu, principescamente bem pago, vulgaríssimo maestro, preparar repertório para seu benefício pessoal.

O que nós pretendemos é a constituição de agrupamentos musicais cujas raízes mergulhem profundamente na cultura portuguesa, não corpos estranho, que mais cedo ou mais tarde teremos de rejeitar. Queremos organismos vivos, ao serviço da nossa cultura, da nossa música, dos nossos criadores.

O Governo do PSD não pode, impunemente, desresponsabilizar-se das suas obrigações para com uma área do conhecimento tão importante como é a música. Desbaratar, irresponsavelmente, o erário público em iniciativas de fachada, como os régies e os concertos insólitos para afilhados, em vez de utilizar essas vultuosas verbas em projectos sérios de apoio à música e músicos portugueses é crime que nós, músicos comunistas, não podemos deixar de denunciar.

Confiamos em melhores dias e, por isso, não esmoreceremos no nosso combate à demagogia e incompetência, à política cultural deste Governo.



BERD

Um banco sem hipocrisia

O nascimento de um banco merecerá (quase sempre) ser notícia. Mas este é um banco especial... Diz-se europeu, de reconstrução e desenvolvimento, e já afirmou a sigla BERD, aliás fácil por referência a um seu antecessor, BIRD por ser internacional em vez de europeu, nascido no pós-guerra. Tem 42 «accionistas», mas o mais significativo é que, entre estes, 40 são países e os outros organizações comunitárias (a Comissão da CEE e o Banco Europeu de Investimentos), e arranca com 10 mil milhões de ecus de capital (quase 2 mil milhões de contos). Entretanto, vão sendo conhecidos, por muito noticiados e comentados, os estatutos, a sede, o presidente, administradores nomeados pelos governos dos países, algum pessoal superior escolhido ou possível. Do BERD, há o que todos vão dizendo e, por isso, todos vão podendo saber. Um «banco especial» a justificar muita informação nas páginas dos jornais. Por exemplo: no último *Expresso*, pelo menos uma notícia na 1.ª página, sobre uma eventual escolha de um técnico-político (ou vice-versa?) para o quadro de pessoal do BERD, e cinco vezes o banco a ser notícia no caderno economia. Muita notícia, mas pouca informação orientada para suscitar reflexão, ou orientada para que não se reflecta fazendo-se aceitar, e como indiscutíveis, dinâmicas e «modelos» que são, pelo menos, discutíveis. Tentemos reflectir um pouco a partir deste acontecimento e da sua exploração.

Para começar, parece que importa perguntar o que é, e para que serve, um banco. Sabemos todos que, nos bancos, depositamos dinheiro que é nosso, por nós ganho, à vista ou a prazo segundo o tempo que pensamos dele poder não ter necessidade, assim como aos bancos procuramos recorrer quando o dinheiro que temos (na carteira, na gaveta e no banco) não chega para o que pretendemos fazer, para as necessidades a que queremos fazer face. Empréstamos ao banco, e ele paga-nos juros por isso; pedimos emprestado ao banco, e pagamos juros por isso (quando ele nos empresta...).

Esta «definição» serve para cada um de nós, mas pode estender-se às empresas e, também, aos países. Daqui, partiríamos para a questão do crédito, que marca indelevelmente toda a economia, mas é outro o caminho a percorrer por via deste BERD que acaba de ser criado.

A economia (e as finanças) e a política

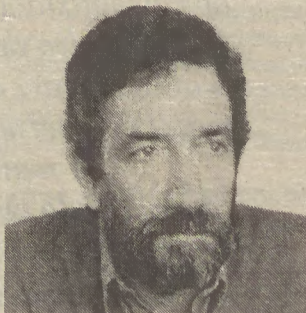
O que o BERD, enquanto banco, levanta é a questão central das ligações entre a economia e a política. E, definido sumariamente o que é como género de instituição, parece evidente que é uma entidade claramente da área da economia e das finanças, mesmo para os que têm da vida social uma perspectiva global e sabem que não há fronteiras estanques entre a economia e a política. O que se acrescenta é que um banco, qualquer banco, sendo económico (e financeiro) serve uma política porque é, sobretudo, um instrumento.

Aquilo em que certas correntes de pensamento (se assim se lhes pode chamar) têm insistido é que essa separação de áreas ou domínios é mesmo estanque e intransponível e, sobretudo, que o Estado (a política) não se deve imiscuir nas coisas da economia porque, ao fazê-lo, perturba as sacrossantas leis do mercado. Mas essa é — tem sido — uma posição hipócrita, defendida com afirmações e argumentos que o não são menos. Porque as mesmas forças que (e se) inspiram nessas correntes intervêm activamente na economia, por via dos Estados que dominam ou influenciam predominantemente; e, para isso, utilizam todos os instrumentos que possam controlar, nomeadamente os bancos ou a banca.

Não faltam exemplos no passado, mais longínquo ou próximo, dessa hipocrisia e, ao nível internacional, o mecanismo que foi criado no pós-guerra, com os acordos de Breton-Woods, e o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, pode ilustrá-la uma vez que, afirmando a «objectividade» e a «neutralidade» económica e financeira, foi sempre um instrumento privilegiado do sistema capitalista no seu confronto, primeiro só com a União Soviética e, depois, com o sistema de países socialistas.

As políticas de ajustamento estrutural e as cartas de intenções

As chamadas políticas (económicas e financeiras, claro!) de ajustamento estrutural, tão utilizadas, foram



SÉRGIO RIBEIRO
Deputado do PCP
no Parlamento Europeu

(...) «O seu objectivo real é o de abrir caminho aos capitais privados para a União Soviética»

sempre apresentadas como uma necessidade, uma saída técnica sem alternativa, a partir de cartas de intenções ao FMI dos governos dos Estados «beneficiários», que representaram compromissos políticos claros, de sistema de relações sociais. Portugal também passou por isso, e foram três as cartas de intenções que governos portugueses escreveram para «beneficiar» dessa «ajuda técnico-financeira».

Aliás, o caso português pode ilustrar o carácter defensivo dessa estratégia político/bancária, actuando quando a relação de forças sociais ameaçava ou podia ameaçar interesses capitalistas ou o próprio domínio destes no conjunto do Estado.

O BERD e o fim da hipocrisia

O aparecimento do BERD não é, como nada o é, ocasional, ou seja, por acaso. O que parece de sublinhar é que esse aparecimento, pelo momento e pelas circunstâncias, veio colocar um ponto final nessa característica de hipocrisia. O termo dessa característica, tão experimentada, coincide com a dúvida se ele acontece por a hipocrisia ter passado a desnecessária ou por impossibilidade de se prosseguir de tal modo seria insustentável. No entanto, essa dúvida não se resolve por uma escolha simples entre as duas alternativas, pois, por um lado, julgo que a hipocrisia terá deixado de ser considerada tão necessária como o era antes e, por outro lado, esse banco, o BERD, pelas suas características, não podia, de nenhum modo, esconder a sua função predominantemente política.

De qualquer maneira, objectivamente, esta será



uma «qualidade» do BERD, a de não esconder os seus objectivos políticos por detrás de uma falsa neutralidade técnica.

Intenções e objectivos afirmados

Os objectivos do BERD estão nos estatutos, na composição dos «accionistas», nas declarações dos seus inspiradores e responsáveis, entre estas, como as mais expressivas de todas, destacam-se as de J. Atalli, seu primeiro presidente, sempre apresentado como ex-conselheiro de Mitterrand e um ex-esperançoso economista político (ou vice-versa) da área do Partido Socialista Francês.

Ora, Atalli começa por não utilizar, por expressa e afirmada intenção, a palavra accionista (por isso, se têm colocado as aspas...) por se tratar, fundamentalmente, de uma instituição política. Assim, não se trata, só, de aceitar o papel instrumental do banco, ao serviço de uma política determinada. O BERD é, ele mesmo, uma instituição política («cuja» existência prefigura o que um dia poderá vir a ser uma confederação continental», segundo Atalli.

O apoio aos países do Leste europeu

Como banco, e com o objectivo de ser um banco europeu (cujo maior accionista são os Estados Unidos...), poderia pensar-se que o apoio que, por seu intermédio e de acordo com os estatutos, se diz pretender fazer chegar à economia dos países do Leste europeu, seria o de mobilizar poupanças e de as canalizar para investimentos que nesses sejam indispensáveis para o seu próprio desenvolvimento. Mas não é assim.

Com a criação do BERD, o que se procura é criar «o ambiente» susceptível de rentabilizar os capitais que as transnacionais possam vir a investir nesses países, e muito particularmente na União Soviética. No entanto, não se trata, só, de criar esse ambiente. Tudo é feito no sentido de se impor um «modelo de sociedade». Ainda segundo Atalli («Los Angeles Times»/«O Jornal»), o BERD vai utilizar «o seu capital para ajudar a Europa de Leste a adquirir (!) os elementos básicos de uma economia de mercado — não só boas estradas e sistemas de telecomunicações, mas também mercados de títulos e sistemas financeiros e jurídicos». E ficará disponível («está às ordens...») para «dar conselhos e estímulos destinados a promover não só o capitalismo, mas também a democracia».

Trata-se, verdadeiramente, de um serviço completo. Em auxílio das vítimas da planificação, «recuperando-as» para o capitalismo identificado com a economia de mercado e para um «modelo de sociedade» identificado com democracia.

Para mais, tratando-se de uma tal «recuperação», a economia de mercado que se preconiza seria liberta de toda a «ganga» planificadora ou planificante. Quer dizer: na sua pureza, o «ambiente» e o «modelo» parecem não poder consentir resíduos planificadores, planeamentos, planos ou o que se queira chamar à indispensável regulação da economia para além do mercado e, tantas vezes, contra o mercado. Quer dizer, e para começar: economias totalmente desreguladas, por onde os capitais transnacionais possam entrar sem constrangimentos, como em reserva que é aberta, ou cidades cercadas que baixam as defesas, derrubam as próprias muralhas ou muros.

Mas, em aparte, pergunta-se se não fará este BERD parte de um plano, sendo deste (ou procurando-se que seja) elemento ou mecanismo essencial?

O BERD como parte de um «plano» ou de uma estratégia

E assim se regressa à questão de fundo. Elemento ou mecanismo essencial para, como instrumento, como

EM FOCO

EUA: greve proibida por 400 contra 5

banco, contribuir para materializar essa ajuda através da mobilização de meios financeiros e da sua canalização para financiamento de projectos ou de programas de desenvolvimento nesses países da Europa?

Já vimos que não. Que o seu objectivo real é o de abrir caminho aos capitais privados, particularmente transnacionais e para a União Soviética. Mas este regresso toma outra expressão se lhe pegarmos nesse aspecto material que se pode traduzir no capital de 10 milhares de milhões de ecus para uma tarefa, a de levar as economias da Europa de Leste para o «bom caminho» do capitalismo, o que, segundo os cálculos de Atalli (e estes é que são, de certo, os bons cálculos...), deverá custar 200 vezes mais!

Esta aparente incapacidade não só é justificada pela afirmada e limitada tarefa de «criar o ambiente», de servir de catalisador, numa palavra, e parafraseando de novo Atalli, um banco mais para influenciar que para financiar (traduzindo a expressão, em francês: «la BERD se veut une institution d'influence plutôt que de finance»!).

As dificuldades anunciadas ou as primeiras dificuldades

Apesar de tudo, pode dizer-se que o escasso capital para tão grande tarefa, apesar de tão vultuoso, representa uma dificuldade anunciada. Não obstante confessar que as funções «naturais» de um banco não serão as suas, esse capital já se estima pequeno.

Por outro lado, como parte/instrumento de uma estratégia, as dificuldades já existem no confronto com a experiência brutal que se vive, nomeadamente na ex-RDA e na Polónia, com a tentativa de passagem ao capitalismo. E não deixa de ser significativo ler, entre o que sobre o BERD se publica, que já existem divisões internas pois há quem não aceite pacificamente que o banco vá financiar, com os seus relativamente escassos recursos, um dos países mais ricos do mundo, a «nova» Alemanha...

Neste rol de algumas dificuldades já existentes ou anunciadas, inclui-se a preocupação pelo aparente desinteresse dos Estados Unidos que, sendo o maior «acionista» (com 10% do capital, contra 8,6% do Japão e dos «quatro grandes» da CEE e 6% da União Soviética), ainda não nomeou o vice-presidente que lhe cabe, e a sua presença na «operação inauguração» foi discreta, em absoluto e relativamente aos outros parceiros, alguns deles a demonstrar um empenhamento militante que vai muito para além da sua quota.

Portugal e o BERD

Entre esses países pode falar-se de Portugal, ou melhor: do Governo português, que, com os seus 0,42% de capital, nomeou, de pronto, o seu escolhido, o deputado economista Silva Lopes, e esteve presente, ao mais alto nível, na «cerimónia de inauguração». Cavaco Silva fez um dos discursos mais exemplarmente ilustradores do «modelo» que se pretende impor e do «ambiente» a criar para «recuperar» esses países; em acréscimo, Miguel Beza avançou com o exemplo (a seguir, segundo ele!) da experiência portuguesa no domínio das privatizações.

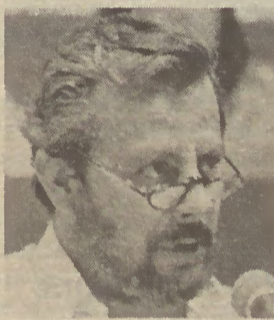
Por outro lado, os nomes que, ou se escolhem, ou podem ser escolhidos para participar no BERD têm tido um significado político que a comunicação não tem deixado escapar, até pelo seu contorno de «habilidade (ou esperteza) política» e pela «pequena intriga» que possibilita.

Sem pôr em causa competências técnicas, mas valorizando os aspectos políticos como, aliás, este BERD exige, não deixa de ser curioso que o Governo vá escolhendo, ou sugerindo, ou estimulando a sugestão, para lugares em Londres, de eventuais candidatos a deputados e ministeriais pelo Partido Socialista na área das economias e das finanças. Quase se diria que alguém que deseje um apeteido lugar (pelo aspecto salarial e pela carreira) no BERD tem uma cunha privilegiada a meter: pedir aos dirigentes do PS que dêem fuga à informação de que estariam pensando no seu nome para ministro das Finanças de um futuro governo a sair das próximas eleições...

Tudo isto merece, se é que não exige, reflexão profunda. Desde a presença da União Soviética e dos países de Leste neste BERD, depois de não terem participado no BIRD que contra eles e a sua concepção de Estado bem se empenhou, à presença portuguesa na estratégia de que o banco é instrumento, passando pela necessidade, esta objectiva e contribuindo para as legítimas aspirações a uma democracia dos povos dessas paragens da Europa, de um desenvolvimento económico desses países que aproveite a experiência dos erros cometidos sem a adopção de um «modelo» em que, aos seus objectivos e mecanismos de fundo anti-sociais, se somam os erros próprios e o mau funcionamento.

A notícia vinha ao fundo de uma página, tímida nos seus cinco secos parágrafos paginados a uma coluna. Eram, contudo, novas de vulto. Nada mais nada menos do que uma greve de mais de duzentos mil trabalhadores ferroviários nos Estados Unidos. Foi no passado dia 18 de Abril que ela apareceu.

Ela anunciava, com a timidez de quem enche um espaço, que os ferroviários norte-americanos iam entrar



A. VILLAVERDE CABRAL
Jornalista

As pessoas
ainda se lembram
nos EUA
do que aconteceu
aos controladores
aéreos

em greve por melhores salários, condições de trabalho e assistência social. Dizia-se ainda naqueles curtos parágrafos que as discussões entre os trabalhadores ferroviários e as autoridades (governamentais e patronais, presume-se, uma vez que a administração sempre se mete nestes assuntos e os caminhos-de-ferro são privados) se prolongavam desde há três anos. Em causa estão os salários, a assistência médica e as normas sobre as condições de trabalho.

Uma primeira nota: há três (3) anos que os ferroviários discutem não apenas os salários, mas também as condições em que os obrigam a trabalhar e a assistência médica. Os anos de Reagan — que são também os anos da vitória da nova direita, da grande ofensiva contra os trabalhadores — criaram situações dramáticas aos trabalhadores norte-americanos. Negociar durante três anos não é coisa do outro mundo. Tem a ver com a história recente da luta dos trabalhadores e da guerra que o capital e o seu governo lhes move, como adiante se ilustrará.

A notícia do «Diário de Notícias» tinha ainda um outro elemento interessante. A greve, lá se dizia, incidiria fundamentalmente no transporte de mercadorias, podendo afectar a circulação de um terço da produção dos Estados Unidos.

Era uma greve de peso. «Era», disse bem.

No dia seguinte — 19 de Abril —, o «DN», por obra que devemos agradecer do seu correspondente em Washington, trazia mais desenvolvida notícia sobre o assunto. Os título e antetítulo são elucidativos: «Congresso aprova legislação (antetítulo) — Greve ferroviária termina nos EUA (título)».

Para esclarecimento do assunto, bastaria talvez a transcrição do despacho do correspondente Orlando da Silva. Se faço mais do que isso, é apenas para sublinhar este ou aquele aspecto.

Porque o Congresso aprovou nova legislação sobre o assunto, directamente destinada a influir no assunto, a greve tornou-se ilegal e foi desconvocada. As pessoas ainda se lembram nos EUA do que aconteceu aos milhares de controladores aéreos que Reagan despediu de uma assentada por não acatarem as suas ordens.

Diz o despacho do correspondente do «DN» que «a primeira greve nacional de ferroviários lançada na última década nos EUA terminou ontem (28-4), menos de 24 horas depois de ter sido iniciada». Por que foi? Porque foi aprovada «legislação de emergência que força o regresso ao trabalho de mais de 200 mil trabalhadores do sector».

«Emergência»? Sim, emergência. Diz o «DN» que «a lei foi aprovada, com uma celeridade inabitual, por ambas as câmaras do Congresso, na madrugada de ontem, por 400 votos a favor e cinco contra». Quatrocentos contra cinco, e ainda há quem diga que o Congresso dos Estados Unidos tem um carácter de classe muito marcado... Onde é que foram descobrir tal coisa?

«Celeridade inabitual»? Por que carga de água? Simples, explica Orlando Silva no «DN». Porque até foi necessário acordar o presidente George Bush para que

ele assinasse a «legislação de emergência, por forma a pô-la em prática e a evitar o prosseguimento de uma greve que se previa de consequências desastrosas para sectores-chave da economia dos EUA».

«Consequências desastrosas»? Sim, senhor. É que «o próprio secretário de Estado dos Transportes, Samuel Skinner, admitiu publicamente (que) os Estados Unidos estão a braços «com uma economia muito, muito precária que apenas agora está a recuperar, não podendo essa recuperação ser prejudicada por uma greve desnecessária»».

A economia está tão «precária» e a greve era tão «desnecessária» que o Congresso «fez uso de poderes especiais», atribuindo a uma «comissão de arbitragem de emergência poderes para negociar um acordo entre os sindicatos e as diversas empresas». A comissão tem 65 dias para impor o «acordo», digo eu, e, entretanto, os grevistas vão trabalhar, muito direitinhos, se não querem ir para o olho da rua. Se, ao fim dos 65 dias, não houver acordo, então a comissão, que nasceu para impedir a greve, «tem poderes para impor uma solução a ambas as partes». Por mim, desconfio de que uma das partes vai ficar muito mais satisfeita do que a outra.

Foi um caso à parte. Estas coisas só acontecem de muitos em muitos anos. Os Estados Unidos são um país livre, onde o direito à greve é assegurado. Haverá, talvez, quem pense assim, sobretudo tendo em conta que, de facto, a situação económica é precária e não há muitas razões para crer, como o já citado Samuel Skinner, que a recuperação tenha já começado. Infelizmente, as coisas não são como podem parecer aos mais distraídos. É, de novo, o correspondente do «DN» quem nos ajuda: «Esta é a 11.ª (décima primeira) vez, desde 1963, que o Congresso intervém para fazer paralisar uma greve ferroviária, partindo do princípio que a paralisação ameaça desarticular a economia do país». Desculpe-se o embrulhado do português apressado e retenha-se a informação. Conjuguemo-la, depois, com a outra que diz que as negociações decorriam já há três anos e ainda com aquela que nos diz que esta era a primeira greve lançada pelos ferroviários na última década. Conclusão: há quase 30 anos que os ferroviários não são autorizados a fazer greves nos Estados Unidos. Bonito, não é?

A greve ameaçava ser um êxito. Com poucas horas de vida, ela tinha afectado já o «centro nevrálgico» de seis das maiores empresas ferroviárias do país. Mas o poder político — executivo republicano e legislativo democrático de mãos dadas — não esteve pelos ajustes. Com o democrático poder da confortável maioria de 400 contra 5, acaba-se com essa coisa desagradável que é uma «greve desnecessária» com a qual se pretendiam aumentos salariais (de quanto não nos informaram), menos gravosas condições de trabalho (em que aspectos não sabemos por enquanto) e, pasme-se, assistência médica.

Na democracia à americana é assim que as coisas se passam. A economia está «precária»? então não há greves para ninguém ou, pelo menos, para os ferroviários. O pior é que, pelos vistos, desde 1963, a precariedade já justificou onze (11) intervenções destinadas a proibir a greve.



Um olhar sobre a União Soviética (2)

Como vão as coisas na União Soviética?

Ouvi a pergunta incontáveis vezes ao regressar da breve visita que em Abril fiz àquele país. Não sei que resposta dar a indagações desse tipo porque as contradições inviabilizam qualquer tentativa de síntese. Consoante o tema abordado podem conduzir a conclusões antagónicas.

As ruas, como já salientei em artigo anterior, estão tranquilas. Mas não a consciência social. A serenidade do povo no seu comportamento colectivo quotidiano oculta sentimentos de insegurança e ansiedade; a atmosfera de mal-estar e descontentamento não se traduz em desafios ostensivos à ordem pública.

Transcorridos seis anos, os grandes desfiles e protestos populares perderam o poder de atracção dos primeiros tempos da perestroika, quando eram novidade.

No Ocidente fala-se com muita frequência da «prova de força entre Eltsin e Gorbachev». Mas a crise soviética não pode ser entendida através de explicações e fórmulas personalizadas.

Um jornalista leninegradense que viveu muitos anos em França alertou-me para a necessidade de chaves para que no Ocidente se entenda a situação.

«Boris Eltsin — reproduzo as suas palavras — tem hoje muito menos prestígio do que lhe atribuem. Não lhe subestimo o papel, mas o que conta são sobretudo as forças que lhe aproveitam a vaidade e ambição, empurrando-o para o choque com o governo da União e o PCUS. Essas forças representam uma direita de contornos ainda mal definidos que defende um neo-liberalismo irresponsável. Mas são menos ingénuas do que parece: preconizam a privatização total e imediata da economia, da terra, das fábricas, e de muitos serviços. Do outro lado, opondo-se ao primarismo populista e reaccionário de Eltsin, temos um amplo leque de forças que toma por referência o projecto reformador da perestroika (de contornos muito elásticos). Não existe a aproximá-las um denominador comum. Todos falam em economia de mercado, mas são muito diferentes os significados atribuídos a essa expressão. Há muita gente, mesmo no Partido, que fala de um novo socialismo, mas que defende na prática uma sociedade de figurino ocidental. A alternativa dominante não é entre socialismo e capitalismo, mas entre capitalismo selvagem e social-democracia.

Até 1988 a ligação entre a perestroika e o leninismo foi uma constante nos documentos do PCUS. Hoje essa relação é menos clara.

«Socialismo e capitalismo são fórmulas gastas» — afirmou recentemente Alexandre Iakovlev, em declaração muito comentada no Ocidente. Poderia inferir-se que o ex-responsável pela Informação no Politburo do PCUS se distanciou do presidente Gorbachev. Mas tal não aconteceu; continua a ser um dos seus colaboradores mais próximos, não obstante ter renunciado às suas tarefas na direcção do Partido.

Contradições como essa colocam o observador em dificuldade para compreender e definir a posição de eminentes personalidades públicas num contexto em que a relação de forças se caracteriza no país pela instabilidade e a referência ideológica perdeu o rigor.

A linguagem política não facilitou a compreensão da estratégia das principais forças e das suas opções ideológicas.

Quando, no início de Março, Eltsin declarou que estava em guerra com Mikhail Gorbachev — imprimindo ao seu desafio um tom novelesco e grandiloquente — apresentou-se como o campeão da defesa da dignidade da democracia, supostamente ameaçada por um poder totalitário. Logo os jornais que o apoiam agitam o espantinho da ditadura, recordando que Chevardnadze, ao demitir-se, a anunciara como iminente...

Por que agiu assim Eltsin?

Parece evidente agora que os apelos ao derrubamento do governo, de cariz golpista, foram consequência de duas derrotas sucessivas, ambas graves.

A primeira foi a rejeição pelo Soviete Supremo da Federação Russa do chamado Programa dos 500 dias (inspirado nas receitas ultraliberais do Solidariedade polaco). A segunda, mais demolidora, consumou-se com a vitória do SIM no Referendo de 17 de Março. Eltsin mobilizou os seus partidários e incentivou as greves dos mineiros do carvão. Esperava um resultado que lhe permitisse transformar o veredicto das urnas num voto popular de censura contra Mikhail Gorbachev.

Entretanto, 76% dos cidadãos que participaram no

Referendo (na Ásia Central as percentagens oscilaram entre 89% e 98%) pronunciaram-se a favor da «preservação da União renovada».

Boris Eltsin, num gesto que merece o qualificativo de aventureiro, tentou instalar a desordem nas ruas da capital. Sem êxito, porque o povo de Moscovo não respondeu ao seu apelo. A manifestação de 28 de Março, convocada para exigir a dupla demissão de Gorbachev e do primeiro-ministro Pavlov, foi um estrondoso fracasso, contrariamente ao que a RTP então sugeriu. Segundo a maioria dos diários soviéticos não participaram nela mais de 60 mil pessoas, o que é pouquíssimo para uma megalópolis como Moscovo.

Esse malogro, que precedeu o aumento dos preços, levou a imprensa ocidental a prever que Boris Eltsin se veria colocado num posição quase insustentável no Congresso Extraordinário dos Deputados do Povo da Federação Russa. Mas os factos não confirmaram a pre-



MIGUEL URBANO RODRIGUES

Presentemente o ataque principal é dirigido não contra Staline mas contra Lenine

visão. Eltsin saiu fortalecido do Congresso, numa clara demonstração de que a pessoa do dirigente conta menos do que a estratégia das forças que o têm sustentado, empenhadas em impor um modelo de sociedade cujo objectivo prioritário é a destruição do socialismo. Não tendo outra escolha, Eltsin será certamente o seu candidato à Presidência da Federação Russa nas eleições directas de 12 de Junho próximo. A análise das votações realizadas no Soviete Supremo da Rússia é, contudo, esclarecedora de que o truculento dirigente não controla as forças que o sustentam institucionalmente.

A maioria das pessoas com quem troquei impressões sobre o assunto é de opinião que Boris Eltsin será eleito sem dificuldade. Mas a sua demagogia não produz já o efeito anterior. A sua eleição desponta como voto de castigo, de protesto contra a política do Governo da União, incapaz até agora de dar soluções minimamente satisfatórias aos problemas que se comprometeu a resolver. O agravamento da crise económica funciona como trunfo de um político que à frente da Federação Russa tem, aliás, evidenciado uma total inoperância governativa.

Um quadro do PCUS, natural dos Urales, onde Eltsin iniciou a sua carreira política, disse-me: «Veja lá as voltas que o mundo dá. O Eltsin que hoje exige o fim do comunismo e acusa o PCUS de esbanjar os dinheiros do povo em benefício próprio, fez construir em Sverdlovsk, nos Urales, quando ali era primeiro-secretário do partido, a maior, a mais cara sede do Partido existente em todas as Repúblicas da União.»

*
* *

Portugal é um dos poucos países da CEE onde Eltsin é ainda apresentado pelos principais media como um democrata radical. Em França, «Le Monde» já o qualifica de aprendiz de ditador (12.4.91). A especificidade da conjuntura soviética é, porém, tal que o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Eduard Chevardnadze, em entrevista ao mesmo diário «Le Monde» (4.4.91), declarou que apoiará «Eltsin ou outro», mas que a eleição do presidente da Federação Russa, seja ele quem for, «será um novo passo na direcção certa».

Não obstante a «economia de mercado» ser na URSS uma meta que todas as forças políticas apontam como prioritária, essa unanimidade finda logo quando se define o conceito e se entra na discussão das medidas necessárias para se atingir o objectivo.

O fracasso do ambicioso projecto inicial da perestroika (dobrar a produção até ao ano 2000), as tensões nas Repúblicas e o agravamento constante da crise eco-

nómica abriram grandes rombos no conjunto heterogéneo de forças que em 1986 apoiavam com entusiasmo uma reestruturação global da sociedade soviética numa perspectiva revolucionária de aperfeiçoamento do socialismo.

A separação de funções entre o Partido e o Estado não produziu os efeitos visados. Dela deveria emergir um Partido mais prestigiado, mais actuante no plano ideológico, mais próximo das massas. Essa aspiração não se concretizou. O enfraquecimento do PCUS é uma evidência.

Presentemente o ataque principal é dirigido não contra Stalin, mas contra Lenine. Alguns dos dirigentes mais agressivos da oposição saíram das fileiras do próprio Partido. A maioria dos teóricos do anti-socialismo e da privatização galopante desempenhava, antes de 87, funções de responsabilidade no Estado; quase todos diziam ser marxistas e muitos leninista. Estão nesse caso personalidades como Gavril Popov, Nikolai Chemeliov, Tatiana Koriaguina, Seliunine e outros que proclamam hoje a sua adesão irrestrita ao liberalismo. Um ex-conselheiro de Gorbachev, Stanislas Chataline (ex-membro do CC do PCUS), faz chacota do socialismo, define o comunismo como uma aberração e qualifica Lenine de «homem desonesto».

A raidez da metamorfose não favoreceu a imagem desses intelectuais. Inspiram pouco respeito aos seus compatriotas. Mas o discurso da oposição, sobretudo o dos sectores extremistas, faz estragos no tecido social e contribui para a confusão existente.

Um factor importante e pouco lembrado no Ocidente pesou muito na travagem da perestroika, ou mais exactamente, teve grande influência no seu desvio dos objectivos revolucionários da fase inicial. O sismo político que em 1989 atingiu seis países do Leste europeu produziu na URSS efeitos que ainda não foram suficientemente estudados. A oposição soviética perdeu a timidez e muitos oportunistas mudaram de campo e de linguagem. Políticos que durante as comemorações do 70.º aniversário da Revolução de Outubro ainda proclamavam as suas convicções socialistas passaram a exigir o fim do socialismo e o desmantelamento do PCUS, identificando no Ocidente a «única fonte de democracia e civilização». Segundo a «Literaturnaia Gazeta», a antinomia capitalismo-socialismo impede o entendimento do mundo contemporâneo. O influente semanário é categórico: o povo soviético não constitui «uma sociedade civilizada». Intelectuais como Fedor Burlaski apresentaram a guerra do Golfo como um conflito do «mundo civilizado contra a barbárie».

As ilusões, comuns, sobre o Ocidente visto como antecâmara do Paraíso não influenciam hoje apenas os círculos intelectuais da oposição. Numerosas personalidades do mundo oficial com quem tive a oportunidade de falar expressaram opiniões ingénuas sobre a estratégia dos EUA e os objectivos reais da Nova Ordem Internacional, tal como a define George Bush.

O vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Petrovski, em resposta a uma pergunta minha, emitiu a opinião de que «a participação norte-americana na guerra do Golfo se inseriu no quadro traçado pelas Resoluções do Conselho de Segurança da ONU», acrescentando que a crise no Médio Oriente veio demonstrar que «o perigo de acções unilaterais das grandes potências acabou definitivamente». Repetidamente se ouvi falar dos EUA como de um «partner» que faz jogo limpo.

À saída de uma reunião com parlamentares, um funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros desculpou-se pelo «conservadorismo» de um general — deputado ao Soviete Supremo da União — que acabara de defender a extinção da NATO, por ser desnecessária. Mostrou-se perplexo quando lhe respondi que considerava lúcida a posição do general.

*
* *

O discurso oficial continua a expressar, com poucas excepções, muito optimismo quanto ao desenvolvimento da perestroika.

Excepto em Leninegrado, em todos os contactos que mantive com personalidades do mundo político ouvi opiniões favoráveis a respeito do assunto. As dificuldades não são escamoteadas, mas sugere-se que a médio prazo tudo vai melhorar. A ênfase, contudo, era

EM FOCO

sempre posta na frente legislativa, em pacotes de medidas que, uma vez aprovadas, contribuiriam para uma transformação positiva da situação geral.

Iuri Blokhin, vice-presidente da Comissão de Economia do Soviete Supremo da União, informou que a entrada em funcionamento do sistema de economia de mercado terá implicações imediatas no mundo do trabalho. Prevê-se que «a reorganização e a racionalização da produção provoquem um grande aumento do desemprego cuja taxa começa a ser elevada. Serão suprimidos entre 15 milhões e 40 milhões de postos de trabalho» numa população activa avaliada em 178 milhões.

«Será um custo social muito alto — reconheceu Blokhin — mas não temos alternativa. O que mais nos preocupa, na análise das dificuldades presentes, é o facto de não termos conseguido transmitir às populações o significado e a necessidade da nossa nova política económica. Só com uma reforma das mentalidades serão alcançados alguns dos nossos objectivos fulcrais».

Até agora a experiência das cooperativas formadas após o começo da perestroika (sobretudo no sector da confecção) não produziu os resultados esperados. O dinheiro das poupanças entrou nos circuitos comerciais, mas a oferta de matérias-primas aos novos produtores não correspondeu à demanda. Resultaram daí desequilíbrios e tensões sociais. Muitos operários deixaram as suas empresas, atraídos pela perspectiva de uma vida melhor, mas não atingiram o objectivo e hoje lamentam a perda do antigo emprego e da estabilidade. A utilização das cooperativas pelo submundo que os soviéticos designam por *mafia* também criou problemas suplementares.

Muitos economistas reconhecem que o apaixonado debate que se trava em torno do processo privatizador não traz resposta a uma questão fundamental. Após sete décadas de socialismo o essencial da produção industrial está concentrado em grandes empresas; apenas 10% do total é gerado por empresas de média e pequena dimensão. O desmantelamento das grandes unidades levaria ao caos. A sua transferência para a posse dos trabalhadores em sistema de autogestão só é viável em certos casos.

Sociólogos norte-americanos têm perguntado com razão em universidades dos EUA quem vai comprar empresas gigantescas com dezenas de milhares de trabalhadores? Onde está o capital? Que relações de trabalho se estabeleceriam ali?

Fala-se muito de empresas mistas, sobretudo de *joint ventures*. Mas o balanço não justifica tanto alarido. Até agora apenas foram constituídas mil empresas mistas, mas delas somente funcionam umas 400 e poucas com eficácia mínima. O seu peso na economia da União é nulo.

A questão dos preços suscita grande polémica. A fixação dos novos preços, em 2 de Abril, foi muito criticada pelo sector da oposição que defende a livre formação dos mesmos (outras facções condenaram os aumentos que antes exigiam) de acordo com a lei da oferta e da procura. Responde o governo, com razão, que a liberalização imediata levaria à anarquia. A maioria dos economistas acha que se avança gradualmente para um sistema de formação livre dos preços com vista a uma economia de mercado adulta. Membros da Comissão de Economia do Soviete Supremo disseram-me que em 1995 cerca de 65% das empresas definirão livremente os seus próprios preços. Qual será, então, o panorama oferecido por essas empresas no tocante ao regime da propriedade? Públicas ou privadas? A questão não foi obviamente esclarecida. Recordei a opinião de John K. Galbraith: somente um paranóico pode acreditar que a URSS se vai transformar num país capitalista.

A contradição entre o discurso, a frente legislativa e a praxis manifesta-se expressivamente na dificuldade que a União encontra para cobrar as receitas orçamentais previstas. Um exemplo: no início de Abril, de um total de 250 mil milhões de rublos fixados no Orçamento, apenas tinham sido enviados pelas Repúblicas 75 milhões de rublos, ou seja uma parcela infinitesimal. Situações como essa são espelho da extrema gravidade assumida pelo chamado problema das nacionalidades.

As tensões interétnicas em algumas repúblicas e as tendências separatistas que se manifestam noutras inserem-se num processo habitualmente tratado com leviandade pela comunicação social.

Tudo na formação histórica do Estado russo foi marcado pela excepcionalidade. Na contiguidade geográfica Europa-Ásia tomou forma um império em que não há oceanos a separar povos de culturas muitíssimo diferenciadas e que durante séculos se desconheciam. A Revolução de Outubro permitiu a coexistência pacífica dessas nações no âmbito de um Estado socialista. A ordem colonial acabou, mas não foi dada



resposta a questões de solução muito difícil, agravadas por erros e arbitrariedades cometidos posteriormente, sobretudo na época de Stalin.

Não cabe neste texto a análise, mesmo superficial, dessa problemática. Para que os leitores possam avaliar o tamanho do desafio apenas chamarei a sua atenção para um dos aspectos dramáticos (embora secundário) dos conflitos interétnicos: a herança da transferência forçada imposta a certos povos durante a Segunda Guerra Mundial.

Todos ouvimos falar das situações, protestos e por vezes choques violentos que têm envolvido turcos mesketos e usbeques, e russos com tártaros da Crimeia e alemães do Volga. Poucos portugueses, contudo, sabem que o Estado soviético já declarou nulas e sem efeito as decisões de Stalin que implicaram a deportação dos alemães do Volga para o Casquistão, dos mesketos para o Usbequistão e dos tártaros do Sul para muitas cidades. Mais: o governo central autorizou o regresso aos lugares de origem dos descendentes das famílias deportadas há meio século. Volumosos créditos foram aprovados para financiar a instalação dessas populações.

Mas as soluções possíveis estão bloqueadas. Ora, somente os soviéticos de nacionalidade alemã são hoje mais de dois milhões.

Porventura — pergunta-se — correspondeu o resultado ao objectivo humanista da lei que visou reparar situações de violação dos direitos humanos e de monstruosa injustiça? Não.

O governo da Geórgia (que exige a independência da República, mas oprime as minorias nacionais na Ossetia do Sul, na Abkhazia e os tcheguenos) não aceita que os mesketos regressem às terras georgianas que são a sua pátria de origem, por maior que seja a contribuição financeira da União para o processo de transferência.

Quanto aos alemães do Volga não há também solução previsível. Esses cidadãos descendem de comunidades de origem germânica que principiaram a fixar-se no médio Volga a partir do século XVIII. Stalin procedeu a uma deportação maciça para a Ásia Central durante a guerra, quando as vanguardas da Wehrmacht nazi se aproximaram de Stalinegrado.

Hoje a maioria dos filhos e netos desses alemães (os sobreviventes são já poucos) não quer regressar às terras de origem. Uma parcela, unida no Movimento «Renascimento», aceita o projecto, mas com reservas; outra está empenhada em emigrar para a Alemanha (135 mil fixaram-se ali no último ano). Finalmente, um terceiro segmento da comunidade sugere como alternativa um absurdo: a transferência para Kalinegrado, a antiga Koenigsberg, que até 1945 foi uma cidade alemã integrada na Prússia Oriental.

Os casos que cito são aliás uma parcela da ponta do *iceberg* das nacionalidades.

No Usbequistão tive a oportunidade de manter um fascinante diálogo com o prof. Erkin Iusupov, reitor da Universidade de Tashkent, a propósito da controvérsia aberta naquela República em torno da questão do alfabeto.

Durante séculos, após a conquista da Ásia Central pelos exércitos do Califado Omeiada, o alfabeto utilizado passou ali a ser o árabe. Mas à data da Revolução de 17 o total de usbeques que sabia ler e escrever era inferior a 5%. Posteriormente, foi adoptado na região o alfabeto latino. Mas nos anos 30 houve nova mudança: impôs-se o alfabeto cirílico, sem tradição local.

Hoje não há analfabetos no Usbequistão onde a percentagem de população universitária é muito superior à de Portugal. Mas a polémica sobre o alfabeto recrudescceu. A maioria dos intelectuais defende que se opte pelo alfabeto latino, alegando que sendo o usbeque uma língua turca, a sua escrita se amolda mal ao cirílico. A segunda corrente, com apoio em sectores muito ligados à tradição islâmica, preconiza o regresso ao alfabeto árabe. A terceira posição é assumida pelos que se opõem a qualquer mudança.

Polémicas paralelas desenvolvem-se noutras repúblicas de idioma turco, como o Casquistão, a Kirghisia, a Turqueménia e o Azerbaidjão. No vendaval que agita a URSS, divergências como essas podem aparecer como irrelevantes; mas não é correcta tal conclusão. A complexidade da crise soviética no desenvolvimento do processo da perestroika somente pode ser avaliada se levarmos em conta os pequenos e os grandes problemas que, somados, modelam um panorama de explosivas contradições.

*
* *

Volto a uma questão de fundo. O realismo na apreensão da conjuntura soviética e a consciência de que a gravidade da situação não deve ser ocultada não implicam uma atitude pessimista.

A síndrome do Ocidente, ou seja, a tendência para ver no capitalismo aquilo que ele não é, contamina hoje uma parcela ponderável da população da URSS. Por reacção compreensível, muitos estrangeiros, comunistas ou não, que nos seus países se têm batido contra o capitalismo monopolista e o imperialismo, mostram-se propensos, quando visitam a URSS, a atenuar a gravidade da crise que ali ameaça os próprios fundamentos do socialismo. Tratam de ajustar a realidade aos seus desejos, o que é mau.

Afirmar que em última análise o futuro próximo e mediato dependerá em grande parte da capacidade do Partido para responder ao desafio global das forças que estão empenhadas em restaurar o capitalismo — pois outro não é o seu objectivo — é enunciar uma evidência. Mas daí a resvalar para exercícios de futurologia sobre o próprio Partido vai uma distância que não transponho.

Ouvi muitas opiniões sobre a situação do Partido e as relações de forças internas. Registei-as. Não as comento, consciente de que o carácter transitório de muitos comportamentos políticos desaconselha a valorização de factores subjectivos erigidos pelos cientistas sociais do Ocidente em chaves para o entendimento do desfecho da crise.

As modas passam rapidamente no fluir da História, sobretudo quando assumem o carácter de obsessão. Não tenho dúvidas — o disse logo no início da perestroika — que a defesa do socialismo estava a exigir na URSS uma reestruturação profunda do sistema e que essa tarefa seria difícil e traumatizante por envolver uma transformação abrangente da sociedade e uma maneira diferente de encarar a própria vida.

A perestroika insere-se num processo planetário do qual o sujeito é a humanidade. É um erro identificar nela um fenómeno isolado.

Falei com comunistas que permaneceu fiéis aos ideais de Outubro. Um desses homens — e há muitos milhões na União Soviética — percorrendo sobre o presente, abriu a janela da crise para o mundo, ao sintetizar a sua opinião num dasabafo:

«Fracos revolucionários são aqueles que se assustam e desanimam quando vêm a contra-revolução sair às ruas, em Moscovo ou Leninegrado. Fracos revolucionários aqueles que ligam o destino do socialismo ao conteúdo de um discurso, ao resultado de uma eleição ou à algazarra de políticos e jornalistas que descobrirem subitamente uma pretensa incompatibilidade da condição humana com a propriedade social da terra. Penso que as próximas gerações vão sorrir da febre liberal que atacou um sector da *intelligentsia* russa neste final do século XX.»

Perguntei-lhe então se perdera a confiança na perestroika.

«Não — contestou. — Acredito que o meu povo voltará a desempenhar um papel insubstituível na luta da humanidade contra a injustiça social e a exploração do homem. A mudança é necessária como sempre o foi. Mas continuo a acreditar num socialismo que corresponda aos nossos ideais comunistas. E penso também que é um erro polarizar tudo à volta do que se passa entre nós. A defesa do socialismo é tarefa mundial, transpõe as fronteiras da URSS como processo ecuménico. Nele participam revolucionários de todas as nações da Terra. Não somos herdeiros únicos de Marx e Lenine, da geração de Outubro de 17. Esses herdeiros estão espalhados pelo mundo, de Cuba a Portugal, do Chile ao Vietnam.»

Gravei-lhe o dasabafo. Aqui fica. O nome do autor, um comunista russo entre milhões, é o que menos importa.

Pensão social: portugueses recebem menos que os espanhóis

A pensão mensal de invalidez e velhice dos portugueses em 1990, no valor de 17 000 escudos, corresponde a menos de metade da auferida pelos espanhóis, sendo o poder de compra em Portugal inferior em cerca de 40 por cento.

Portugal, na generalidade dos Estados-membros da CEE e em relação a salários mínimos, pensões de invalidez e de velhice ocupa sempre a última posição, enquanto a Dinamarca figura em primeiro lugar.

A análise dos montantes mensais praticados em 1990 (expressos em escudos) evidencia a diferença que separa os três países que aderiram por último à CEE dos restantes.

Em Portugal, o salário mínimo nacional praticado, em 1991, ao nível do regime geral é de 40 100 escudos, mais 5 100 escudos do que o valor de 1990.

O salário mínimo nacional geral (35 000 escudos) e agrícola (34 500 escudos) praticados em 1990 foram integrados, em Dezembro de 1990, num único regime, enquanto o «pessoal doméstico» se mantém numa situação distinta recebendo, este ano, 33 500 escudos (mais 5 500 escudos do que em 1990).

Na Bélgica, o salário mínimo varia consoante a idade, tendo oscilado em cada mês de 1990 entre 151 e 155 contos.

No caso da Dinamarca, o salário mínimo também é variável, dependendo de diferentes factores, tendo, em média, em 1990, rondado os 439 contos mensais.

Na Grã-Bretanha, o governo não estabelece salário mínimo, este varia consoante a média registada em cada sector de actividade.

Neste país, em 1990, o salário mínimo oscilou entre 120 e 270 contos/mês.

Em Espanha, o salário mínimo mensal nacional é este ano de 74 200 escudos, três por cento mais do que o valor praticado em 1990.

Quanto a França, o salário mínimo corresponde a 169 horas de trabalho mensal (cerca de 8 horas por dia durante 22 dias úteis), tendo-se situado, no ano passado, próximo dos 140 contos por mês.

Na Holanda, o mínimo salarial atribuído aos cidadãos com idades compreendidas entre 23 e 64 anos rondou os 156 contos.

Na Irlanda não se encontra estabelecido qualquer salário mínimo, no entanto o salário industrial médio masculino praticado em 1989, último conhecido, foi de aproximadamente 236 contos/mês.

A pensão de velhice e invalidez em Portugal é a mesma (pensão única), obedecendo a primeira a vários escalões de idades considerados para a admissão dos potenciais utentes.

O último aumento verificado no país no regime geral elevou para 20 000 escudos/mês o valor mínimo da pensão única.

Em relação à pensão de invalidez salientam-se, a nível nacional, os complementos fixos de «grande invalidez», que são atribuídos às pessoas que «tratam» os utentes acamados. Os complementos de «grande invalidez», actualmente em vigor em Portugal, são para o regime geral de 7 300 escudos, a nível rural de 6 200 escudos e no caso de sobrevivência de 4 400 escudos, enquanto em 1990 eram de 6 250 escudos, 5 350 escudos e 3 750 escudos respectivamente.

A pensão de sobrevivência portuguesa, que até finais de 1990 era apenas atribuída às mulheres, reporta-se de momento a cidadãos que não contribuem para a Segurança Social e que não possuem rendimentos superiores a 50 por cento do salário mínimo no caso de casais ou a 30 por cento daquele no caso de pessoas solteiras.

O montante da pensão social é este ano de 13 000 escudos/mês, enquanto em 1990 foi de 11 200 escudos mensais.

A nível rural a pensão social nacional situou-se em 1990 na ordem dos 12 contos mensais e este ano em 14,4 contos/mês.

Em Itália, o mínimo da reforma de velhice e invalidez (pensão única) estabelecido em 1990 foi de cerca de 59 contos.

A pensão de invalidez na Bélgica varia consoante o estado civil. Para solteiros o valor fixado foi de 83 437 escudos/mês em 1990 e para casados situou-se em mais 20 790 escudos.

Na Bélgica é atribuído um complemento aos coabitantes dos pensionistas inválidos, tendo em 1990 o seu valor mensal cifrado-se em 75 491 escudos.

Em Espanha, a pensão de invalidez depende do grau. Para um grau máximo de invalidez, o valor mensal rondou os 39 contos, enquanto que para um grau mínimo foi fixada em 21 contos.

Esta pensão, no caso francês funciona como um seguro, tendo-se cifrado o seu valor mínimo mensal, durante o último ano, em 33 contos.

Na Grã-Bretanha a pensão de invalidez também depende do grau de invalidez, tendo variado em 1990 entre 48 e 58 contos/mês.

A pensão de velhice na Grã-Bretanha para pessoas singulares, que tenham pago todas as contribuições, ascendeu no ano passado a 48 contos/mês.

No caso de cidadãos ingleses casados a pensão de velhice rondou os 58 contos mensais em 1990.

As viúvas inglesas, além de um abono de 257 contos concedido após a morte do marido, receberam em 1990, caso tenham pago todas as contribuições devidas, uma pensão de 48 contos/mês, ou de aproximadamente 29 contos mensais no caso de não terem efectuado descontos.

Na Dinamarca a pensão de velhice é diferente para pessoas solteiras ou casadas. As primeiras receberam no ano passado 106 783 escudos por mês, enquanto as segundas usufruíram, para o mesmo período, de 205 550 escudos.

A pensão de velhice em Espanha depende dos descontos realizados para a Segurança Social, assim como da profissão exercida, tendo os valores mínimo e máximo mensais sido, respectivamente, de 39 e 42 contos.

Em França, a pensão de velhice é atribuída após 37 anos e meio de descontos, tendo o seu valor máximo (pensão completa) sido no ano passado de 144 contos e o mínimo de 73 contos.

Na Irlanda, as pessoas com idade compreendida entre 65 e 80 anos, sem dependentes e que se encontrem abrangidas pelo plano de segurança estatal relativo a pensão de velhice recebem actualmente 60 contos mensais.

Os irlandeses com a mesma idade mas não abrangidos por aquele plano e que se encontram em «circunstâncias financeiras pobres» recebem uma pensão de 50 contos mensais.

Em relação à paridade do poder de compra entre os 12 Estados-membros da CEE, segundo dados de 1989 do Eurostat, para um mesmo conjunto de bens e serviços que em Portugal custe 100 escudos, em Espanha era necessário gastar 141 escudos e em França 181.

Na Dinamarca seria necessário pagar 240 escudos, na Grécia 104, Irlanda 164, Itália 153, Bélgica 172, Holanda 165 e na Grã-Bretanha 154.

MARIA DO CARMO TEIXEIRA
agência



**ANGARIADORES
PERMANENTES
DE ASSINATURAS
DO Avante!**

Vantagens para os angariadores:

**comissões em dinheiro de 2,5% a 10%
e ainda prémios especiais trimestrais**

A Editorial «Avante!» pretende criar uma rede nacional de angariadores permanentes de assinaturas do Avante! Esta iniciativa integra-se e complementa as medidas de remodelação em curso com vista a alargar a sua difusão e venda.

Para mobilizar as organizações e os militantes na criação de uma tal rede e para um seu funcionamento eficaz e duradouro, a Editorial «Avante!» decidiu instituir um sistema de comissões em dinheiro a dar às organizações ou militantes. Esse sistema tem por base o estabelecimento de **metas de angariação**, com uma **comissão de montante progressivo e com efeito retroactivo** (calculada sempre sobre o preço a assinatura para Portugal-Continente), e ainda com a atribuição trimestral de prémios especiais (para este efeito, proceder-se-á a um sorteio entre os angariadores, que possuirão um **cartão de angariador**). Concretamente, o sistema é o seguinte:

— o angariador põe-se ao trabalho e vai angariando assinaturas que envia imediatamente, com a importância respectiva, para a Editorial «Avante!». Quando atingir **6 assinaturas** começa por receber **675\$00** (correspondentes a **2,5%** sobre o preço da assinatura; esta comissão, assim como as a seguir indicadas, **podrá ser logo deduzida** pelo angariador no montante a enviar);

— continua o seu trabalho de angariação e logo que tiver conseguido **12 assinaturas** receberá **mais 2025\$00** (correspondentes a **mais 2,5%** sobre as primeiras 6 assinaturas e a **5%** sobre as 6 seguintes);

— como bom angariador, persiste na sua actividade de angariação e os resultados não se fazem esperar: **24 assinantes** por si angariados passam a ler regularmente o Avante! recebido em suas casas, e receberá então **mais 8100\$00** (correspondentes a **mais 5%** sobre as primeiras 12 assinaturas e a **10%** sobre as 6 seguintes). No total, terá, portanto, recebido **10 800\$00**;

— as coisas não param aqui, pois o nosso angariador continua avante. Passa a ser um **angariador permanente** e por **cada nova assinatura** enviada a partir das 24 anteriores receberá logo **450\$00** (correspondentes a **10%** sobre o preço da assinatura), além de se habilitar a **prémios especiais** que **trimestralmente** atribuiremos e que anunciaremos no Avante!

A Editorial «Avante!», para facilitar o trabalho dos angariadores, prestar-lhes-á todo o apoio. Logo após a recepção da primeira assinatura angariada ser-lhes-ão enviadas fichas para recolha de assinaturas com local para identificação do angariador (do tipo da ficha de assinatura abaixo apresentada), folhetos de promoção, envelopes RSF para envio grátis das fichas de assinaturas angariadas e dos cheques respectivos, listagens de eventuais assinantes a contactar, etc. E, evidentemente, consideraremos com toda a atenção as sugestões para facilitar e melhorar o seu trabalho.

✂

FICHA DE ASSINATURA DO AVANTE!

A preencher pelo assinante

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Código postal _____

Junto envio o cheque/vale do correio nº _____, sobre o Banco/Estação

do Correio _____, dirigido a Editorial «Avante!»,

Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa, no valor de _____ \$ _____.

A preencher pelo angariador

Nome (individual ou organização) _____

Morada _____

Localidade _____ Código postal _____

✂

TABELA DE ASSINATURAS

Portugal (Continente) — 50 números: 4500\$00; 25 números: 2325\$00. Regiões Autónomas — 50 números: 5707\$50. Espanha — 50 números: 7090\$00. Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe — 50 números: 12 190\$00. Europa (e Argélia, Marrocos, Tunísia e URSS): 13 350\$00. Macau — 50 números: 11 140\$00. Extra-Europa — 50 números: 16 450\$00.

Dias decisivos para Angola

A República Popular de Angola está a entrar na terceira fase do seu processo de independência. Hoje, 30 anos depois do lançamento da luta armada de libertação, já ninguém põe em dúvida que Angola é um Estado independente e soberano. Nem mesmo os revanchistas e saudos dos tempos do maná colonial. Esses procuram agora outros caminhos para África.

A terceira fase do processo de independência poderá ser a primeira sem guerra. Esse é, pelo menos, o anseio profundo da esmagadora maioria dos angolanos. Mas nem todos os caminhos para a paz estão desbravados. Um acordo de cessar-fogo não é um compromisso seguro enquanto os fazedores de guerras se sentirem encorajados, pelos seus tutores, a defenderem interesses externos e contrários aos do país. Um cessar-fogo já foi anteriormente estabelecido em Gbadolite, no Zaire, e os sangrentos resultados estão ainda frescos nas memórias.

A primeira fase da independência foi a da luta de libertação contra o ocupante colonial. É uma realidade que está viva na memória de quantos a travaram e contribuíram para uma viragem decisiva na história de África; uma etapa de contornos já difusos para a geração emergente que começa a assumir responsabilidades de fundo na condução do país. Geração que se desenvolveu sob os efeitos dos problemas da consolidação da independência e da guerra alimentada do exterior.

A segunda fase, a da afirmação da irreversibilidade da independência, está a chegar ao fim. Pode dizer-se que coexiste, em período de transição, com a terceira fase, a da reconstrução e relançamento do país.

Gigante prometedora

Olhando o futuro, Angola é um gigante prometedora, uma grande potência de África em perspectiva.

Hoje, é um país roído pela guerra, sem capacidade para responder a necessidades básicas de milhões de angolanos. Os dirigentes que se empenharam na terceira fase assumiram perante si próprios e o povo a tarefa de construir a ponte entre a actualidade e o futuro.

O futuro de Angola não passa apenas pelas negociações que decorrem no Estoril, sob mediação portuguesa e o empenhamento directo dos Estados Unidos e da União Soviética. Em Portugal decorre a fase mais directamente ligada ao fim da guerra, porque a outra, a das transformações políticas, já está em movimento em Angola, queira ou não queira a Unita.

Angola vive um processo de transformações multifacetadas. Enquanto a Unita negocia e, ao mesmo tempo, faz a guerra — sem que os tutores norte-americanos, sul-africanos e zairenses actuem com energia para travar a violência do grupo de Jonas Savimbi — no país decorre um processo de transição gradual do monopartidarismo para o pluripartidarismo.

Os dois últimos congressos do MPLA e os membros da Assembleia do Povo consideraram concluída a fase de consolidação da independência nacional conduzida pelo partido que assegurou o esforço essencial da luta de libertação.

O MPLA desenvolveu, nos últimos 16 anos, um enorme esforço em várias frentes: travar a guerra de agressão, pôr em marcha um país deixado exangue pelo poder colonial, enfrentar a agressividade internacional, as invasões e ocupações do regime racista sul-africano, ultrapassar problemas de penúria de quadros, controlar os efeitos das movimentações de imensas moles humanas deslocadas e desalojadas, conter, dentro do possível, o desmantelamento do aparelho produtivo e das principais vias de comunicação.

Hoje, a independência de Angola é um dado adquirido. O presidente José Eduardo dos Santos, com a dignidade que o caracteriza, representa o Estado angolano a todos os níveis da cena internacional.

No entanto, em Novembro de 1975, quando em Luanda era proclamada a República Popular de Angola, a Unita e a FNLA declaravam também as suas «independências»; as tropas invasoras sul-africanas estavam às portas da capital, enquanto os revanchistas colonialistas preparavam o champanhe para as receber. Um longo e sofrido percurso, no qual participou também, com o empenhamento que se conhece, o corpo expedicionário cubano, foi percorrido até 1988, quando os sul-africanos e a Unita sofreram a histórica derrota no Cuito Cuanavale, a maior batalha da história da África subsaariana.

Foi tão grande a vitória das FAPLA e das tropas cubanas, que permitiu desbloquear os caminhos para a solução de um dos mais enquistados problemas do nosso século. E nasceu a Namíbia independente, dirigida pela SWAPO.

Foi tão grande a derrota militar e estratégica da

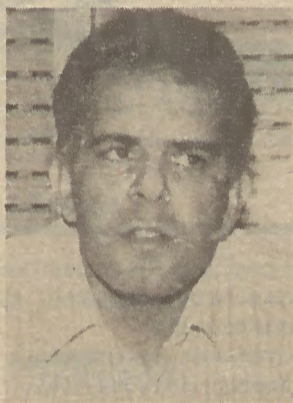
África do Sul, que dela não se podem desligar as transformações internas no próprio regime de *apartheid* e as evoluções proporcionadas a partir da libertação de Nelson Mandela.

MPLA, FRELIMO, ANC, SWAPO, ZANU/ZAPU têm hoje, independentemente das suas características específicas e das transformações em curso, a autoridade histórica de terem sido os motores das profundas transformações que atravessam a África Austral.

A autoridade do MPLA

Analisando a situação nacional e internacional, o MPLA e as instituições dirigentes do Estado angolano deram como esgotada a forma monopartidária de direcção da sociedade. Consideram necessária uma maior participação dos angolanos nas tarefas de relançamento do país nas condições criadas pelo eventual fim da guerra.

O MPLA decidiu dirigir as transformações que considera necessárias, não as entregando a outrem, não desistindo de governar. Os dirigentes invocam a autoridade real que lhes vem de terem consolidado a indepen-



JOSÉ GOULÃO
Jornalista

dência e de terem mantido a integridade territorial num país caracterizado por uma multiplicidade de etnias e culturas e por acções separatistas reais praticadas pelos fazedores de guerra da Unita.

Os dirigentes angolanos reconhecem que foram cometidos muitos erros no complexo processo que se seguiu à independência. Bolsas de corrupção, autoritarismo, marginalização de cidadãos, ineficácia no processo de relançamento da economia, soluções económicas que não seriam as mais adequadas ao tipo de sociedade e às tradições do país, importação esquemática de modelos políticos e económicos são alguns dos elementos que surgem nessa análise autocrítica.

Problemas como estes suscitam, hoje, debates muito vivos em Luanda. Essa discussão integra, naturalmente, a avaliação das alterações registadas na correlação de forças internacional e o desaparecimento de auxílios e apoio que Angola recebeu durante a fase de consolidação da independência.

A análise da situação passa, obrigatoriamente, pela necessidade de pôr fim à guerra. A realidade é crua: a Unita não deixou de receber os auxílios militares, económicos, políticos, propagandísticos e logísticos que os Estados Unidos, sectores da sociedade portuguesa, África do Sul e outros regimes ditatoriais africanos lhe fornecem há longos anos. O processo de negociações desenvolve-se em Portugal sem que esses auxílios tenham cessado.

Quando a Unita e o exército regular da África do Sul sofreram a derrota em Cuito Cuanavale e os governos de Pretória e dos Estados se viram obrigados a negociações (conversações quadripartidas), a Unita ficou em má situação; o quadro piorou com a posterior derrota em Mavinga: a Jamba ficou praticamente à mercê das FAPLA. Mas os amigos de Savimbi — Estados Unidos, África do Sul, Zaire — não desistiram. Transferiram a guerra para regiões do centro e do norte do país onde, até então, a implantação da Unita era praticamente nula.

Este jogo sangrento é interminável, num território com as dimensões de Angola, enquanto o grupo de Savimbi continuar a ser apoiado. Prolongá-lo seria alimentar uma guerra sem vencedores, uma vez que a «nova ordem» proclamada por Bush não prevê a suspensão de velhos auxílios à Unita.

A Unita não mudou

Os dirigentes do Estado angolano decidiram participar no processo de negociações reconhecendo a necessi-

Savimbi não mudou. É o mesmo homem de dois discursos: um para europeus e norte-americanos e outro, racista e tribalista, para africanos das regiões que controla.

dade de acabar com a guerra, mas sabendo que Savimbi não mudou. É o mesmo homem de dois discursos: um para europeus e norte-americanos e outro, racista e tribalista, para africanos das regiões que controla; um homem que elogia a mediação portuguesa mas ainda recentemente afirmou a necessidade de uma mediação africana na Nigéria, sabendo que este país vai assumir a presidência da OUA; o mesmo Savimbi que foi aposta da Pide e do colonialismo, é aposta dos sul-africanos e norte-americanos, é o dirigente que continua a pensar ditador a sua vontade em Angola transferindo até a capital do país, se achar necessário e lhe for possível. Para o Huambo, por exemplo, onde já uma vez decretou a «independência». Na ofensiva militar em curso, a Unita procura conquistar uma capital de província onde possa instalar um novo quartel general, encerrando o patético capítulo da Jamba. Neste objectivo há, desde logo, um claro desafio às novas leis do país, que determinam a instalação das sedes nacionais dos partidos em Luanda — para evitar manifestações de regionalismo.

Savimbi continua a ser o homem do terrorismo, da guerra contra civis, dos raptos e assassinios de trabalhadores e técnicos estrangeiros, de padres e freiras.

Na lógica do processo, condutores das transformações, o Estado angolano e o partido que o dirige pretendem integrar as negociações com a Unita no sistema de mudanças. Isto é, a Unita terá de ser um partido político desmilitarizado, igual entre os outros parceiros e perante as leis nacionais.

Este é o problema de Savimbi. Esta é a razão de fundo de tantos problemas levantados nas negociações a decorrer em Portugal. Problemas que já chegaram a impacientar tanto os mediadores como os próprios representantes norte-americanos.

O facto de a Unita estar sentada à mesa das negociações não transforma a sua natureza. Poderá, contudo, esbater a noção aguda do que é e tem sido o papel do grupo de Savimbi na sociedade angolana e no cenário africano e internacional, mesmo durante o período colonial. Mas a insistência na guerra prova que nada mudou na ambição e nos fins da organização e do seu chefe. As aparentes mudanças são apenas adaptações tácticas às realidades de hoje. Se tiver meios, a Unita buscará sempre os mesmos fins. É inerente à sua existência.

O sistema legislativo aprovado em Março pela Assembleia do Povo de Angola é claro: Estado democrático de direito, pluralismo político, economia mista com funcionamento do mercado, autonomia dos tribunais, exercício partidário, liberdade de expressão e religiosa e integridade territorial.

Como conseguirá o movimento de Savimbi, estruturalmente autoritário, militarizado, exercendo a política à custa da chantagem e da coacção, tribalista e regionalista, reestruturar-se para funcionar de acordo com as leis numa sociedade aberta, democrática e de âmbito nacional? Esta é uma dúvida que se coloca, a par das reservas quanto à sua integração e funcionamento num exército nacional único, à disponibilidade para facilitar um recenseamento eleitoral transparente e ao comportamento dos seus sustentáculos externos. Conformar-se-ão os Estados Unidos e a África do Sul caso o funcionamento transparente das instituições democráticas angolanas banalize a influência da Unita?

Apesar do ênfase colocado nas negociações do Estoril, o processo angolano de transformações é mais vasto e está a ser conduzido pelo MPLA. São já muito claras as tentativas de alguns sectores da sociedade portuguesa para se proclamarem, em ano de eleições, como grandes construtores da paz em Angola. Mas a História tem memória, felizmente. Onde estavam esses sectores, entre os quais o actual partido do governo em Portugal, nos anos em que Angola tentava consolidar a independência? Quem eram os revanchistas colonialistas de então, inconformados com a independência? Quem alimentou a propaganda e os movimentos da Unita em território português, criando obstáculos ao desenvolvimento independente e soberano de Angola? Quem prejudicou, anos a fio, os reais interesses de Portugal em Angola? Quem silenciou os dramas de numerosos portugueses caídos nas mãos dos grupos de Savimbi? Quem poderia, afinal, ter contribuído muito mais cedo para a paz, evitando centenas de milhares de mortos, a expansão dramática da fome, a desagregação do sistema produtivo de um país?

Os angolanos sabem, de cor e salteado, as respostas a estas perguntas. Por isso, quem se apressar a tentar colher dividendos activando a velha tentação neocolonial talvez tenha de arrear caminho mais depressa do que supõe.

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

No Rali do antigamente

Cavaco lá vai, então, no Rali das D. Elviras carros de velhas urtigas de indiferença e repressão. O seu carro D. Elvira tinha de ferro os sapatos odiava os sindicatos dava pulmões à mentira. Ganha a corrida do excesso e diz-nos com gravidade: — Este é o carro do progresso da maior modernidade...

No Rali da D. Elvira da velha — nova mentira...

Epigrama

O Roque e o Amorim têm um banco, pois então! Um banco que tem por fim dedicar-se à habitação...

Acho bem, para ser franco. A Habitação quer cuidado. Pelo menos, há mais um banco que já vai estando habitado...

Processos «democráticos»

Candidatos há três para dois canais. E segue o entremez dos grandes capitais...

Diz-se que todos estamos aptos para a porfia. Não nos candidatamos? É pura teimosia.

Eu juntei os meus bens mais os da minha gente. Fizemos uns vinténs democraticamente!

Não chegava o granel. Com ele, coisa rica, comemos um pastel tomámos uma bica...

Logo, aos tais dois canais só chega quem tem dente e pilim, o que é raro. Só os grandes capitais.

... democraticamente, é claro...

Os custos da falsidade

Lá vai ele, lá vai ele, em cada fim-de-semana lá vai ele de viagem por vilas e por cidades pela serra e litoral: lá vai ele, lá vai ele no carrinho oficial.

E onde vai, bota discurso cortas fitas, dá benesses aqui um troço de estrada acolá um lar de idosos mais promessas, ilusões — e lá anda, e anda, e anda a distribuir propaganda...

Espreme, espreme a bisnaga e o Estado é quem paga...

Incrível!



T'arrenego!

A notícia, veiculada pelas agências, é um tal mimo que dispensa comentários. Saboreiem-na, ó leitores! Joe Lee, um jovem norte-americano, coleciona autógrafos de pessoas célebres, pelo que se lembrou de escrever ao presidente Gorbachov para enriquecer a sua colecção. Foi a sua desgraça: de imediato lhe caíram em casa dois agentes do FBI, que o interrogaram demoradamente sobre as suas ligações com a União Soviética. Os dois agentes explicaram a Lee que não pesava sobre ele qualquer acusação — tratava-se apenas de um «controlo de rotina» sobre pessoas que mantêm contactos com países «potencialmente hostis» aos EUA. «Mostrei-lhes o meu álbum de autógrafos, onde figuram personalidades como Elisabeth Taylor, o senador Edward Kennedy e o vice-presidente Dan Quayle e julgo que eles ficaram convencidos de que não havia perigo para a segurança nacional», disse Joe Lee que, à cautela, não tenciona voltar a escrever para o estrangeiro a pedir autógrafos. «Talvez possa escrever para o Canadá, que é aqui mesmo ao lado e não parece ser muito hostil», confidenciou o jovem, em magnífica ironia, ao jornal «Star», de Indianápolis.

Azuis

O «correio azul» é uma coisa inventada pelo Governo e os seus protegidos nos Correios (ou vice-versa, que a gente já

nem sabe quem é quem nesta coisa das privatizações das empresas públicas), cuja consiste na garantia de a correspondência chegar no dia seguinte ao envio, mediante o pagamento de uma grossa alcavala. O resultado está à vista e já levantou protestos em tudo o que é sítio, a começar nas numerosas empresas que mantêm intensa

correspondência: o correio normal passou a atrasar-se sistemática e escandalosamente, o que configura, além do mais, um aumento encapotado das tarifas postais. Entretanto já se sabe que o tal «correio azul» vai dar aos seus promotores, só este ano, um lucro de dois milhões e meio de contos. Caramba! Lá azul é... mas de «saco»!

Não há nada como um País estável.
Calminho. Seguro.
Sem broncas, revoluções.
Nem guerras, nem terremotos ou vulcões.

Para tal
Nada como um governo estável,
Seguro, durável.
À prova de oposição.
Garantido por quatro anos contra a corrosão.

Falando sério.
Já pensaram se sobre nós caísse a desgraça
De este governo perder as eleições?
Deixar de governar?
Que seria do País? Onde iríamos parar?

Não direi como o «maldoso» poeta
Que o trigo passasse a crescer para baixo...
Mas quem me diz a mim
Que não daria aos salários
a estranha mania de crescer de baixo para cima?

Oh! Maldição!!!
Como poderíamos viver sem o Professor!
Que teria para mostrar a televisão?
Podeis imaginar o horror de uma estrada
Aberta ao trânsito sem inauguração?

Se Cavaco caísse
Talvez houvesse à mesma luz eléctrica.
E daí, não sei...
Mas tenho por seguro é que, de futuro
Não mais teríamos quem nos fizesse
Um simples decreto-lei.

Cantariam os galos?
E... à hora certa?
Ninguém se levantaria para trabalhar?
Conservariam as laranjas a sua cor original?
Quem nos garante que passado um instante
Não troariam foguetes em todo o Portugal?

frases da Semana

“Os caminhos da paz e do desenvolvimento só são viáveis se os países possuírem uma capacidade militar credível que garanta a segurança e a defesa”

☞ (Soares Carneiro, na mensagem às Forças Armadas)

“Lamento ter tido conhecimento de que era cabeça de lista por Viana do Castelo através dos jornais”

☞ (Martim Borges de Freitas, dirigente da Juventude Centrista, em declarações à Lusa)

“Para os militares de Abril, as honrarias são hipócritas e fari-saicas. Elogiam-nos para a seguir nos discriminarem. A independência tem-nos saído cara, face ao poder dos ingratos”

☞ (Vasco Lourenço, ao Tal & Qual)

“Todavia, a maneira mais segura de derrotar o PSD será, em meu critério, a apresentação ao eleitorado de uma coligação entre o PS e o PCP”

☞ (Sottomayor Cardia, em carta aos deputados do PS)

“Quanto se entra nas actuais instalações do Tribunal de Oeiras tem-se a noção de que a Justiça em Portugal está em crise”

☞ (Laborinho Lúcio, ministro da Justiça, no Correio da Manhã)

“Digam o que disserem, Franco, político sagaz, foi aos poucos preparando a mudança, pondo as pedras certas no amplo e espinhoso tabuleiro nacional, entre elas, a pedra máxima, o Rei”

☞ (Adelino Alves, no Dia)



Promovidas
pela CGTP-IN

Comemorações do 1º de Maio em todos os distritos

LISBOA

Manhã infantil na Alameda D. Afonso Henriques. **Desfile Martim Moniz-Alameda - 14.30.** Comício sindical e festa na Alameda. **Torres Vedras.** No Choupal: manhã desportiva, piquenique; comício às 16.00

SETÚBAL

Concentração às 14.00 junto ao Estádio do Bonfim. **Desfile Bonfim-Avenida Luísa Tody - 14.30.** Comício. Concentrações com comícios em **Alcácer do Sal e Grândola.** Outras actividades comemorativas em **S. Domingos, Santo André, Ermidas, Alvalade, Mandorelha, Santiago do Cacém, Casoto**

PORTO

Manhã infantil na Baixa. Corrida 1º de Maio. **Desfile e comício na Baixa - 15.00.** Espectáculo com o grupo Maio Moço. Actividades desportivas e comícios comemorativos também em **Vila do Conde, Póvoa do Varzim, Santo Tirso, Penafiel, Paços de Ferreira, Amarante, Felgueiras**

AVEIRO

Corrida de bateiras na Ria. Corrida de Atletismo 1º de Maio. **Concentração-desfile no Largo da Estação - 15.00**

BEJA

Concentração-desfile na Av. do Brasil - 10.30. Festa e comício no Parque das Merendas a partir das 14.00. Outras actividades em **Almodôvar, Ourique, Castro Verde**

BRAGA

Comício às 15.00 na Av. Central. Comícios comemorativos também em **Guimarães, Famalicão e Fafe**

BRAGANÇA

Na Pç. Cavaleiro Ferreira: de manhã, provas desportivas e pintura de um painel colectivo; de tarde, ranchos folclóricos e intervenção sindical cerca das 16.00. **Mirandela:** no Parque Império, atletismo de manhã, música popular portuguesa e intervenção sindical à tarde.

CASTELO BRANCO

Convívio/espectáculo e intervenção sindical no Pq. dos Loureiros. Em **Tortosendo,** manifestação na Pç. da Liberdade às 18.00. Na **Covilhã** comício sindical às 18.00 no Lg. do Pelourinho. Convívio-espectáculo e intervenção sindical também em **Belmonte, Barroca Grande, Unhais da Serra, Malpica do Tejo e Fundão**

COIMBRA

Manifestação às 15.00 na Pç. da República. Outras concentrações: na **Figueira da Foz** (Pç. 8 de Maio) e **Oliveira do Hospital**, ambas às 15.00

ÉVORA

Corrida 1º de Maio, com partida das Piscinas Municipais às 10.00. Desfile de ranchos folclóricos e grupos corais, com partida do Jardim Público às 11.15. **Manifestação-desfile** (concentração no Jardim Público às 12.00) e concurso de carros engalanados. Intervenções alusivas ao 1º de Maio;

festa-convívio, festival de música popular e Espaço Jovem a partir das 14.30 no Parque das Piscinas

FARO

Na Alameda João de Deus: manhã infantil, piquenique. **Concentração-desfile às 16.00,** seguindo-se comício e festa popular.

GUARDA

Atletismo e cicloturismo a partir das 10.00. **Concentração às 16.00.** Música popular. Em **Gouveia,** actividades desportivas de manhã e comício às 15.00. Outras actividades comemorativas em **S. Romão de Seia e Manteigas**

LEIRIA

Manifestação às 15.30, seguindo-se espectáculo com música de intervenção

FUNCHAL

Comício-festa às 18.00

SANTARÉM

Em **Torres Novas,** no Largo das Piscinas: atletismo de manhã, almoço-convívio, espectáculo de música popular a partir das 15.30, manifestação e comício sindical às 17.00. No **Entroncamento:** convívio piscatório às 9.00 (na Barragem do Bonito); actividades desportivas durante a manhã, ranchos folclóricos ao princípio da tarde, **comício sindical às 18.00**

PONTA DELGADA

Concentração e comício no Campo de S. Francisco às 14.30. Grupos folclóricos.

PORTALEGRE

Actividades desportivas no Estádio Municipal de manhã; no Jardim da Corredoura: ranchos folclóricos e música popular - às 15.00 - **intervenção sindical.** Outras actividades comemorativas em **Avis** (manhã desportiva, festa popular e, às 12.30, comício no Clube Náutico), **Elvas** (desporto, ranchos folclóricos e sessão comemorativa na Pç. da República) e **Ponte de Sor** (manhã desportiva às 9.00 e concentração-comício às 11.00 no Jardim Municipal)

VIANA DO CASTELO

Provas de ciclismo e atletismo de manhã no Jardim Público. Grande Prémio 1º de Maio de Atletismo na Pç. da República à tarde. **Comício sindical às 15.00 na Praça da República.**

VILA REAL

Concentração com intervenção sindical às 15.00 na Av. Carvalho Araújo. Concentrações também em **Régua e Chaves** à mesma hora

VISEU

Manhã desportiva; **concentração com intervenção sindical** e espectáculo às 14.30 no Largo do Rossio. Comemorações (desporto de manhã e concentrações e espectáculos à tarde) também em **Mangualde, Lamego e Canas de Senhorim**

Álvaro Cunhal com células de Setúbal

Realiza-se no próximo sábado em Paio Pires uma reunião distrital de secretariados de células de empresa e de outros quadros do Partido em empresas de Setúbal.

Na reunião - que tem início às 10 horas na Sociedade 5 de Outubro - participa o camarada **Álvaro Cunhal.**

Educação Pré-Escolar

A camarada **Lourdes Hespanhol,** deputada, assim como numerosos professores, educadores de infância, autarcas e pais estarão presentes no próximo sábado no **Encontro do PCP sobre o desenvolvimento da Educação Pré-Escolar,** «determinante para a integração da criança no processo de escolarização». O Encontro decorrerá entre as 11 e as 18 horas no salão nobre da Câmara Municipal da Moita.

Debate em Leiria

A **Escola,** agora do ponto de vista da Gestão, é ainda o tema do debate que na 6ª feira vai decorrer em Leiria, no Auditório da Caixa de Crédito Agrícola, a partir das 21 horas - uma iniciativa dos Professores Comunistas de Leiria que para ela convidaram professores, associações de pais e de estudantes, autarquias, sindicatos, empresários, colectividades e outras entidades e instituições do distrito.

Poder Local e Regionalização

Com o objectivo de avaliar os aspectos mais salientes da actual legislatura e da acção do Governo no quadro do funcionamento e autonomia do Poder Local, e de aprofundar e precisar orientações do PCP para a acção futura e para a elaboração do Programa Eleitoral, realiza-se no próximo sábado no Palácio D. Manuel em Évora um encontro que reunirá eleitos em autarquias, técnicos e responsáveis pelo trabalho autárquico nas regiões. Participa o camarada **Luís Sá,** que intervirá no final dos trabalhos.

Jornadas Legislativas no Porto e Setúbal

Nos dias 2, 3 e 4 decorrem no distrito do **Porto** com a participação de um numeroso grupo de deputados do PCP as **Jornadas Legislativas** promovidas pela DORP, visando aprofundar o conhecimento do PCP sobre a situação e os principais problemas que afectam a região, o seu desenvolvimento e a sua população.

Em **Setúbal** as respectivas Jornadas Legislativas têm início na próxima segunda-feira e prolongam-se até 18 de Maio, estando previstas no início da semana sessões públicas com a participação de deputados: na segunda-feira, sessões em **Almada,** às 21.00, sobre o Hospital Distrital e os problemas da saúde no concelho, com o camarada **João Camilo,** e no **Seixal,** à mesma hora, sobre «A Qualidade de Vida Urbana»; na terça-feira, nova sessão pública sobre questões da saúde em **Alcochete,** às 21.00.

Problemas dos Deficientes

Tendo por objectivo preparar as propostas e participação dos camaradas do **Porto** ligados a este sector de trabalho no próximo 1º **Encontro Nacional sobre os problemas dos Deficientes** (a realizar em Loures no dia 11 de Maio), realiza-se no sábado, às 15.00, no Centro de Trabalho da Boavista, uma reunião em que participarão também camaradas dos sectores Sindical, do Ensino, Saúde e Segurança Social, áreas consideradas importantes para a elaboração de uma política correcta em defesa dos direitos e interesses dos Deficientes.

Pavilhão do PCP em Sesimbra

Abre hoje na Festa do Senhor Bom Jesus das Chagas um Pavilhão do PCP da responsabilidade da Comissão Concelhia de Sesimbra, enquadrado na preparação da próxima Assembleia da Organização. Além de uma exposição sobre a actividade do Partido, patente desde hoje, e de uma banca permanente de venda de livros, está prevista a realização de vários debates: hoje às 21 horas com **eleitos do PCP nas autarquias locais;** amanhã às 20.30 sobre **problemas da juventude** e às 22 sobre **pesca** com pescadores de Sesimbra; na sexta-feira com **Apolónia Teixeira** sobre **trabalho parlamentar;** no sábado com **Miguel Bernardes** sobre o livro «Escrito na Cela» e outras suas obras; no domingo, finalmente, às 16 horas, sobre a situação internacional com os camaradas **Miguel Urbano Rodrigues** e **Zillah Branco.**

Atalaia - a festa é já no sábado! Ver pág. 29

Legislativas 91

Programa do PCP

Para um Portugal melhor

CICLO DE DEBATES

PARA UMA RELEXÃO

ABERTA

SOBRE PROBLEMAS

NACIONAIS

Inserido no processo de elaboração do Programa que apresentará para a eleição para a Assembleia da República e complementando um vasto conjunto de iniciativas que tem vindo e está a realizar, o Partido Comunista Português promove durante os meses de Maio e Junho uma série de iniciativas públicas de debate e reflexão sobre importantes problemas e questões da vida nacional.

Com este conjunto de colóquios, mesas-redondas

e audições, pretende o PCP promover uma auscultação e intercâmbio diversificado de opiniões que possa contar com a participação de cidadãos que, pelo seu interesse ou especialização nos temas em debate, queiram dar a sua contribuição para uma renovada reflexão sobre os problemas nacionais e sobre os caminhos e propostas para a sua solução.

Contamos consigo

Quinta-feira
9 de Maio, 21.00 h.
(Hotel Roma, Sala Roma)
Mesa-Redonda
«Desenvolvimento harmonioso e solidário
I — Crescimento económico com justiça social e desenvolvimento regional»

Quinta-feira
16 de Maio, 21.00 h.
(Hotel Roma, Sala Roma)
Colóquio
«Direitos económicos, sociais e culturais e a responsabilidade do Estado»

Quinta-feira
23 de Maio, 21.00 h.
(Hotel Roma, Sala Mião)
Colóquio
«A Pobreza em Portugal»

Terça-feira
28 de Maio, 21.00 h.
(Hotel Roma, Sala Roma)
Audição sobre
«Bioética»

Quinta-feira
6 de Junho, 21.00 h.
(Centro Jean Monet)
junto à Rua do Salitre
Colóquio

«Portugal na Europa e no Mundo»

Terça-feira
11 de Junho, 21.00 h.
(Hotel Roma, Sala Milão)
Colóquio
«Comunicação e Democracia»

Quinta-feira
20 de Junho, 21.00 h.
(Hotel Roma, Sala Milão)
Colóquio
«Novos e Velhos Problemas do Mundo do Trabalho»

Terça-feira
25 de Junho, 21.00 h.
(no Centro Jean Monet)
Mesa-redonda
«Desenvolvimento harmonioso e solidário

II — Estratégia de desenvolvimento para os anos 90»

Quinta-feira
27 de Junho, 21.00 h.
(Hotel Roma, Sala Roma)
Colóquio
«A Cibernética e a Inteligência Artificial»

Plenários em Lisboa

Estão agendados para os próximos dias os seguintes plenários de células e organizações da ORL:

- da organização da **Indústria Farmacêutica**: amanhã às 19 horas no CT da Av. Duque de Loulé;
- de militantes dos ministérios da **Educação e Obras Públicas, Transportes e Comunicações**: amanhã às 18.30 no CT da Av. António Serpa;
- da célula da **Gulbenkian**: sexta-feira às 18 horas no CT da Av. António Serpa;
- dos militantes do Partido das freguesias de **S. José e Coração de Jesus**: sábado às 15 horas no CT Vitória.
- dos militantes do Partido da freguesia do **Beato**: sábado às 15.30 no CT do Beato;
- dos militantes da freguesia de **Benfica**: sábado às 15.00 no CT de Benfica;
- da organização de freguesia da **Ajuda**: sábado às 15 horas no CT da Ajuda;
- das organizações das freguesias de **Santos, Sta. Isabel, S. Mamede e Lapa**: sábado às 16 horas no CT de Santos;
- dos militantes do **Sector Oriental de Empresas de Lisboa** com a participação do camarada **Blanqui Teixeira**: terça-feira às 18.45 no CT de Marvila.

Televisão

Quarta, 1

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Medicamentos
14.00 Sem Legendas
15.05 Ponto Por Ponto
15.45 A Rapariga Misteriosa (Ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Tieta
21.20 Vamos Jogar no Totobola
21.30 O Segredo de Fedora (Ver «Filmes na TV»)
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Centuriões
12.25 Curso de Inglês
12.40 O Herói de Lian Xan Po
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Madeira - Cá Entre Nós
16.40 Recreio do 2
17.10 Férias no Mundo
18.00 Eterno Feminino
19.05 Direito de Amar
19.35 Via Rápida
19.45 Circo
20.00 Ruas de S. Francisco
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Joaquim Letria
23.00 Pop-Off
23.35 Universidade Aberta

Quinta, 2

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Kuwait 1990
14.00 Sem Legendas
14.30 Ponto Por Ponto
15.45 Atenção às Crianças (Ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Tieta
21.20 Eternos Novatos
21.50 Twin Peaks
22.40 Crónicas do Sobrenatural
23.10 24 Horas
23.45 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 A Força Astral
12.30 Curso de Alemão
12.45 Jerry Lewis
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora Escolha!
15.50 Aventura
16.20 O Homem da Carabina
16.40 Recreio do 2
17.20 Tudo Menos Isso
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Ruas de S. Francisco
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Palco das Estrelas
22.55 Roma, Cidade Aberta (Ver «Filmes na TV»)

Sexta, 3

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Festivais do Mundo
14.00 Sem Legendas
14.50 Ponto Por Ponto

15.30 A Solução da Manteiga de Amendoim (Ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Tieta
21.30 Concurso Miss Portugal
23.15 Querido John
23.45 24 Horas
00.15 Remate
00.40 Chapadão de Bugre

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Universo Juvenil
12.30 Curso de Inglês
12.45 O Caminho das Estrelas II
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora Escolha!
15.50 Médico Amigo
16.20 É já Amanhã
16.45 Recreio do 2
17.20 Stan Laurel
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 A Tenda dos Milagres
22.15 Rotações
23.10 Os Mistérios de Dorothy
24.00 Ele Há Coisas!

Sábado, 4

Canal 1

09.00 À Mão de Semear
09.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 Rádio Clube
14.20 Britt's Awards
15.50 Escândalo na Primeira Cidade (Ver «Filmes na TV»)
17.30 T & T
17.55 Clive James
19.00 Jornal de Sábado
19.45 Totoloto
20.00 Concurso Eurovisão da Canção
23.00 Casa Cheia
23.40 Desaparecido em Combate (Ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
10.15 Circo
10.50 O Anel de Fogo
11.55 Forum Musical
13.15 Agarra o 2
14.10 Cristovão Colombo (Ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.00 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.15 Estádio
23.35 O Amigo Giono
00.25 Paredes e Haden no Coliseu

Domingo, 5

Canal 1

09.00 Canal Jovem
11.30 Missa
12.25 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Dick Turpin
13.40 O Mundo Animal
14.30 Mapa Cor de Rock
15.25 Desenhos Animados
15.40 O Ladrão do Lago de Fogo (Ver «Filmes na TV»)
17.20 Mãe à Força
17.45 Regresso ao Passado
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
21.00 Kananga do Japão
22.25 Domingo Desportivo
23.55 Controvérsias

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Tauromaquia
10.30 Regiões Magazine
11.30 Agarra o 2

12.30 Competir
13.00 Troféu
18.00 Vida Nova
19.00 Nós 2
20.00 Palavra Puxa Palavra
20.50 Futebol - Marítimo-Porto
22.50 As Vinhas da Ira (Ver «Filmes na TV»)

Segunda, 6

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Vida Selvagem
14.00 Sem Legendas
14.50 Ponto Por Ponto
15.50 O Sapato Faz o Crime (Ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Tieta
21.30 O Preço Certo
23.00 Amor e Ódio
24.00 24 Horas
00.40 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Flash Gordon
12.30 Curso de Inglês
13.00 Músicas de África
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 A Natureza das Coisas
16.40 Recreio do 2
17.30 O Livro dos Recordes
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.45 Circo
19.55 Pelé
20.50 Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Acerto de Contas
22.30 Teatro Estrangeiro

Terça, 7

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sem Legendas
14.45 Ponto Por Ponto
15.30 Rei sem Coroa (Ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Tieta
21.40 As Causas da Justiça
22.30 Primeira Página

A festa da Festa é já no sábado

Com esta primavera-verão que já aí está e o verde novo a despontar por toda a Quinta da Atalaia, o próximo sábado anuncia-se como um dia glorioso para os que tiverem a boa ideia de participar na jornada de convívio dos construtores e amigos da Festa do «Avante!», cujo programa a célula tem vindo a aprimorar.

Recordemos que estão previstas, de manhã, uma visita guiada ao terreno e actividades desportivas, seguindo-se um almoço-convívio e (à tarde) um espectáculo com o grupo **Issabary**.

Como também já fora anunciado, nesta jornada de convívio participa o camarada **Carlos Carvalhas**, que intervirá na sessão que culmina o almoço.

Os camaradas da célula da Festa sublinham que um outro objectivo desta iniciativa é acolher sugestões, designadamente sobre a construção, o funcionamento e a necessária mobilização militante para a Festa.

Tempo

Para o fim-de-semana: céu pouco nublado ou limpo, vento moderado de Norte, e fraco no interior.





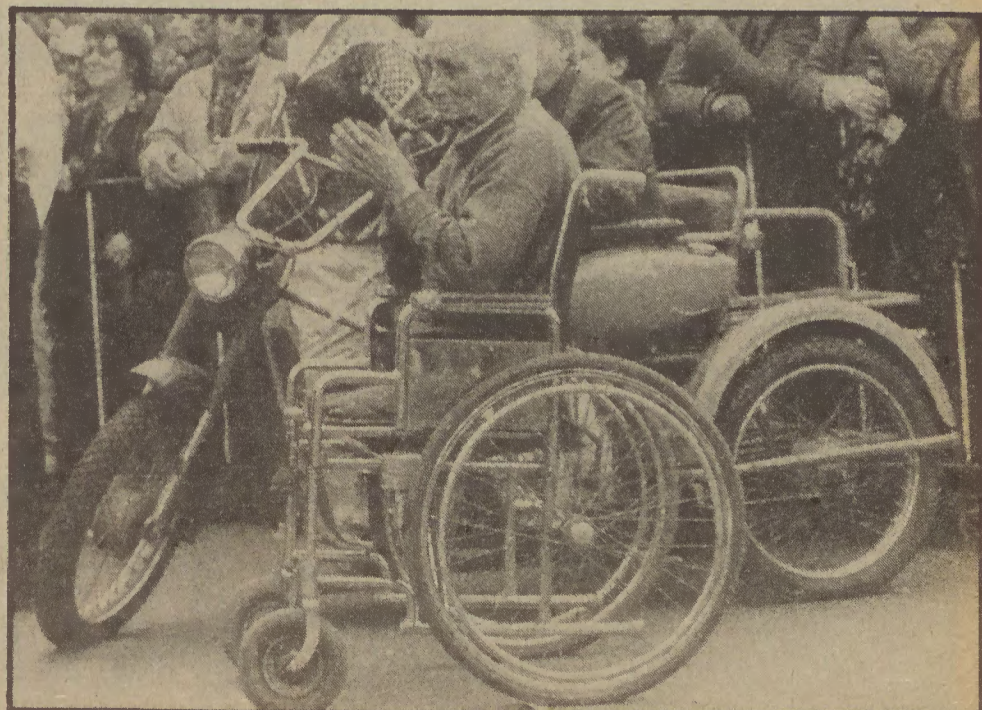
Em Lisboa o 25 de Abril foi assim!



FOTOS DE JORGE CARIA



25 ABRIL 1991



ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Banalizar

O Presidente da República deu o mote: há o risco de banalizar as comemorações do 25 de Abril. De as tornar um ritual. Falando sobre um canteiro de rosas, debruçado na tribuna da Assembleia da República, Mário Soares, num rito institucional, falou da banalização e, como se estivesse tudo combinado, muitas vozes, aqui e ali na comunicação social, fizeram eco, Que isto se estava a banalizar. Valeria a pena? Repórteres sem memória foram indagar da memória dos outros. Lançaram, às caras mais novas que encontraram, a banalizada e ritual pergunta: Que é para ti o 25 de Abril?

Se arrecadaram nos gravadores, nas câmaras e nos canhenhos algumas ignorâncias, muitos balbuciosas e certas reticências, também concluíram que, para a gente mais nova, o 25 de Abril, embora a memória o não possa registar, constitui uma referência importante. Pelo menos a da liberdade. Entretanto, nestes dezassete anos que passaram foram sobre a madrugada da libertação, uma grande lavagem aos cérebros foi processada. Sucessivos governos e poderes tudo fizeram - com discursos, rituais e banalizações, com violenta propaganda contra as conquistas de Abril e, sobretudo, com a destruição sistemática e também violenta dessas conquistas - para que a memória dos que viveram a revolução se vergasse aos «ventos da história», para que os autores do 25 de Abril fossem riscados da memória depois de terem sido afastados da cena.

Será banal, mas ainda importante, que muitos jovens saibam apenas do 25 de Abril a liberdade conquistada. Mas da banalização há que pedir responsabilidades. Quem anda, há dezassete anos, a tentar banalizar o espírito de Abril, a história de Abril, a importância de Abril?

A liberdade foi muito. Mas que é da liberdade quando ela se fica pela palavra dita e não divulgada? Que é da liberdade quando ela se queda no direito nominal de discordar mas não vai tão longe quanto poderia no modificar, acrescentar, transformar a realidade, transformar a vida em justiça?

O projecto de Abril foi muito mais longé. Nacionalizações, Reforma Agrária, controlo operário, as conquistas revolucionárias começaram um processo transformador e revolucionário da vida para a grande maioria do povo.

Um processo que não foi terminado. Um projecto que não foi concluído. Mas cujos primeiros resultados deram provas. Provas de que era possível, continuando o esforço revolucionário - e não enfraquecendo-o ou destruindo-o -, viver melhor em Portugal.

São as provas desse esforço e os passos desse projecto que se tem pretendido esconder, é essa a memória que se tem pretendido apagar. É a memória desse projecto e desses passos que muitos portugueses, jovens alguns ainda, menos jovens na maioria, conservam.

Porque o viveram, com entusiasmo, com esperança e fervor. É essa memória, embora a não tenham senão de ouvir dizer, que muitos jovens partilham, porque ao fazê-lo, não se deixam estagnar numa saudade, mas tomam como seu um projecto. Possível e concretizável, mesmo sabendo que no futuro Abril não será o mesmo. Será o que fomos capazes, os de hoje e os de ontem, construir.

Apesar de tudo - mesmo das rosas que tentam afastar os cravos - a gente veio para a rua. O que não é banal.

E nas ruas encontrámos, a par dos cabelos grisalhos de uns, o vivo olhar de muitos jovens que, ainda que sem memória sua, querem partilhar a dos outros.

Porque, para muitos, Abril não é saudade. É um projecto a cumprir.

LM

Nota da Comissão Política do Comité Central do PCP

Vale a pena lutar

A Comissão Política do Comité Central do PCP na sua reunião de 29/4/91, entre outros aspectos da situação política nacional, fez uma apreciação às comemorações do 17º aniversário do 25 de Abril e à importância das acções programadas para o 1º de Maio; analisou a anunciada intenção da Comissão Europeia de criar um programa de apoio à Indústria Têxtil, as declarações recentes do secretário de Estado das Finanças sobre o processo das privatizações e a decisão do Conselho de Ministros de 26/4 sobre as pensões de sobrevivência relativas a acidentes de trabalho e doenças profissionais e considerou a oportunidade da apresentação de dois diplomas no sentido de minimizar as crescentes desigualdades sociais resultantes da política de direita do governo Cavaco Silva/PSD.

1. A Comissão Política congratula-se com a forma como, de Norte a Sul do País, o povo português, correspondendo ao apelo de democratas dos vários quadrantes políticos, comemorou através das mais diversas acções o **17º aniversário da Revolução dos Cravos**.

As comemorações do 17º aniversário do 25 de Abril constituíram, sem dúvida, uma grande jornada unitária em defesa das liberdades, do regime democrático, das conquistas de Abril, de vontade e determinação de sectores muito vastos da população em pôr fim à política de direita e alcançar uma alternativa democrática.

A Comissão Política do PCP não pode entretanto deixar de chamar a atenção para a intervenção feita pelo orador do PSD na sessão comemorativa do 25 de Abril na Assembleia da República. A absolutização da estabilidade governativa (mesmo quando responsável pela desestabilização da organização económica e pela desestabilização social) e o declarado plano de alterações da lei eleitoral e do funcionamento das instituições confirmam o pendor totalitário do PSD e o propósito de se manter no poder não por vontade do povo, mas por processos antidemocráticos de engenharia eleitoral.

A Comissão Política não pode também deixar de condenar energicamente a maneira como a RTP deturpou a forma como decorreram as comemorações populares, designadamente o desfile que teve lugar em Lisboa em que as dezenas de milhares de democratas presentes foram apresentados como se de algumas centenas se tratasse.

2. A Comissão Política do PCP considera que, no seguimento da magnífica demonstração de unidade e vontade popular, que foram

as comemorações do 17º aniversário do 25 de Abril, se coloca aos comunistas e restantes trabalhadores, participarem activamente nas iniciativas do 1º de Maio, convocados pelo Movimento Sindical Unitário em torno da sua prestigiada Central Sindical a CGTP-Intersindical Nacional.

A Comissão Política do PCP, saudando todos os trabalhadores em luta, manifesta a sua confiança em que os trabalhadores portugueses saberão fazer deste 1º de Maio mais uma grandiosa afirmação da sua força, da sua unidade e da sua determinação em prosseguir a sua acção em defesa das suas liberdades e direitos contra o pacote laboral, pela redução do horário de trabalho para as 40 Horas, por melhores salários, contra a precarização do emprego e a degradação das condições de trabalho, conscientes que, como a vida constantemente demonstra, **vale a pena lutar**.

3. A Comissão Política do PCP, apreciou a decisão do Conselho de Ministros do passado dia 26 de Abril sobre as pensões de sobrevivência relativas a acidentes de trabalho e doenças profissionais.

A Comissão Política do PCP considera ridículo que, num momento em que por iniciativa do PCP entra na ordem do dia a revisão do desactualizadíssimo regime jurídico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais e a actualização das pensões de miséria que são pagas às vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais, venha o governo PSD fazer propaganda em torno de uma alteração que nem responde satisfatoriamente à proposta constante no artº 11 do projecto-lei do PCP, entregue na Assembleia da República no passado dia 16 de Abril.

A Comissão Política do PCP considera que, no momento presente, em matéria de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais o que se impõe é, a par das indispensáveis medidas no campo da prevenção, garantir, no plano da reparação, o direito a indemnizações e pensões que, contrariando os diminutos montantes actuais, constituam por si um incentivo ao investimento na prevenção e ponham cobro à aviltante situação que é o infortúnio laboral continuar a ser causa de desespero e de situações sub-humanas para os trabalhadores e fonte de lucros fabulosos para as entidades responsáveis pela degradante situação existente.

Como propõe o projecto-lei do PCP é preciso nomeadamente:

- aumentar as pensões e indemnizações, fazendo corresponder as pensões à retribuição no caso de incapacidade

permanente absoluta para todo e qualquer trabalho, e ao grau de desvalorização no caso de incapacidade permanente ou parcial, exigindo o mesmo critério quanto às indemnizações;

- uma retribuição com base de cálculo correspondente à retribuição real (nunca inferior à legal) na qual passarão também a estar incluídas as gratificações;

- o complemento de familiar a cargo;

- o aumento do subsídio para despesas de funeral;

- o pagamento da 14ª mensalidade;

- o direito a subsídio para frequência de cursos de formação profissional;

- o direito à cumulação das pensões por incapacidade permanente com prestações da Segurança Social;

- a actualização anual de todas as pensões;

- a publicação, pelo Governo, da nova Tabela Nacional de Incapacidades.

4. Tendo em consideração o crescente agravamento das desigualdades sociais, a evolução da taxa de inflação e os aumentos de impostos indirectos, a Comissão Política do PCP, decidiu recomendar ao grupo parlamentar do PCP na A.R. a apresentação de dois projectos-lei. Um a propor um aumento intercalar do salário mínimo nacional e o aumento geral das reformas e pensões mínimas e outro a propôr o aumento dos abonos de família e restantes prestações da Segurança Social.

Com estas iniciativas pretende o PCP minimizar as consequências globalmente negativas da política social do governo Cavaco Silva/PSD, que atingem particularmente as centenas de milhares de trabalhadores que auferem hoje o salário mínimo nacional, o mais de um milhão e seiscentos mil reformados que recebem a mísera reforma de 20 mil escudos ou menos, bem como as famílias portuguesas em geral que se vêem confrontadas com um crescente aumento de custos resultante de encargos familiares.

5. A Comissão Política do PCP chama a atenção para a gravidade das declarações públicas do secretário de Estado das Finanças, segundo as quais o Governo dá prioridade à privatização das «empresas estratégicas».

Tais afirmações confirmam, de forma clara, que o objectivo central do Governo com o processo de privatizações visa a reconstituição do capital monopolista (e não qualquer hipotética racionalização do sector público da economia), pondo em causa qualquer possibilidade futura de garantir a autonomia e independência da economia nacional.

A Comissão Política do PCP condena firmemente tal objectivo do Governo (no qual se insere a proclamada intenção de privatizar rápida e totalmente os três maiores bancos comerciais portugueses) que integra a sua estratégia de promover situações de facto que gerem alterações de fundo na organização económica do País até às próximas eleições.

Ao mesmo tempo que alerta os trabalhadores e as forças democráticas para a gravidade destas intenções do Governo, a Comissão Política não pode deixar de criticar o silêncio do PS sobre a estratégia governamental, no âmbito das privatizações de empresas básicas, estratégicas e das mais lucrativas, alavancas fundamentais para a definição de uma estratégia de desenvolvimento nacional e para a dinamização de grupos públicos que o PS diz defender.

6. A Comissão Política do PCP apreciou ainda a anunciada intenção por parte da Comissão Europeia de criar um programa de apoio à Indústria Têxtil de 72 milhões de contos a serem repartidos - sobretudo - por Portugal, Espanha e Grécia e no essencial para a diversificação industrial, considerando que a mesma vem confirmar de forma ineludível a **incúria e a falência da estratégia nacional do Governo**.

O atraso na pressão e negociação de um **financiamento específico** por parte do Governo português está a traduzir-se em aquele ser substituído por um financiamento **geral** de acesso aberto a vários países e manifestamente insuficiente em relação ao seu montante. Recorde-se a demagogia dos 750 milhões de contos referidos pelo ministro da Indústria Mira Amaral, como suporte financeiro a um Programa de Modernização da Indústria Têxtil (PMIT) portuguesa.

A Comissão Política do PCP considera que o Sector Têxtil português não pode ser considerado moeda de troca nas negociações no GATT e exige da parte do Governo firmeza negociadora e a desgovernamentalização no seu tratamento.

7. No âmbito da apreciação das tarefas do Partido, a Comissão Política salienta o interesse e nível das múltiplas iniciativas que têm vindo a ser realizadas, destaca o bom andamento da preparação da intervenção eleitoral (de que é também indicador a divulgação já feita de candidatos), considerando que o dinamismo e confiança que marcam a actividade do PCP confirmam as possibilidades do seu reforço nas próximas eleições legislativas.

Lisboa, 29 de Abril de 1991